



POSTALIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

A blurred background image shows a person's hands interacting with a tablet. The screen of the tablet displays two numerical values: 210.95 and 149.16. The overall theme is financial and professional.

210.95
149.16

RELATÓRIO Anual 2019



Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 4 |
| Mensagem da Diretoria | 5 |
| Institucional | 7 |
| O Postalis | 7 |
| Governança Corporativa | 8 |
| Gestão em 2019 | 8 |
| Órgãos Estatutários | 9 |
| Comitês em funcionamento | 10 |
| Código de Ética | 11 |
| Programa de Integridade | 11 |
| Gestão Estratégica | 12 |
| Responsabilidade Corporativa | 12 |
| Gestão de Risco | 13 |
| Gestão de Pessoas | 13 |
| Comunicação e Relacionamento | 15 |
| Números da Comunicação em 2019 | 15 |
| Atendimento ao Participante | 16 |
| Despesas Administrativas | 17 |
| Principais Realizações | 17 |
| Responsabilidade Socioambiental | 19 |
| Nos Investimentos | 19 |
| Na Gestão de Pessoas | 19 |
| Desempenho Previdencial | 20 |
| Postalis em Números - 2019 | 20 |
| Contribuições e benefícios pagos em 2019 | 21 |
| Faixa etária dos participantes | 21 |
| Plano Benefício Definido | 22 |
| Benefícios Pagos | 22 |
| Arrecadação | 22 |
| Estatísticas Gerais | 23 |
| Plano Postalprev | 24 |
| Benefícios Pagos | 24 |
| Arrecadação | 24 |
| Estatísticas Gerais | 25 |

RELATÓRIO

Anual 2019



| | |
|---|----|
| Estudo das Premissas..... | 26 |
| Plano de Benefício Definido | 26 |
| Plano Postalprev | 26 |
| Demonstrativo de Investimentos | 27 |
| Composição Patrimonial..... | 27 |
| Plano Benefício Definido (Em R\$ mil)..... | 27 |
| Composição Patrimonial..... | 30 |
| Postalprev - Em R\$ mil..... | 30 |
| Composição Patrimonial..... | 32 |
| PGA - Em R\$ mil | 32 |
| Demonstrativo das Despesas | 33 |
| Despesas com Administração Direta de Investimentos..... | 33 |
| Resultados e Enquadramentos dos Investimentos | 34 |
| Rentabilidade dos Planos | 34 |
| Enquadramento do Plano BD | 35 |
| Enquadramento do Plano Postalprev | 36 |
| Enquadramento do Plano PGA..... | 37 |
| Síntese da Política de Investimento para 2020-2024..... | 38 |
| Demonstrações Contábeis..... | 40 |
| Balanço Patrimonial - Consolidado | 40 |
| Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado..... | 41 |
| Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefícios..... | 42 |
| Benefício Definido | 42 |
| Postalprev | 42 |
| Demonstração do Ativo Líquido - Por Plano de Benefícios | 43 |
| Benefício Definido | 43 |
| Postalprev | 44 |
| Demonstração das Provisões Técnicas - Por Plano de Benefícios | 45 |
| Benefício Definido | 45 |
| Postalprev | 46 |
| Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado | 47 |
| Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Por Plano | 48 |
| Benefício Definido | 48 |
| Postalprev | 49 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis..... | 50 |
| Análise Econômico-financeira..... | 98 |
| Plano Benefício Definido | 98 |
| Plano Postalprev | 99 |

RELATÓRIO

Anual 2019



| | |
|---|-----|
| Demonstração do Valor Adicionado (DVA) | 100 |
| Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev..... | 101 |
| Avaliação Atuarial - Plano Benefício Definido..... | 101 |
| Avaliação Atuarial - Plano Postalprev..... | 109 |
| Relatório do Auditor Independente..... | 117 |
| Parecer dos Conselhos sobre as Demonstrações Contábeis..... | 121 |
| PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO..... | 121 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL DO POSTALIS..... | 122 |
| Expediente..... | 123 |



Apresentação

Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalis – RAI 2019 contendo os principais dados sobre os planos de previdência administrados pelo Instituto.

Como grande parte do documento é formada por quadros, gráficos, tabelas e termos técnicos, sugerimos a leitura da revista em quadrinhos *"Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria"*, para aqueles que não têm familiaridade com o assunto.

Acompanhar a gestão de um fundo de previdência complementar é tarefa de diferentes atores. Dentre eles, a própria entidade, que deve ter os seus controles internos e de gerenciamento de riscos muito bem definidos e alinhados às melhores práticas de mercado.

Outros atores importantes são: o poder público, os patrocinadores e, principalmente, os participantes. A atuação deles pode acontecer de várias maneiras, uma delas é por meio da leitura do Relatório Anual.

Convidamos você a tomar conhecimento das informações sobre a governança corporativa, os investimentos, os dados contábeis e os pareceres que aprovaram as contas do Postalis em 2019.



Mensagem da Diretoria

O Postalis mudou!

Após dois anos e dois meses, em dezembro de 2019 chegou ao fim o período de intervenção no Postalis. O **Instituto voltou a contar com os Conselhos Deliberativo e Fiscal e uma Diretoria Executiva**, ainda que em caráter provisório, para dar continuidade a seu processo de recuperação: de governança, de patrimônio e de credibilidade junto a seus participantes, ao mercado de previdência e à sociedade em geral.

Nesse último ano, entrou em vigor nosso **Programa de Integridade**, que fortalece os controles de gestão e torna o processo de tomada de decisão menos concentrado e mais transparente. Além de um conjunto de normas, o Programa concretiza a prática do *Compliance* no dia-a-dia do Instituto, contando com a colaboração e a vigilância de nossos participantes, assistidos e beneficiários, colaboradores, terceirizados e fornecedores. Uma das principais ferramentas do programa é o *Canal de Denúncias*, administrado por empresa independente.

O Estatuto Social foi aprimorado para consolidar as mudanças feitas pela intervenção no Postalis, além de apresentar um maior detalhamento das atribuições, aderência às melhores práticas de mercado, aperfeiçoamento da estrutura de governança e o aprimoramento do texto adequando dispositivos à legislação vigente e às normas da Previc.

Alguns resultados das mudanças realizadas em 2019 já são tangíveis: economia administrativa, transparência na gestão, retomada da rentabilidade dos planos, com **23,44% de valorização no Plano BD e 14,30% no Postalprev em 2019**. Os índices representam, respectivamente, 243,64% da meta atuarial prevista (de 9,62%) e 147,86% do índice de referência (de 9,67%) planejado para o ano.

A melhora da rentabilidade ocorreu também pela **reincorporação de R\$ 285 milhões ao patrimônio dos planos**, de outubro de 2017 até fevereiro de 2020, por meio da recuperação de garantias de investimentos mal sucedidos no passado. As ações judiciais, a colaboração com o Ministério Público e as celebrações de acordos serão mantidas na busca para reparar os prejuízos causados aos participantes e à patrocinadora.

Todos estes avanços, no entanto, são insuficientes para aplacar o déficit do Plano BD. Por isso, estamos elaborando estudos e retomando o diálogo com a patrocinadora, com representantes dos participantes e dos assistidos, para que possamos, juntos, definir uma estratégia previdencial viável e que solucione definitivamente a questão.

Mesmo diante das dificuldades, destacamos que o **Instituto manteve em dia todos os seus compromissos financeiros**. Pagamentos da ordem de: **R\$ 714,2 milhões em aposentadorias, R\$ 80 milhões em pensões e R\$ 45,6 milhões em outros benefícios** somente em 2019. E o mais importante, nos orgulhamos de registrar **95% de satisfação dos participantes com o nosso atendimento**.

RELATÓRIO

Anual 2019



Sabemos que há muito trabalho pela frente, mas com as atuais diretrizes e com o empenho imprescindível da nossa equipe de colaboradores, estamos focados na reconstrução de uma empresa estratégica, ética e eficiente na administração de planos de previdência. Tudo isto é nossa obrigação junto aos mais de 130 mil empregados dos Correios que confiaram ao Postalis a administração de sua renda no futuro.



Institucional

O Postalis

Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados, dos Correios e do Postalis, benefícios previdenciários complementares aos da previdência oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalis está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o terceiro do Brasil em número de participantes.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem-estar de seus participantes, o instituto possibilita a contratação de empréstimos consignados em folha e a adesão à apólice de seguro de vida em grupo.

Visão: Ser reconhecido pelos participantes como uma instituição transparente, confiável e sustentável.

Missão: Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

Valores

Ética: é o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos Órgãos Estatutários e de seus empregados.

Inovação: significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar ideias, processos, ferramentas ou serviços.

Valorização de pessoas: compreende a atribuição de relevância aos clientes, internos e externos, à meritocracia, à capacitação e ao bem-estar de empregados, participantes e assistidos.

Transparência: consiste na disponibilidade de acesso das informações aos interessados, internos ou externos, de forma precisa e tempestiva, com o objetivo de assegurar confiança e tranquilidade.

Comprometimento: é o envolvimento pleno com a missão, a visão, os valores e políticas do instituto, enxergando-se como parte integrante e relevante no sucesso da estratégia organizacional.



Sustentabilidade: trata da consciência das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira, que deve ser incorporada por todos e que orienta as ações pessoais e funcionais, garantindo competitividade e perenidade.

Governança Corporativa

Gestão em 2019

O Postalis passou pelo ano de 2019 ainda sob intervenção da Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão fiscalizador do setor previdenciário, que por meio das Portarias números 955 e 956, de 04 e outubro de 2017, decretou a intervenção na entidade.

A intervenção foi prorrogada por 4 vezes, por meio das Portarias nº 255, de 27 de março de 2018; nº 893, de 19 de setembro de 2018; nº 243, de 25 de março de 2019 e nº 816, de 13 de setembro de 2019. Nesta última, foi prorrogada por mais 90 (noventa) dias, a contar de 24 de setembro de 2019.

De acordo com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, a intervenção dá ao interventor amplos poderes de administração e representação; sendo que desse ato resulta a perda do mandato dos diretores e membros dos conselhos, sejam titulares ou suplentes. Portanto, durante a intervenção, a entidade não teve órgãos estatutários em exercício.

Para assessorá-lo na condução das atividades, o interventor, por ato de liberalidade, nomeou um Grupo de Apoio à Gestão, formado por 5 gerentes de áreas estratégicas do Instituto e para o negócio.

Em dezembro de 2019, finalizando a intervenção, houve a instituição do Regime Especial de Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal (RECCDF), conforme Decisão Interventor DEC-INT/2019-0055, com período de 6 (seis) meses, a contar da posse ocorrida em 20/12/2019, com a atribuição de aprovar o novo Estatuto Social do Postalis e realizar processo eleitoral dos membros dos órgãos estatutários e, por conseguinte, dar posse aos eleitos. Com esta finalidade e pelo período mencionado, foi realizada a nomeação de metade dos membros dos órgãos estatutários, pelo interventor/Previc, nos termos da Decisão.



Órgãos Estatutários

Neste ano, os órgãos estatutários permaneceram com suas composições e atribuições suspensas em virtude da intervenção decretada pela Previc, conforme descrito no item “**Gestão em 2019**”.

São eles: a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalis de acordo com as políticas e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, sendo 2 indicados pelos Correios (Presidente e Diretor de Investimentos) e 2 eleitos pelos participantes (Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios), nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de quatro anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalis, responsável pela definição da política geral de administração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três representantes da patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

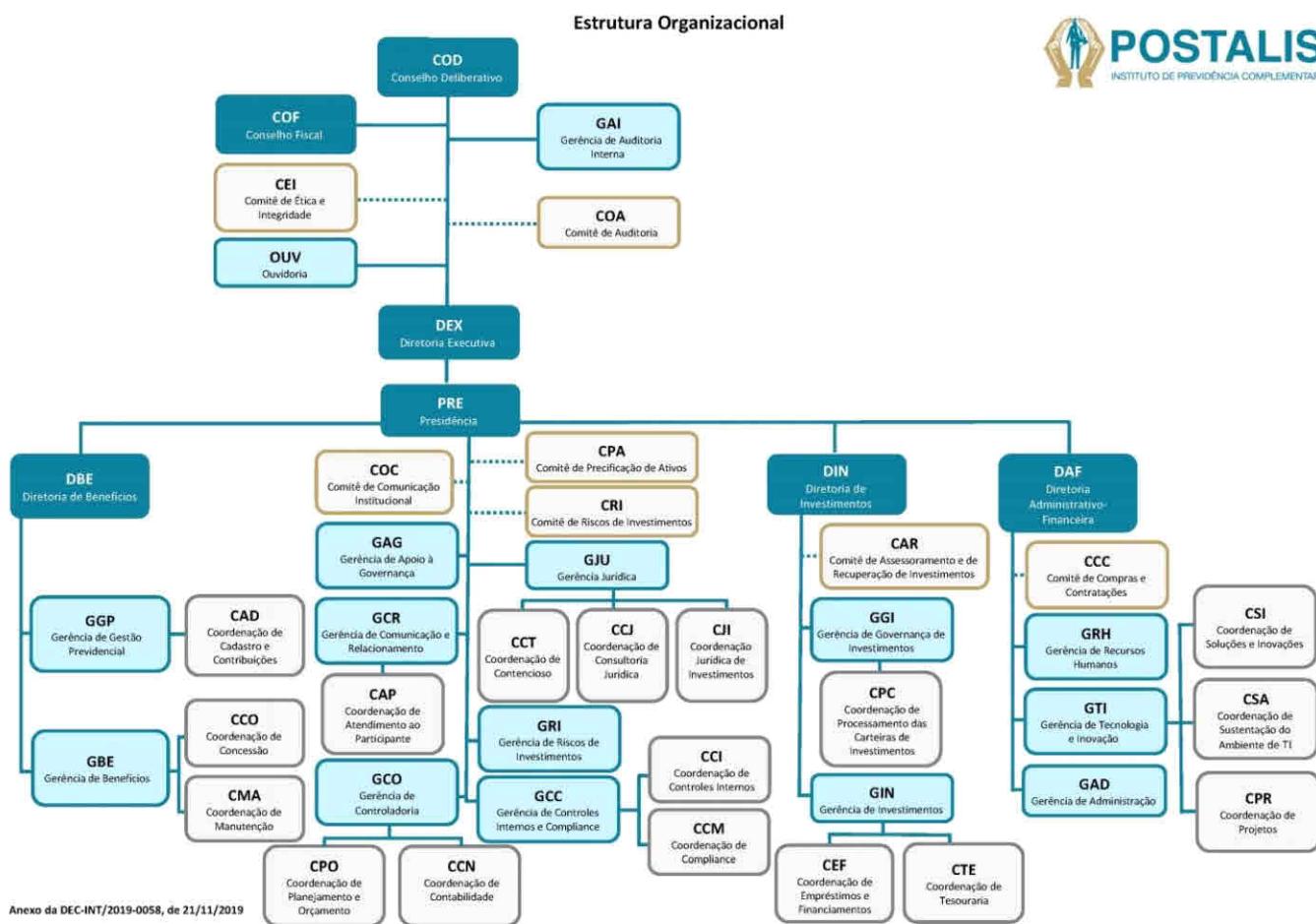
Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo dois representantes da patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, com mandatos de quatro anos.

Organograma

Ao longo de 2019, o Postalis promoveu algumas reestruturações organizacionais, com o objetivo de melhorar a governança corporativa, o ambiente de controles internos e a sinergia entre as áreas, inclusive com a inclusão de comitês de gestão.

Com foco na melhoria da governança corporativa, foi encaminhada aos Correios uma proposta de alteração do Estatuto, com mudanças, principalmente, na forma e critérios para composição da Diretoria Executiva, objetivando um maior detalhamento das atribuições, aderência às melhores práticas de mercado, aperfeiçoamento da estrutura de governança e o aprimoramento do texto adequando dispositivos à legislação vigente e às normas da Previc.



Comitês em funcionamento

Comitês obrigatórios

Comitê de Auditoria (COA) – com as atribuições previstas na Resolução CNPC nº 27, de 6 de dezembro de 2017.

Comitê de Riscos de Investimentos (CRI) – responsável pela gestão de riscos nos termos da instrução Previc nº 6, de 14/11/2018 e das melhores práticas de governança.

Comitê de Assessoramento e de Recuperação de Investimentos (CAR) – tem o objetivo de traçar diretrizes relativas aos processos de recuperação de investimentos da entidade. Durante a intervenção, este comitê se encarregou também das atribuições do Comitê de Investimentos.



Outros comitês

Durante a intervenção, além dos comitês obrigatórios, foram instituídos e permanecem em funcionamento no Postalis os seguintes comitês:

Comitê de Compras e Contratação (CCC) – Intuito de uniformizar os procedimentos para aquisição de bens móveis e suprimentos buscando gerar economia para a entidade.

Comitê de Comunicação Institucional (COC) – visa elaborar e implantar políticas de comunicação que melhorem a imagem da instituição perante o público interno e externo.

Comitê de Ética e Integridade – desempenha papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão sobre todos os assuntos que com a ética estejam relacionados. É formado por quatro membros, sendo dois designados pelo presidente do Conselho Deliberativo e dois eleitos pelos empregados, com mandato de dois anos. Em 2019, o comitê supriu as atribuições do Comitê Executivo do Programa de Integridade.

Comitê de Precificação de Ativos – tem por objetivo arbitrar sobre critérios utilizados na precificação de ativos sem cotação em mercados organizados.

Código de Ética

Com o recente fortalecimento das práticas anticorrupção, tal como se evidencia pelo advento da Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, os códigos de conduta têm ganhado destaque como meio hábil e adequado para disseminação de princípios éticos.

Nesse sentido, o Código de Conduta e Ética do Postalis tem como objetivo explicitar claramente o conjunto dos valores, princípios éticos, padrões de conduta e responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos órgãos colegiados, dos empregados do Postalis, terceirizados, prestadores de serviço e fornecedores.

Dessa forma, o Código de Conduta e Ética atua como elo entre a ética e o Postalis e representa o compromisso dos empregados do instituto com a sociedade e suas partes interessadas.

Programa de Integridade

O Postalis realizou o lançamento do seu Programa de Integridade em 2019. O evento contou com a participação de todos os empregados do Instituto, administradores, terceiros convidados e representantes do Patrocinador. Na oportunidade, foi realizada palestra sobre o tema “Integridade e Ética”, ministrada por consultoria especializada no assunto.



O Programa consiste em ser uma norma corporativa que demonstra como o Instituto deve organizar e inter-relacionar seus processos, pessoas, sistemas, normas, ações e ideias na busca pela prevenção, detecção e correção de desvios e condutas antiéticas. Nele, está declarado que, o Instituto deve estar munido de processos de trabalho sustentado por pilares para a boa governança, controles internos, gestão de riscos, prestação de contas e responsabilização, onde, conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade com a lei e com o Código de Conduta Ética em todas as atitudes e decisões é fundamental e deve fazer parte do dia a dia da organização.

Abarca, ainda, o envolvimento de membros dos órgãos estatutários, empregados, prestadores de serviços e terceiros, além de membros de comitês, estagiários e quaisquer pessoas que estejam a serviço do Postalis, na consecução dos objetivos organizacionais, de forma ética, íntegra e transparente.

Para fortalecer o Programa, foi instituído Canal de Denúncias, garantindo total sigilo a quem registrar manifestações. Sua operação está sob responsabilidade de empresa de renome no mercado para a recepção e tratamento deste tipo de registro.

Gestão Estratégica

Responsabilidade Corporativa

O Postalis dá grande importância à manutenção de adequados processos e controles internos e ao estrito cumprimento das normas corporativas e de integridade estabelecidas por seus órgãos colegiados e legislação aplicável ao setor de previdência complementar (compliance).

O Instituto tem buscado contínuo aperfeiçoamento de suas normas corporativas e ferramentas tecnológicas e investido em treinamentos de seus funcionários voltados à prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético além de incentivar a certificação técnica.

Possui estrutura de controles internos com recursos adequados, contudo em contínuo aprimoramento.

O Comitê de Auditoria do Postalis encontra-se em atividade desde julho de 2019 e foi criado em cumprimento ao disposto na Resolução CNPC nº 27/2018.

Conta ainda com serviços de auditoria independente e auditoria interna, essa última subordinada técnica e administrativamente ao Conselho Deliberativo.



Gestão de Risco

O gerenciamento dos riscos no Postalis envolve diferentes unidades internas e conta com a participação de todas as instâncias de gestão, desde a alta administração até níveis operacionais, que apoiam a contínua melhoria da estrutura de controles internos, aprimoramento de processos, normas corporativas e ritos decisórios.

O processo é executado anualmente e o resultado é documentado em ferramenta sistêmica, onde são inseridos os riscos, avaliações e planos de ação. Para tanto, é apoiado pela estrutura de controles internos do instituto e por empresa de consultoria em gestão de riscos, especializada no setor de previdência complementar, o que garante razoável independências nas avaliações.

Com o objetivo de gerenciar adequadamente os riscos aos quais o Postalis está exposto, é realizado acompanhamento sistêmico, por meio do mapeamento dos processos e avaliação dos riscos e controles. Esse mapeamento contempla o sistema de controles internos do instituto (matriz de riscos), onde os déficits de controles são pontuados, tomando-se por base os critérios definidos para este fim, permitindo a avaliação do grau de exposição aos riscos. Com o resultado, são propostos planos de ação para mitigar os déficits de controle que apresentam grau de risco alto ou de relevante contribuição para o atingimento dos objetivos e missão do Postalis.

As metodologias adotadas são a arquitetura elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e a *RCSA – Risk and Control Self Assessment*, de tal forma que os resultados refletem as percepções dos colaboradores em relação aos riscos e controles.

Gestão de Pessoas

Por meio da aprovação da sua Política de Recursos Humanos, o Postalis consolidou as diretrizes da gestão de pessoas como um conjunto de ações voltadas para a atração, retenção e desenvolvimento profissional dos empregados visando atingir os objetivos estratégicos e metas institucionais.

Em 2019, além da continuidade das ações voltadas para o desenvolvimento da equipe e melhoria do clima organizacional, outras ações se destacaram:

Programa de desenvolvimento gerencial

Iniciado em 2018, o Programa de Desenvolvimento da Liderança teve por objetivo aperfeiçoar e qualificar os gestores do Postalis. Em 2019, a segunda fase do programa previu atividades de Coaching e oficinas de treinamento com temas direcionados aos pontos de melhoria identificados no primeiro ano do programa, tornando ainda mais efetivo os encontros e a evolução dos líderes do instituto.

RELATÓRIO

Anual 2019



Capacitação

Em 2019 a equipe do Postalis participou de 60 treinamentos externos, totalizando uma carga horária de 1.793 horas. Além disso, houve mais de 1.590 horas de treinamentos internos e ciclos de palestras com temas variados, entre eles: investimentos, riscos atuariais, segurança da informação, metodologia ágil, técnicas de atendimento de excelência, liderança, entre outros, totalizando 12 eventos in company.

Certificação

O Postalis manteve o incentivo na certificação de seu pessoal. Em 2019, houve investimento em 12 processos de certificação, com foco em investimentos, contabilidade e administração.

Aproveitamento dos talentos internos

Foram realizados processos seletivos para adequação do quadro funcional, resultando no aproveitamento de talentos internos, inclusive estudantes que foram desenvolvidos durante o programa de estágio do Postalis.

Comitê de Auditoria

O Postalis realizou processo seletivo para formação do Comitê de Auditoria Independente em atendimento às disposições da PREVIC, no que corresponde a contratação de serviços de auditoria independente para fins de demonstrações contábeis. O processo foi conduzido com suporte técnico de consultoria externa especializada em recrutamento e seleção.

Aprovação dos normativos de gestão de pessoas

Os normativos foram elaborados em dois grandes blocos, abrangendo todas as práticas de gerenciamento de recursos humanos do Postalis. Os instrumentos seguem as diretrizes da Política de Recursos Humanos da entidade, viabilizando a transparência e padronização dos procedimentos internos.

Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2019, o Postalis promoveu sua 1ª Semana da Saúde aos seus colaboradores. O evento ocorreu entre os dias 18 e 22 de novembro com diversas atividades de cuidado e prevenção da saúde, com os temas: ergonomia, educação alimentar, prevenção ao câncer, ginastica laboral, saúde mental e massagem expressa.

O Postalis também promoveu campanhas de conscientização da prevenção do câncer de mama (Outubro Rosa) e do câncer de próstata (Novembro Azul).



Made in Postalis

Foram mantidos os encontros mensais para compartilhar experiências, informar sobre a atuação das áreas, ações em curso, novidades no segmento de previdência, novas rotinas e outros assuntos de interesse da entidade e dos colaboradores.

Comunicação e Relacionamento

O ano de 2019 foi marcado pela incorporação da Coordenação de Atendimento ao Participante – CAP à Gerência de Relacionamento – GRE passando ao ser denominada de Gerência de Comunicação e Relacionamento – GCR.

Esta integração possibilitou a ampliação das atividades de relacionamento do Postalis, a partir da análise dos dados obtidos diretamente dos participantes atendidos na Central 0800.

Tendo, como diretriz de trabalho, a transparência e a necessidade de aproximação do seu público, gerada pela intervenção do órgão regulador e fiscalizador, a Previc, a comunicação e o relacionamento tiveram atuação destacada ao longo deste ano. Seguem alguns dados que ilustram bem as atividades de relacionamento realizadas.

Números da Comunicação em 2019

Mais de
43 mil
visualizações em 2019.

1200
horas de exibição.

1600
acessos num
único dia.

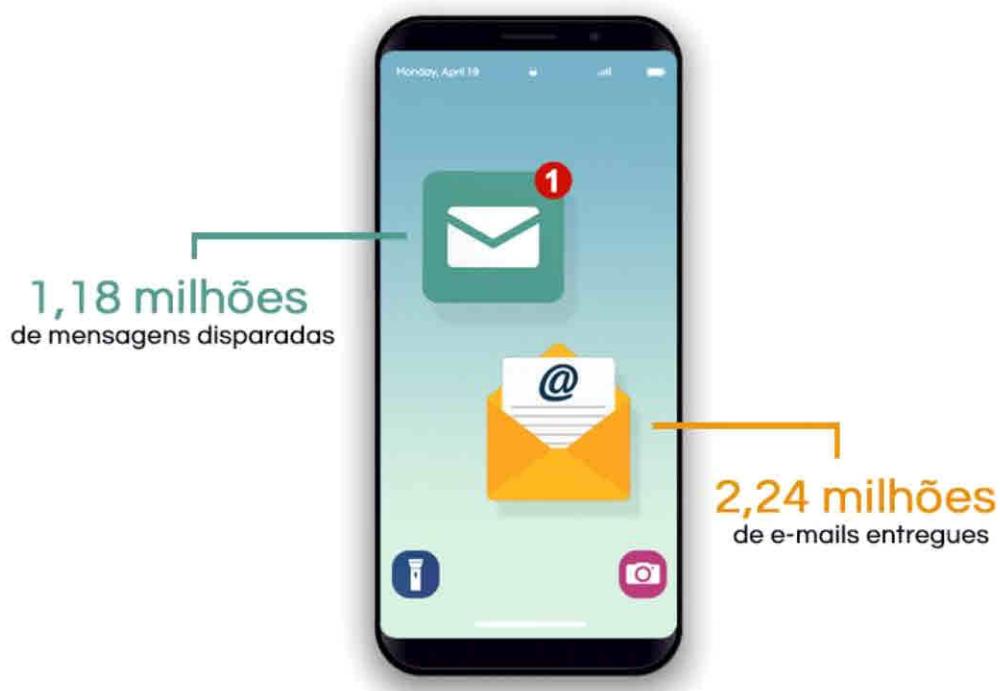


2.000
inscritos desde o
lançamento em 2016

697
novos inscritos no ano

52%
do público tem entre
55 e 64 anos





Atendimento ao Participante

Há dois anos, o Postalis mudou o seu modelo de relacionamento com o participante, a partir da inauguração de uma Central de Atendimento Telefônico (0800) com equipe própria e 22 posições ativas por turno. Esse modelo deu ênfase ao atendimento eletrônico por meio de sistema informatizado que possibilita o autoatendimento ou registro de chamado pelo Fale Conosco. Contudo, o Instituto preservou os tradicionais canais por correspondência e o atendimento presencial exclusivamente na sede.

Dentre os destaques do novo modelo estão a segurança nos atendimentos por telefone com a utilização de recursos como: gravação e identificação positiva dos participantes, monitoria qualitativa e quantitativa das ligações e, padronização das informações prestadas. Além disto, avanços nos processos digitais tornaram o atendimento mais ágil e menos burocrático, possibilitando o treinamento continuado da equipe, o gerenciamento por métricas e indicadores e uma maior integração entre as áreas de negócio.

Total de atendimentos em 2019: 186.962

Quantidade de operações no autoatendimento: 1.877.025

RELATÓRIO

Anual 2019



Despesas Administrativas

| ANO | Quantidade de participantes (ativos e assistidos) | Custeio da Gestão Administrativa | Custeio Adm per capita | Despesas Administrativas | Despesa Adm per capita |
|----------------|---|----------------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|
| Exercício 2016 | 135.958 | 111.668.000 | 821,34 | 85.829.000 | 631,29 |
| Exercício 2017 | 134.857 | 118.441.453 | 878,27 | 89.417.725 | 663,06 |
| Exercício 2018 | 131.724 | 78.851.172 | 598,61 | 64.096.142 | 486,59 |
| Exercício 2019 | 129.284 | 81.198.076 | 628,05 | 54.097.600 | 418,44 |

Fonte: GCO (DPCA) e GBE (DG II)

Principais Realizações

Implantação do sistema Postalis Admin – módulo Benefícios – Concessões

- Qualidade e rapidez nas operações de concessão de benefícios.
- Modernização.
- Transparência.
- Responsabilidade socioambiental.
- Economia financeira

Os principais avanços:

100% dos requerimentos de concessões de benefícios de auxílio-doença e aposentadoria com recebimento de documentação comprobatória digital e deferimento dos dados automatizado.

No Postalis Online o próprio participante pode requerer o benefício de auxílio-doença (autoatendimento) sendo recepcionado pela Gerência de Benefícios para análise e deferimento.

100% dos requerimentos de concessões de benefícios de pecúlio e pensão por morte com recebimento de documentação comprobatória impressa e deferimento dos dados automatizado.

100% dos requerimentos de prorrogações e altas de benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez com recebimento de documentação comprobatória digital e deferimento dos dados automatizado.

100% dos requerimentos de concessão, prorrogação e alta com double check de dados e documentação comprobatória, realizado por colaboradores distintos.

Conferência e deferimento dos requerimentos de concessão, prorrogação e alta digitais analisados e deferidos em até 48 horas após a solicitação do participante.

RELATÓRIO

Anual 2019



Concessões que dependiam da atualização da cota do Plano agora são deferidos em até 48 horas após a referida atualização.

Acesso do participante ou aposentado no site do Postalis por meio do Postalis online:

Acompanhamento do “status” do requerimento de benefício: “em análise”, “deferido”, “pendente (aguardando regularização da documentação) ou “indeferido e o motivo”.

Visualização da documentação comprobatória encaminhada para requerer o benefício.

Comunicados de concessão de benefícios.

Contracheques de benefícios.

Comprovantes de rendimentos de benefícios para declaração de ajuste anual.

Acesso da pensionista no site do Postalis por meio do Postalis online:

Contracheques de benefícios.

Comprovantes de rendimentos de benefícios para declaração de ajuste anual.
Utilização do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI), consulta semestral resultou: 405 falecidos identificados e 143 pagamentos de benefícios bloqueados.

O valor pouparado gira em torno de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) mensais.

Processamento e fechamento das folhas de benefícios até o dia 25 de cada mês com pagamento previsto no último dia útil do mês.

Acesso aos contracheques (prévia) 5 dias antes do pagamento.

Encerramento das impressões e postagens, que possuía o seguinte fluxo:

Comunicados de concessão de benefícios (8.400 documentos anuais).

Contracheques (480.000 documentos anuais).

Comprovantes de rendimentos para declaração de ajuste anual (70.000 documentos mensal).

Encerramento da atividade de envio de processos de concessão para guarda junto à empresa terceirizada.

Redução de consumo de papéis impressos para montagem de processos, conferência e geração de folha de pagamento.



Responsabilidade Socioambiental

Nos Investimentos

As políticas de investimento do Postalis contêm princípios específicos que demonstram a sua orientação para investimentos responsáveis. Elas estabelecem que a entidade realizará suas análises e investimentos observando os seguintes princípios:

- a) observação da boa governança corporativa;
- b) combate às práticas discriminatórias;
- c) proteção dos direitos humanos;
- d) conduta ética;
- e) apoio à erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f) respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g) respeito à diversidade;
- h) melhoria contínua das condições de trabalho;
- i) programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- j) respeito à representação dos trabalhadores; e
- k) utilização sustentável de recursos naturais.

Na Gestão de Pessoas

Preservação dos Recursos

O Postalis tem investido em ações de sustentabilidade, promovendo o uso consciente dos recursos naturais. Em 2019, adotou a iniciativa de extinguir o uso de copos descartáveis na empresa, providenciando a compra e distribuição de garrafas tipo squeeze aos seus colaboradores.

Consciência Social

O Postalis incentiva seus empregados a participar da campanha “Papai Noel dos Correios”, por meio da adoção de cartas para presentear crianças das comunidades carentes, estimulando a consciência social e coletiva. O instituto também promoveu este ano campanhas de conscientização da prevenção do câncer de mama (Outubro Rosa) e do câncer de Próstata (Novembro Azul).

Programa Jovem Aprendiz

Iniciado em 2010, tem o objetivo de incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho. O programa é voltado para jovens entre 14 e 24 anos, selecionados através de processo seletivo.

RELATÓRIO

Anual 2019



Esse programa já possibilitou o incentivo e desenvolvimento de dezenas de jovens, proporcionando condições para que possam atuar no mercado de trabalho. Alguns, inclusive, foram contratados e fazem parte do quadro funcional do Postalis.

Programa de Estágio

Busca atrair e capacitar futuros colaboradores que possam contribuir na superação dos desafios e na continuidade dos valores do instituto. Com duração de até dois anos, o programa estimula uma aproximação da rotina profissional com a experiência acadêmica.

Desempenho Previdencial

Postalis em Números - 2019

**15^a posição no ranking ABRAPP de Investimentos
dos Fundos de Pensão no Brasil**



RELATÓRIO

Anual 2019



Contribuições e benefícios pagos em 2019

| Plano Benefício Definido | Plano Postalprev |
|---------------------------|---------------------------|
| R\$ 534.108.312,36 | R\$ 378.026.744,73 |
| Contribuições | Contribuições |
| R\$ 754.905.247,30 | R\$ 101.257.721,96 |
| Total de benefícios pagos | Total de benefícios pagos |

Faixa etária dos participantes

Idade média dos participantes ativos no plano BD

49 ANOS

Idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV

45 ANOS

Idade média dos participantes assistidos no plano BD

64 ANOS

Idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV

59 ANOS

RELATÓRIO

Anual 2019



Plano Benefício Definido

Benefícios Pagos

| ESPÉCIE | ACUMULADO/2019 |
|------------------------------------|-----------------------|
| | VALOR (R\$) |
| Aposentadoria por tempo de serviço | 615.634.124,14 |
| Aposentadoria por Idade | 5.445.954,54 |
| Aposentadoria por Invalidez | 45.298.214,84 |
| Aposentadoria Especial | 251.334,15 |
| (=) Subtotal | 666.629.627,67 |
| Auxílio Doença | 126.664,51 |
| (=) Subtotal | 126.664,51 |
| Suplementação de Pensão por Morte | 71.651.893,71 |
| Pecúlio por morte | 16.497.061,41 |
| (=) Subtotal | 88.148.955,12 |
| Total Geral | 754.905.247,30 |

Arrecadação

| CONTRIBUIÇÕES | ACUMULADO/2019 |
|---------------------------------|-----------------------|
| | VALOR (R\$) |
| Participantes (Liminar) | 0,00 |
| Ativos Equacionamento | 58.274.747,55 |
| Assistidos | 60.537.164,71 |
| Assistidos Equacionamento | 142.578.228,86 |
| Subtotal Participantes | 261.390.141,12 |
| Normal Patrocinadoras | 60.539.982,51 |
| Especial Patrocinadora Correlos | 0,00 |
| Especial Patrocinadora Postalis | 0,00 |
| Equacionamento Patrocinadoras | 212.178.188,73 |
| Subtotal Patrocinadoras | 272.718.171,24 |
| Total Geral | 534.108.312,36 |

RELATÓRIO

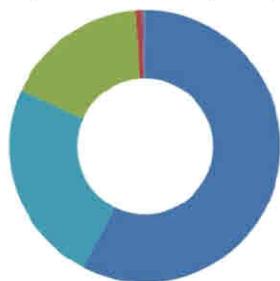
Anual 2019



Estatísticas Gerais

| Descrição | PBD | | |
|---|---------------|--------------|---------------|
| Participantes Sexo Masculino | 39.708 | | |
| Participantes Sexo Feminino | 10.520 | | |
| Total de Participantes | 50.228 | | |
| Aposentados Sexo Masculino | 21.063 | | |
| Aposentados Sexo Feminino | 6.719 | | |
| Total de Aposentados | 27.782 | | |
| Idade Média - Aposentados | 64 | | |
| Benefício Médio - Aposentados | R\$ 2.089,22 | | |
| Pensionistas Sexo Masculino | 786 | | |
| Pensionistas Sexo Feminino | 5.679 | | |
| Total de Pensionistas | 6.465 | | |
| Idade Média - Pensionista | 64 | | |
| Benefício Médio - Pensionista | R\$ 973,39 | | |
| Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino | 10 | | |
| Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino | 5 | | |
| Total de Participantes em Auxílio-Doença | 15 | | |
| Idade Média - Auxílio-Doença | 60 | | |
| Benefício Médio - Auxílio-Doença | R\$ 1.921,78 | | |
| Total de Assistidos | 34.262 | | |
| Participantes Ativos - Patrocinadora Correios | 50.195 | | |
| Participantes Ativos - Patrocinadora Postalis | 33 | | |
| Idade Média dos Participantes Ativos | 49 | | |
| Idade Média dos Assistidos | 64 | | |
| INPC Acumulado desde mar/08 | 90,47% | | |
| Tipo de Benefício | Masculino | Feminino | Total |
| Aposent. por Tempo de Contrib. | 17.517 | 5.662 | 23.179 |
| Aposent. por Idade | 1 | 8 | 9 |
| Aposent. por Invalidez | 3.390 | 897 | 4.287 |
| Aposent. Especial | 148 | 159 | 307 |
| Subtotal Aposentadorias | 21.056 | 6.726 | 27.782 |
| Auxílio Doença | 10 | 5 | 15 |
| Pensão por morte | 786 | 5.679 | 6.465 |

- Aposent. por Tempo de Contrib.
- Aposent. por Idade
- Aposent. por Invalidez
- Auxílio Doença
- Pensão por morte
- Aposent. Especial



RELATÓRIO

Anual 2019



Plano Postalprev

Benefícios Pagos

| ESPÉCIE | ACUMULADO/2019 |
|------------------------------------|-----------------------|
| | VALOR (R\$) |
| Aposentadoria Normal | 33.091.616,59 |
| Aposentadoria Antecipada | 17.964.456,82 |
| Aposentadoria por Invalidez | 5.721.610,66 |
| Aposentadoria BAA/BAN (Pago único) | 6.777.564,72 |
| (=) Subtotal | 63.555.248,79 |
| Benefício de Pecúlio por Morte | 6.490.058,88 |
| Pensão por Morte | 7.223.190,46 |
| Pensão por Morte (Pago único) | 1.391.919,21 |
| (=) Subtotal | 15.105.168,55 |
| Auxílio Doença | 22.597.304,62 |
| (=) Subtotal | 22.597.304,62 |
| Total Geral | 101.257.721,96 |

Arrecadação

| CONTRIBUIÇÕES | ACUMULADO/2019 |
|--|-----------------------|
| | VALOR (R\$) |
| Participantes Básica | 156.257.969,60 |
| Participantes Específica | 32.485.743,41 |
| Participantes Voluntária | 3.124.795,13 |
| Participantes Extraordinária | 231.830,00 |
| Participantes Normal - Assistidos (BAD) | 1.898.145,35 |
| Subtotal Participantes | 193.998.483,49 |
| Patrocinadoras Regular | 152.282.345,50 |
| Patrocinadoras Específica | 30.031.200,09 |
| Patrocinadoras Normal - Assistidos (BAD) | 1.714.715,65 |
| Subtotal Patrocinadora | 184.028.261,24 |
| Total Geral | 378.026.744,73 |

RELATÓRIO

Anual 2019



Estatísticas Gerais

| Descrição | PostalPrev |
|---|---------------|
| Participantes Sexo Masculino | 66.842 |
| Participantes Sexo Feminino | 20.062 |
| Total de Participantes Ativos | 86.904 |
| Aposentados Sexo Masculino | 3.597 |
| Aposentados Sexo Feminino | 1.225 |
| Total de Aposentados | 4.822 |
| Idade Média - Assistido | 59 |
| Benefício Médio - Assistido | R\$ 969,10 |
| Pensionistas Sexo Masculino | 328 |
| Pensionistas Sexo Feminino | 1.212 |
| Total de Pensionistas | 1.540 |
| Idade Média - Pensionista | 54 |
| Benefício Médio - Pensionista | R\$ 375,00 |
| Auxílio-Doença - Sexo Masculino | 1.254 |
| Auxílio-Doença - Sexo Feminino | 412 |
| Total de Participantes em Auxílio-Doença | 1.666 |
| Idade Média - Auxílio-Doença | 46 |
| Tempo de Patrocinador - Auxílio-Doença | 17 |
| Tempo de Plano - Auxílio-Doença | 10 |
| Benefício Médio - Auxílio-Doença | R\$ 1.441,04 |

| Tipo de Benefício | Masculino | Feminino | Total |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Aposent. Normal | 1.678 | 481 | 2.159 |
| Aposent. Antecipada | 992 | 528 | 1.520 |
| Aposent. por Invalidez | 927 | 216 | 1.143 |
| Subtotal Aposentadorias | 3.597 | 1.225 | 4.822 |
| Auxílio Doença | 1.254 | 412 | 1.666 |
| Pensão por morte | 328 | 1.212 | 1.540 |

■ Aposent. Normal
■ Aposent. Antecipada
■ Aposent. por Invalidez
■ Auxílio Doença
■ Pensão por morte



RELATÓRIO

Anual 2019



Estudo das Premissas

Plano de Benefício Definido

| PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS | Exercício 2019 | Exercício 2020 |
|--|---|--|
| Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevida | AT-2000 M&F | AT-2000 M&F |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | AT-49 M (A65%) e F (A75%) | AT-49 M (A65%) e F (A75%) |
| Tábua de Entrada em Invalidez | LIGHT MÉDIA (D65%) | LIGHT MÉDIA (D65%) |
| Custo de Pensão: | Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial. | Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial |
| | Benefícios Concedidos: Família Real. | Benefícios Concedidos: Família Real. |
| Rotatividade | EXP. GAMA ROT 2018 (Taxa média de 1,17% até a aposentadoria e nula após essa idade) | EXP. POSTALIS ROT 2019 (Taxa média de 1,33% até a aposentadoria e nula após essa idade) |
| Entrada em aposentadoria(I) | 24 meses | Entre 24 e 25 meses |

(I) Hipótese considera que os participantes irão solicitar a concessão do benefício de aposentadoria após 2 anos da idade estabelecida no regulamento do plano.

BASES ECONÔMICOS E FINANCEIRAS

| | | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Taxa de Juros Técnico Atuarial | 4,90% a.a. | 4,60% a.a. |
| Crescimento Real Anual do Salário | Não aplicável | Não aplicável |
| Fator de Capacidade | 98,00% | 98,00% |

Plano Postalprev

| PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS | Exercício 2019 | Exercício 2020 |
|--|---|--|
| Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevida | AT-2000 M&F | BR-EMSSb-2015 M&F |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | RP 2000 DISABLED M&F | RP 2000 DISABLED M&F |
| Tábua de Entrada em Invalidez | LIGHT MÉDIA D60% | LIGHT MÉDIA D60% |
| Custo de Pensão: | Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial. | Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial |
| | Benefícios Concedidos: Família Real. | Benefícios Concedidos: Família Real. |
| Rotatividade | Experiência PostalPrev 2014-2017 (taxa média de 2,98% até a aposentadoria e nula após essa idade) | Experiência PostalPrev 2015-2018 (taxa média de 2,79% até a aposentadoria e nula após essa idade) |
| Entrada em aposentadoria | Não aplicável | Não aplicável |

BASES ECONÔMICOS E FINANCEIRAS

| | | |
|-----------------------------------|--|--|
| Crescimento Real Anual do Salário | Taxa média de 2,03% a.a. (IC95% de 1,87% a 2,20%) | Taxa média de 2,00% a.a. (IC95% de 1,84% a 2,15%) |
| Taxa de Juros Técnico Atuarial | 4,95% a.a. | 4,80% a.a. |
| Fator de Capacidade | 98,00% | 98,00% |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstrativo de Investimentos

Composição Patrimonial

Plano Benefício Definido (Em R\$ mil)

| Ativo | Benchmark | Vencimento | Valor de Custo | Valor Total dos Investimentos | |
|--|-----------|------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| | | | | 2019 | 2018 |
| INVESTIMENTOS | | | | 3.193.996 | 2.862.540 |
| A. Títulos Públicos | | | 1.185.629 | 1.685.440 | 1.484.282 |
| Notas do Tesouro Nacional | | | | 1.580.840 | 1.484.282 |
| NTN-B | | | 1.185.629 | 1.580.840 | 1.484.282 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,13% a 7,14%) | 15/05/2019 | 194.885 | - |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,84% a 6,75%) | 15/08/2020 | 102.154 | 133.811 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,99% a 7,14%) | 15/05/2021 | 224.384 | 264.213 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,28% a 6,28%) | 15/08/2022 | 223.821 | 308.197 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,04%) | 15/05/2023 | 29.940 | 182.516 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,26% a 6,43%) | 15/08/2024 | 190.249 | 352.604 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,65%) | 15/08/2026 | 31.243 | 39.939 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,15% a 5,16%) | 15/05/2035 | 66.966 | 87.404 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,17% a 6,41%) | 15/05/2045 | 99.177 | 163.294 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,29%) | 15/08/2050 | 22.811 | 48.859 |
| LFT | | | | 104.601 | - |
| LFT | TPF | | 01/09/2025 | 100.823.277,92 | 104.601 |
| B. Créditos Privados e Depósitos | | | | 50.550 | 43.779 |
| Instituições Financeiras | | | | 1.540 | 2.517 |
| BNP - PANAMERICANO | CDB | | 18/12/2020 | 1.540 | 2.517 |
| Companhias Abertas | | | | 38.887 | 23.885 |
| VALE DO RIO DOCE | DEBNE | | 30/12/2021 | 4 | 10.866 |
| BMG | DEBN | | 01/09/2017 | 25.000 | 17.454 |
| VALORES A RECEBER | DEBN | | | - | 10.567 |
| Companhias Fechadas | | | | 9.146 | 17.577 |
| ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA | CCB-F | | | 38.000 | - |
| ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA | CCB-F | IGPM + 10,5% a.a. | 01/06/2019 | 15.000 | - |
| ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA | CCB-F | IGPM + 10,5% a.a. | 01/06/2019 | 15.000 | - |
| ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA | CCB-F | IGPM + 10,5% a.a. | 01/06/2019 | 8.000 | - |
| IFSC - INFRASEC SECURITIZADORA SA | CRI | IGPM + 7,6% a.a. | 07/04/2027 | 9.734 | 9.146 |
| C. Ações | | | | 51.486 | 49.750 |
| Sociedade de Propósito Específico | | | | 8.777 | 13.023 |
| BBM DB INCORPORACÕES S.A. | SPE | IPCA + 8% a.a. | 20/02/2021 | 13.383 | 8.777 |
| Ações | | | | 42.709 | 36.727 |
| JOÃO FORTES | | | | - | 9.114 |
| PLASCAR | | | | - | 6.591 |
| RAIL3 | | | | - | 27.004 |
| | | | | | 17.589 |

RELATÓRIO

Anual 2019



Composição Patrimonial

Plano Benefício Definido (Em R\$ mil)

| Segmento de Aplicação | | | Tipo de Fundo | Valor de Custo | Valor de Mercado | |
|--|-------|--|-----------------------------|----------------|------------------|-----------------|
| | | | | | 2019 | 2018 |
| D. Fundos de Investimentos | | | | | 882.639 | 735.599 |
| Referenciado | | | | | 72.369 | 217.745 |
| BNP PARIBAS MATCH DI FIRF – CRÉDITO PRIVADO | FIRF | | Aberto | - | - | - |
| SANTANDER INST | FIRF | | Aberto | - | 72.369 | 217.745 |
| Renda Fixa | | | | | 7.665 | 12.840 |
| INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA | FIRF | | Aberto | - | 7.665 | 12.752 |
| INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA | FIRF | | Aberto | - | - | - |
| SANTANDER FIRF MASTER CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO | FIRF | | Aberto | - | - | 43 |
| BRB FIC FIRF DI LONGO PRAZO 1 MILHÃO | FIRF | | Aberto | - | - | 45 |
| Dívida Externa | | | | | 112.134 | 97.382 |
| BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa | FIDE | | Aberto | - | 112.134 | 97.382 |
| Multimercado | | | | | 477 | 319 |
| FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO HUNGRIA | FIRF | | Fechado-Exclusivo | - | 477 | 319 |
| Direitos Creditórios | | | | | 398.678 | 143.565 |
| FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL ITÁLIA | FIDC | | Fechado | - | 627 | 98 |
| CJP FIDC NÃO PADRONIZADOS - CRÉDITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | FIDC | | Aberto | - | 398.051 | 143.467 |
| Empresas Emergentes | | | | | 17.445 | 18.194 |
| EMPREENDEROR BRASIL - FMIEE | FMIEE | | Fechado | 14.700 | 11.526 | 11.806 |
| JARDIM BOTÂNICO VC I - FMIEE | FMIEE | | Fechado | 16.000 | 5.919 | 6.388 |
| Participações - Plano BD | | | | | 273.870 | 245.554 |
| ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 124.178 | 180.567 | 152.022 |
| FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE | FIP | | Fechado - Inv. Qualificados | 40.000 | - | - |
| FLORESTAS DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 35.303 | 83.164 | 79.993 |
| INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 39.308 | - | - |
| INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 32.857 | 8.867 | 11.788 |
| MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 196.899 | - | - |
| NOVA ENERGY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 99.930 | 1.271 | 1.751 |
| Valor a Pagar | | | | | (30.382) | (30.324) |
| FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA | FIP | | Fechado | 67.500 | (2.274) | (2.274) |
| FIP MULTIFESTRATEGIA BIOENERGIA | FIP | | Fechado | - | (27.468) | (27.961) |
| INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | - | (641) | (90) |
| MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | FIP | | Fechado | 196.899 | (77) | - |

RELATÓRIO

Anual 2019



Composição Patrimonial

Plano Benefício Definido (Em R\$ mil)

| | | | | | |
|---|---|---|----------------|----------------|----------------|
| E. Investimentos Imobiliários | | | | 271.816 | 285.304 |
| Aluguel e Renda | | | 194.906 | 267.407 | 275.865 |
| Locada a Patrocinador | - | | 194.906 | 267.407 | 275.865 |
| Terreno - Cajamar | - | | 23.671 | 126.360 | 126.360 |
| Custo Corrigido | - | | 171.235 | 160.939 | 160.881 |
| Reavaliação Corrigida - Edificação | | | | (22.139) | - |
| Aluguel a receber | - | - | | 2.034 | 2.034 |
| Depreciação | - | - | - | - | - |
| Provisão para perdas | - | - | - | - | - |
| Outros Realizáveis | - | - | | 213 | 21 |
| Outros Investimentos Imobiliários | | | | | |
| Terreno - Finorte | - | - | - | - | - |
| Edificação - Finorte | - | - | - | - | - |
| Depreciação | - | - | - | - | - |
| Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários | | | | 4.408 | 9.439 |
| Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos | - | - | - | | 1.225 |
| Ed. Aron Birmann 20 - GTS | - | - | | 1.733 | 4.333 |
| 4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos | - | - | - | | - |
| Fazenda Santo Antonio | - | - | | 1.517 | 1.517 |
| F. Empréstimos e Financiamentos | | | | 234.759 | 246.063 |
| Empréstimos | | - | - | 234.759 | 246.063 |
| G. Depósito Judicial | | | | 17.306 | 17.762 |
| Depósitos | | - | - | 17.306 | 17.762 |

Fonte: CPC/GGI/DIN

RELATÓRIO

Anual 2019



Composição Patrimonial

Postalprev - Em R\$ mil

| Ativo | Benchmark | Vencimento | Valor de Custo | Valor Total dos Investimentos | |
|---|-----------|------------------------|----------------|-------------------------------|-----------|
| | | | | 2019 | 2018 |
| INVESTIMENTOS | | | | 5.509.205 | 4.661.572 |
| A. Títulos Públicos | | | 2.808.747 | 4.093.150 | 3.342.378 |
| Notas do Tesouro Nacional | | | | 3.513.209 | 3.342.378 |
| NTN-B | | | 2.808.747 | 3.513.209 | 3.342.378 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,01% a 6,04%) | 15/05/2021 | 89.049 | 99.005 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,35% a 6,71%) | 15/08/2022 | 430.166 | 532.804 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,53%) | 15/05/2023 | 30.979 | 33.484 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,08% a 5,25%) | 15/08/2026 | 97.649 | 119.818 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,25% a 7,00%) | 15/08/2030 | 254.681 | 351.204 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,00% a 7,57%) | 15/05/2035 | 401.339 | 466.564 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (6,64%) | 15/08/2040 | 24.926 | 31.256 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,21% a 6,77%) | 15/05/2045 | 191.521 | 223.138 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,13% a 7,30%) | 15/08/2050 | 924.087 | 1.261.808 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,07% a 6,10%) | 15/05/2055 | 364.349 | 394.128 |
| LFT | | | | - | 579.941 |
| LFT | TPF | | 01/09/2025 | 231.269.161 | 240.581 |
| LFT | TPF | | 01/03/2026 | 338.891.279 | 339.360 |
| B. Créditos Privados e Depósitos | | | | 73.933 | 65.453 |
| Instituições Financeiras | | | | 73.933 | 65.453 |
| SAFRA | LF | | | 20.000 | 44.710 |
| SAFRA | LF | IPCA + 8,75% a.a. | 07/02/2024 | 10.000 | 22.530 |
| SAFRA | LF | IPCA + 8,46% a.a. | 07/01/2021 | 10.000 | 22.180 |
| PINE | LF | | | 14.056 | 29.222 |
| PINE | LF | 16% a.a. | 06/12/2021 | 874 | 1.816 |
| PINE | | | | | 1.589 |
| C. Sociedade de Propósito Específico | | | | 20.204 | 29.980 |
| BBM DB INCORPORAÇÕES S.A. | SPE | IPCA + 8% a.a. | 20/02/2021 | 30.815 | 20.204 |

RELATÓRIO

Anual 2019



Composição Patrimonial - Postalprev Postalprev - Em R\$ mil

| Segmento de Aplicação | | | Tipo de Fundo | Valor de Custo | Valor de Mercado | |
|---|--------|--|---------------|----------------|------------------|---------|
| | | | | | 2019 | 2018 |
| D. Fundos de Investimentos | | | | | 854.209 | 743.655 |
| Referenciado | | | | | 36.878 | 187.627 |
| SANTANDER INST | FIRF | | Aberto | | 36.878 | 187.627 |
| Fundo de Investimento em ações | | | | | 758.534 | 514.865 |
| FIC FIA POSTAL BRASIL | FICFIA | | Aberto | | 733.454 | - |
| EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL II FIA | FIA | | Aberto | | 25.021 | - |
| GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FICFIA | FICFIA | | Aberto | | - | 61.377 |
| PACIFICO AÇÕES FICFIA | FICFIA | | Aberto | | 60 | 36.822 |
| PERIMETER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES | FIA | | Aberto | | - | 517 |
| STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA | FIA | | Aberto | | - | 59.080 |
| SAGA INSTITUCIONAL FIA | FIA | | Aberto | | - | 65.076 |
| XP INVESTOR | FIA | | Aberto | | - | 36.152 |
| BTG ABSOLUTO | FIA | | Aberto | | - | 120.693 |
| BNP PARIBAS ACTION FIC FIA | FIA | | Aberto | | - | 57.080 |
| XP INVESTOR 30 | FIA | | Aberto | | - | 78.067 |
| Fundo Multimercado | | | | | 41.321 | 38.263 |
| ABSOLUTE HEDGE | FIM | | Aberto | | 18.600 | 17.321 |
| AZ QUEST | FIM | | Aberto | | 11.329 | 10.327 |
| SAGA TOP | FIM | | Aberto | | 11.392 | 10.614 |
| Direitos Creditórios | | | | | 13.895 | 98 |
| FIDC MULTISEITORIAL ITÁLIA | FIDC | | Fechado | | 627 | 98 |
| FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISEITORIAL | FIDC | | Fechado | | - | - |
| SCE FIDC SUBORDINADA | FIDC | | Fechado | | - | - |
| VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC PREFERENCIAL | FIDC | | Fechado | | 13.268 | - |
| VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC SENIOR | FIDC | | Fechado | | - | - |
| POSTALIS CADENCE II FIDC | FIDC | | Fechado | | - | - |
| Fundo Imobiliário | | | | | 3.581 | 2.802 |
| FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA | FII | | Fechado | | 3.581 | 2.802 |
| E. Empréstimos e Financiamentos | | | | | 467.704 | 480.105 |
| Empréstimos | | | - | | 467.704 | 480.105 |
| F. Depósitos Judiciais | | | | | 5 | 2 |
| Cíveis | | | | | 5 | 2 |

Fonte: CPC/GGI/DIN

RELATÓRIO

Anual 2019



Composição Patrimonial

PGA - Em R\$ mil

| Ativo | | | Vencimento | Valor de Custo | Valor de Mercado | |
|----------------------------------|------|------------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|
| | | | | | 2019 | 2018 |
| INVESTIMENTOS | | | | | 165.998 | 147.625 |
| A. Títulos Públicos | | | | 135.251 | 149.318 | 70.175 |
| <i>Notas do Tesouro Nacional</i> | | | | | 79.879 | 70.175 |
| NTN-B | TPF | IPCA + (5,06% a 5,08%) | 15/08/2026 | 65.888 | 79.879 | 70.175 |
| <i>LFT</i> | | | | | 69.439 | 2.996 |
| LFT | TPF | | 01/03/2026 | 69.343 | 69.439 | - |
| Segmento de Aplicação | | | Tipo de Fundo | Valor de Custo | Valor de Mercado | |
| | | | | | 2019 | 2018 |
| B. Fundos de Investimentos | | | | | 16.680 | 77.450 |
| Renda Fixa | | | | | 16.680 | 77.450 |
| SANTANDER INSTITUCIONAL FIRF | FIRF | | Aberto | | 16.680 | 77.450 |

Fonte: CPC/GGI/DIN

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstrativo das Despesas

Despesas com Administração Direta de Investimentos

| Despesas 2019 | TERCEIRIZADA | | | CARTEIRA PRÓPRIA | | |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|----------------------|
| | BD | CV | PGA | BD | CV | PGA |
| Taxa de Administração e Gestão | 6.889.838,92 | 12.500.195,23 | 123.805,25 | - | - | - |
| Taxa de Custódia | 70.605,89 | 347.523,53 | - | 672.615,38 | 992.377,23 | 33.366,51 |
| Taxa de Performance | 22.630,26 | 973.469,64 | - | - | - | - |
| Taxa CVM | 94.630,13 | 46.273,19 | 650,96 | - | - | - |
| Taxa CETIP | 124.954,15 | 66.840,53 | 2.513,28 | 135.762,65 | 43.508,77 | 1.541,24 |
| Taxa ANBIMA | 24.070,13 | 7.493,20 | 108,23 | - | - | - |
| Taxa de Distribuição | - | 94,29 | - | - | - | - |
| Taxa de Escrituração | 21.366,48 | 172,03 | - | - | - | - |
| Taxa CBLC | 23,69 | 872,59 | - | 1.445,67 | 1.779,56 | - |
| Taxa de Estruturação | - | - | - | - | - | - |
| Taxa SELIC | 8.048,16 | 930,61 | - | 49.008,39 | 111.360,38 | 2.500,17 |
| Despesas Auditoria | 327.116,78 | 56.200,18 | 92,27 | - | - | - |
| Despesas Cartório | 16.726,32 | 14.218,65 | 6,19 | 306.124,15 | 148.883,96 | - |
| Despesas Jurídicas | 3.142.650,87 | 141.360,54 | - | 1.635.316,42 | 636.039,81 | - |
| Correspondências | 610,80 | 1.574,57 | 99,56 | - | - | - |
| Gráfica | 102,86 | 683,90 | - | - | - | - |
| Taxa de Liquidação Financeira | 5.625,00 | 834,68 | - | - | - | - |
| Despesas Bancárias | 1513,17 | 2.849,62 | - | - | - | - |
| Despesas Administrativas | 158.960,39 | 3.214,08 | - | - | - | - |
| Arbitragem | - | - | - | 485.230,69 | - | - |
| Agente fiduciário | 132.531,93 | - | - | 27.491,85 | 116.970,73 | - |
| Despesas de Consultoria | 331.313,01 | 16.687,59 | - | 173.161,87 | 69.264,11 | - |
| Diversas | 190.068,63 | 500.210,62 | - | - | - | - |
| BM&F Bovespa | - | 347,31 | - | - | - | - |
| Imposto com recuperação | - | - | - | 1747.614,17 | 2.145.665,57 | - |
| Agentes de recuperação | - | - | - | 2.669.895,47 | 1.331.518,92 | - |
| Taxa de recuperação | - | - | - | - | - | - |
| IOF | - | 28.744,01 | - | - | - | - |
| SUBTOTAL | 11.563.387,58 | 14.710.790,58 | 127.275,75 | 7.903.666,70 | 5.597.369,05 | 37.407,92 |
| TOTAL | Terceirizada | | 26.401.453,91 | Carteira Própria | | 13.538.443,67 |

Fonte: CPC/GGI/DIN



Resultados e Enquadramentos dos Investimentos

Rentabilidade dos Planos

| PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO | RENTABILIDADE | |
|---|--------------------|-------------|
| | % NO MÊS (12/2019) | % ACUMULADA |
| RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO | | |
| RENDA FIXA | 14,77% | 30,17% |
| RENDA VARIÁVEL | 18,03% | 20,35% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 9,40% | 12,24% |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | -4,03% | 15,15% |
| IMOBILIÁRIO | -1,37% | 10,25% |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 1,01% | 15,08% |
| RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA | 10,73% | 23,44% |
| META ATUARIAL | 1,62% | 9,62% |

| PLANO POSTALPREV | RENTABILIDADE | |
|---|--------------------|-------------|
| | % NO MÊS (12/2019) | % ACUMULADA |
| RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO | | |
| RENDA FIXA | 1,34% | 12,37% |
| RENDA VARIÁVEL | 8,92% | 49,01% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 1,11% | 7,99% |
| IMOBILIÁRIO | 62,30% | 11867,22% |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | -0,17% | 5,63% |
| RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA | 2,13% | 14,30% |
| META ATUARIAL | 1,63% | 9,67% |

| PLANO PGA | RENTABILIDADE | |
|---|--------------------|-------------|
| | % NO MÊS (12/2019) | % ACUMULADA |
| RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO | | |
| RENDA FIXA | 0,91% | 12,13% |
| RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA | 0,91% | 12,13% |

RELATÓRIO

Anual 2019

Enquadramento do Plano BD

| Segmento | Política de Investimento | Res. CMN 4.661 | Valor Aplicado | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------|-------------------------|--------|
| | | | R\$ | % |
| DISPONÍVEL | | | 1187.546,94 | 0,04% |
| RENDA FIXA | 100% | 100% | 2.206.150.171,62 | 70,07% |
| RENDA VARIÁVEL | 30% | 70% | 42.708.969,15 | 1,36% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 20% | 20% | 291.792.690,95 | 9,27% |
| INVESTIMENTOS EXTERIOR | 4% | 10% | 112.134.204,94 | 3,56% |
| IMOBILIÁRIO | 20% | 20% | 281.525.234,22 | 8,94% |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 15% | 15% | 234.759.225,95 | 7,46% |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS | | | 17.305.955,12 | 0,55% |
| VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA | | | 7.619.408,82 | 0,24% |
| (-) EXIGÍVEL OPERACIONAL | | | (33.001.028,98) | -1,05% |
| (-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | | | (13.773.012,56) | -0,44% |
| RECURSOS GARANTIDORES | | | 3.148.409.366,16 | |

Plano BD

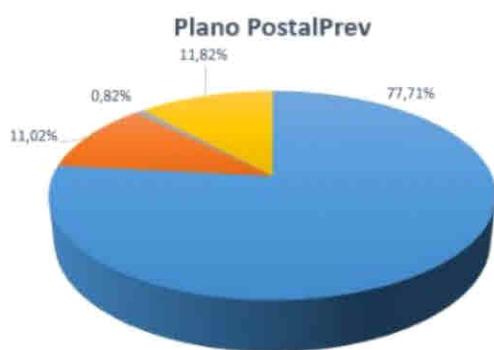


RELATÓRIO

Anual 2019

Enquadramento do Plano Postalprev

| Segmento | Política de Investimento | Res. CMN 4.661 | Valor Aplicado | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------|-------------------------|--------|
| | | | R\$ | % |
| DISPONÍVEL | | | 1.938.586,64 | 0,04% |
| RENDA FIXA | 100% | 100% | 4.306.727.866,84 | 78,21% |
| RENDA VARIÁVEL | 20% | 70% | 695.347.053,28 | 12,63% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 3,68% | 20% | 41.321.006,52 | 0,75% |
| INVESTIMENTOS EXTERIOR | 0% | 10% | - | 0,00% |
| IMOBILIÁRIO | 20% | 20% | 3.580.933,98 | 0,07% |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 15% | 15% | 467.704.338,89 | 8,49% |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECUSAIS | | | 5.074,18 | 0,00% |
| VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA | | | (5.481.061,13) | -0,10% |
| (-) EXIGÍVEL OPERACIONAL | | | (4.388.411,17) | -0,08% |
| (-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | | | | 0,00% |
| RECURSOS GARANTIDORES | | | 5.506.755.388,04 | |



* RENDA FIXA ■ RENDA VARIÁVEL ■ INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS ■ OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES*

RELATÓRIO

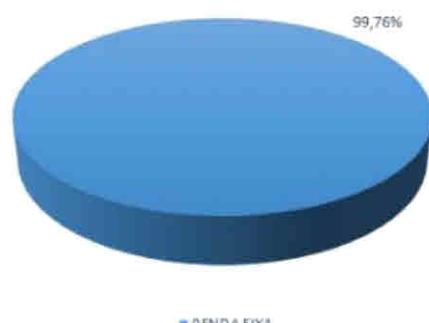
Anual 2019



Enquadramento do Plano PGA

| Segmento | Política de Investimento | Res. CMN 4.661 | Valor Aplicado | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------|-----------------------|--------|
| | | | R\$ | % |
| DISPONÍVEL | | | 4.742.612,02 | 2,78% |
| RENDA FIXA | 100% | 100% | 166.001.539,54 | 97,22% |
| RENDA VARIÁVEL | 15% | 70% | - | 0,00% |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0% | 20% | - | 0,00% |
| INVESTIMENTOS EXTERIOR | 0% | 10% | - | 0,00% |
| IMOBILIÁRIO | 8% | 20% | - | 0,00% |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 0% | 15% | - | 0,00% |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS | | | - | 0,00% |
| VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA | | | - | 0,00% |
| (-) EXIGÍVEL OPERACIONAL | | | (3.933,71) | 0,00% |
| (-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | | | - | 0,00% |
| RECURSOS GARANTIDORES | | | 170.740.217,85 | |

Plano PGA



■ RENDA FIXA



Síntese da Política de Investimento para 2020-2024

A síntese das Políticas de Investimento norteiam as aplicações dos planos de benefícios (BD e Postalprev) nos próximos cinco anos, sendo revisadas anualmente, e não substituindo a íntegra dos documentos disponibilizados no site do Instituto: www.postalis.org.br.

Tais diretrizes objetivam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade suficiente para o equilíbrio entre ativos e passivos, bem como evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam adequados aos objetivos dos planos.

O Postalis adota normas e políticas de controles internos estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, buscando:

- a adoção de uma cultura interna que visa às práticas de governança na gestão dos investimentos de forma ética, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;
- responsabilidades e limites de alçadas acerca dos investimentos, desinvestimentos e repactuações, todas condicionadas à aprovação dos órgãos colegiados (Conselhos Fiscal e Deliberativo) e vedações nos termos e condições legais;
- realização de reuniões periódicas, analisando e acompanhando os investimentos a fim de monitorar tempestivamente os diversos riscos inerentes, inclusive acerca da alocação por segmento na carteira de investimentos;
- apreçamento dos ativos financeiros a valor de mercado de acordo com os critérios previstos na CVM e na Anbima, não excluindo a possibilidade de contabilizar a marcação na curva dos títulos carregados até o vencimento do papel;
- os melhores resultados e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades, observando os princípios socioambientais; e
- em cumprimento a Resolução 4.661/2018 – CMN, o Postalis, adicionalmente, segue os procedimentos da Instrução da Previc nº 06 de 2018, utilizando normativos, tais como: Política de Risco de Investimentos, Política de Seleção de Prestadores de Serviços de Investimentos, manuais normativos de Investimentos e de Apreçamento de Ativos de Investimentos.

RELATÓRIO

Anual 2019



O quadro a seguir demonstra o índice de referência dos planos de investimentos para atingimento das respectivas metas.

| Segmento | PostalPrev | BD |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Índice de referência / Meta atuária | INPC + 4,80 a.a. | INPC + 4,60 a.a. |
| Renda Fixa | IPCA + 5,40% a.a. | IPCA + 3,50% a.a. |
| Renda Variável | IPCA + 7,29% a.a. | IPCA + 7,29% a.a. |
| Estruturados | IPCA + 2,33% a.a. | 0 |
| Exterior | N.A. | IPCA + 3,40% a.a. |
| Imobiliário | IPCA + 5,50 a.a. | IPCA + 5,50 a.a. |
| Operações com participantes | IPCA + 5,50 a.a. | IPCA + 5,50 a.a. |

Na sequência, a tabela apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2020 e os limites de realocação permitidos.

| Plano BD | | | | | |
|-----------------------------|--------------|-------------------|----------|----------|--|
| Segmento | Limite Legal | Alocação Objetivo | Limits | Segmento | |
| | | | Inferior | Superior | |
| Renda Fixa | 100% | 52,40% | 50% | 100% | |
| Renda Variável | 70% | 14,10% | 0% | 20% | |
| Investimentos Estruturados | 20% | 12,10% | 0% | 15% | |
| Investimentos no Exterior | 10% | 0% | 0% | 6% | |
| Imobiliário | 20% | 12,70% | 0% | 15% | |
| Operações com Participantes | 15% | 8,80% | 0% | 15% | |

| Plano Postalprev | | | | | |
|-----------------------------|--------------|-------------------|----------|----------|--|
| Segmento | Limite Legal | Alocação Objetivo | Limits | Segmento | |
| | | | Inferior | Superior | |
| Renda Fixa | 100% | 76,30% | 70% | 100% | |
| Renda Variável | 70% | 13,40% | 10% | 30% | |
| Investimentos Estruturados | 20% | 0% | 0% | 3% | |
| Investimentos no Exterior | 10% | 0% | 0% | 5% | |
| Imobiliário | 20% | 0% | 0% | 10% | |
| Operações com Participantes | 15% | 10,30% | 0% | 15% | |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial - Consolidado

| ATIVO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | PASSIVO | Exercício 2019 | Exercício 2018 |
|----------------------------------|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| DISPONIVEL | 7.869 | 4.612 | EXIGIVEL OPERACIONAL (Nota 9) | 255.558 | 231.836 |
| | | | GESTAO PREVIDENCIAL | 209.566 | 190.115 |
| | | | GESTAO ADMINISTRATIVA | 11.689 | 10.595 |
| REALIZAVEL | 9.093.831 | 7.954.621 | INVESTIMENTOS | 34.303 | 31.125 |
| GESTAO PREVIDENCIAL (Nota 6.1) | 162.410 | 228.570 | | | |
| GESTAO ADMINISTRATIVA (Nota 6.2) | 62.223 | 54.313 | | | |
| INVESTIMENTOS (Nota 6.3) | 8.869.199 | 7.671.738 | EXIGIVEL CONTINGENCIAL (Nota 10) | 74.961 | 85.613 |
| Titulos públicos | 5.927.908 | 4.896.835 | GESTAO PREVIDENCIAL | 6.549 | 8.301 |
| Créditos privados e depósitos | 124.483 | 109.232 | GESTAO ADMINISTRATIVA | 54.639 | 62.231 |
| Ações | 71.690 | 79.730 | INVESTIMENTOS | 13.773 | 15.081 |
| Fundos de investimentos | 1.753.528 | 1.556.704 | | | |
| Investimentos imobiliários | 271.816 | 285.304 | PATRIMONIO SOCIAL | 8.775.152 | 7.644.755 |
| Empréstimos e financiamentos | 702.464 | 726.168 | PATRIMONIO DE COBERTURA DO PLANO | 8.032.717 | 7.009.032 |
| Depósitos Judiciais | 17.311 | 17.764 | PROVISÕES MATEMATICAS (Nota 12) | 14.806.245 | 13.020.375 |
| | | | Benefícios Concedidos | 12.415.978 | 10.957.914 |
| | | | Benefícios a Conceder | 8.008.462 | 7.588.992 |
| PERMANENTE (Nota 6.4) | 3.971 | 2.971 | | | |
| Imobilizado | 1.298 | 1.061 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | (5.618.195) | (5.526.531) |
| Intangível | 2.673 | 1.910 | | | |
| | | | (-) Deficit Equacionado | (5.618.195) | (5.526.531) |
| | | | EQUILIBRIO TECNICO | (6.773.528) | (6.011.343) |
| | | | Resultados Realizados | (6.773.528) | (6.011.343) |
| | | | (-) Deficit Técnico Acumulado | (6.773.528) | (6.011.343) |
| | | | FUNDOS (Nota 13) | 742.435 | 635.722 |
| | | | FUNDOS PREVIDENCIAIS | 543.747 | 475.881 |
| | | | FUNDOS ADMINISTRATIVOS | 177.528 | 141.124 |
| | | | FUNDOS DOS INVESTIMENTOS | 21.160 | 18.717 |
| TOTAL DO ATIVO | 9.105.671 | 7.962.204 | TOTAL DO PASSIVO | 9.105.671 | 7.962.204 |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado

| Descrição | | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|-----------|--|----------------|----------------|--------------|
| A) | PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO | 7.644.755 | 6.818.889 | 12,1% |
| | 1. ADIÇÕES | 2.353.565 | 1.917.337 | 22,8% |
| (+) | Contribuições Previdenciais | 910.570 | 1.038.382 | |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 1.349.014 | 786.938 | |
| (+) | Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | 1.036 | - | |
| (+) | Receitas Administrativas | 62.853 | 78.851 | |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa | 18.345 | 10.563 | |
| | Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa | 9.303 | - | |
| (+) | Constituição de Fundos de Investimentos | 2.443 | 2.603 | |
| | 2. DESTINAÇÕES | (1.223.167) | (1.091.471) | 12,1% |
| (-) | Benefícios | (1.168.706) | (1.026.275) | |
| (-) | Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | (363) | (1.030) | |
| (-) | Despesas Administrativas | (54.098) | (64.096) | |
| (-) | Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa | - | (69) | |
| | 3. ACRESCIMO/DESCRESCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2) | 1.130.398 | 825.866 | 36,9% |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | 1785.870 | 181.773 | |
| (+/-) | Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | (762.185) | 519.371 | |
| (+/-) | Fundos Previdenciais | 67.956 | 96.870 | |
| (+/-) | Fundos Administrativos | 36.404 | 25.249 | |
| (+/-) | Fundos dos Investimentos | 2.443 | 2.603 | |
| B) | PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3) | 8.775.153 | 7.644.755 | 14,8% |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefícios

Benefício Definido

| Descrição | | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|-----------|--|----------------|----------------|--------------|
| A) | ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO | 2.867.799 | 2.749.509 | 4,3% |
| | 1. ADIÇÕES | 1.193.235 | 911.566 | 30,9% |
| (+) | Contribuições Previdenciais | 559.137 | 550.494 | |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 633.062 | 361.071 | |
| (+) | Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | 1.036 | - | |
| | 2. DESTINAÇÕES | (850.635) | (793.276) | 7,2% |
| (-) | Benefícios | (841.431) | (780.591) | |
| (-) | Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | - | (1.031) | |
| (-) | Custeio Administrativo | (9.204) | (11.654) | |
| | 3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2) | 342.600 | 118.290 | 189,6% |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | 1.093.528 | (349.155) | |
| (+/-) | Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | (750.928) | 467.444 | |
| B) | ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3) | 3.210.399 | 2.867.799 | 11,9% |
| C) | FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS | 25.356 | 20.824 | 21,8% |
| (+/-) | Fundos Administrativos | 20.708 | 16.208 | |
| (+/-) | Fundos dos Investimentos | 4.648 | 4.616 | |

Postalprev

| Descrição | | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|-----------|--|----------------|----------------|--------------|
| A) | ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO | 4.617.115 | 3.937.391 | 17,3% |
| | 1. ADIÇÕES | 1.097.076 | 956.018 | 14,8% |
| (+) | Contribuições Previdenciais | 381.123 | 530.151 | |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 715.952 | 425.867 | |
| | 2. DESTINAÇÕES | (348.125) | (276.294) | 26,0% |
| (-) | Benefícios | (327.275) | (245.684) | |
| (-) | Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | (363) | - | |
| (-) | Custeio Administrativo | (20.487) | (30.610) | |
| | 3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2) | 748.951 | 679.724 | 10,2% |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | 692.342 | 530.928 | |
| (+/-) | Fundos Previdenciais | 67.866 | 96.870 | |
| (+/-) | Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | (11.257) | 51.926 | |
| B) | ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3) | 5.366.066 | 4.617.115 | 16,2% |
| C) | FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS | 173.332 | 139.018 | 24,7% |
| (+/-) | Fundos Administrativos | 156.820 | 124.916 | |
| (+/-) | Fundos dos Investimentos | 16.512 | 14.101 | |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração do Ativo Líquido - Por Plano de Benefícios

Benefício Definido

| DESCRÍÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|--------------|
| 1. ATIVOS | 3.378.380 | 3.030.842 | 11,5% |
| Disponível | 1188 | 737 | |
| Recebível | 183.196 | 167.564 | |
| Investimentos | 3.193.996 | 2.862.540 | |
| Titulos públicos | 1685.440 | 1484.282 | |
| Créditos privados e depósitos | 50.550 | 43.779 | |
| Ações | 51.486 | 49.751 | |
| Fundos de investimentos | 882.639 | 735.599 | |
| Investimentos imobiliários | 271.816 | 285.304 | |
| Empréstimos e financiamentos | 234.759 | 246.063 | |
| Depósitos Judiciais | 17.306 | 17.762 | |
| 2. OBRIGAÇÕES | 142.625 | 142.220 | 0,3% |
| Operacional | 122.303 | 118.838 | |
| Contingencial | 20.322 | 23.382 | |
| 3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4) | 25.356 | 20.824 | 21,8% |
| Fundos Administrativos | 20.708 | 16.208 | |
| Fundos dos Investimentos | 4.648 | 4.616 | |
| 4. TOTAL DOS ATIVOS LIQUIDOS (1 - 2 - 3) | 3.210.398 | 2.867.798 | 11,9% |
| Provisões Matemáticas | 9.996.013 | 8.902.486 | |
| Superávit/(Déficit) Técnico | (6.785.615) | (6.034.687) | |
| 5. APURAÇÃO DO EQUILÍBrio TÉCNICO AJUSTADO | | | |
| a) Equilíbrio Técnico | (6.785.615) | (6.034.687) | |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 16.413 | 21.913 | |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b) | (6.769.202) | (6.012.775) | 12,6% |

RELATÓRIO

Anual 2019



Postalprev

| DESCRÍÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|--------------|
| 1.ATIVOS | 5.668.657 | 4.868.143 | 16,4% |
| Disponível | 1.939 | 3.524 | |
| Recebível | 157.513 | 203.048 | |
| Investimentos | 5.509.205 | 4.661.572 | |
| Títulos Públicos | 4.093.150 | 3.342.378 | |
| Créditos privados e depósitos | 73.933 | 65.453 | |
| Ações | 20.204 | 29.980 | |
| Fundos de investimentos | 854.209 | 743.655 | |
| Empréstimos e financiamentos | 467.704 | 480.105 | |
| Depósitos Judiciais | 5 | 2 | |
| 2.OBRIGAÇÕES | 129.259 | 112.011 | 15,4% |
| Operacional | 129.259 | 112.011 | |
| 3.FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4) | 173.332 | 139.018 | 24,7% |
| Fundos Administrativos | 156.820 | 124.916 | |
| Fundos dos Investimentos | 16.512 | 14.101 | |
| 4.TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3) | 5.366.066 | 4.617.115 | 16,2% |
| Provisões Matemáticas | 4.810.232 | 4.117.890 | |
| Superávit/(Déficit) Técnico | 12.087 | 23.344 | |
| Fundos Previdenciais | 543.747 | 475.881 | |
| 5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO | | | |
| a) Equilíbrio Técnico | 12.087 | 23.344 | |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 46.755 | 36.515 | |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b) | 58.842 | 59.859 | -1,7% |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração das Provisões Técnicas - Por Plano de Benefícios

Benefício Definido

| DESCRIÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|--|--------------------|--------------------|---------------|
| PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5) | 3.357.672 | 3.014.634 | 11,4% |
| 1. Provisões Matemáticas | 9.996.013 | 8.902.486 | 12,3% |
| 1.1 Benefícios Concedidos | 11.826.333 | 10.478.961 | |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 11.826.333 | 10.478.961 | |
| 1.2 Benefícios a Conceder | 3.787.876 | 3.950.055 | |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 3.330.886 | 3.478.996 | |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 456.989 | 471.059 | |
| 1.3 Provisões Matemáticas a Constituir | (5.618.195) | (5.526.531) | |
| (-) Déficit Equacionado | (5.618.195) | (5.526.531) | |
| (-) Patrocinador(es) | (2.782.688) | (2.745.628) | |
| Equacionamento de 2012 | (606.641) | (598.646) | |
| Equacionamento de 2014 | (2.176.047) | (2.146.982) | |
| (-) Participantes | (776.289) | (767.125) | |
| Equacionamento de 2012 | (168.838) | (166.905) | |
| Equacionamento de 2014 | (607.451) | (600.220) | |
| (-) Assistidos | (2.059.218) | (2.013.778) | |
| Equacionamento de 2012 | (449.538) | (439.627) | |
| Equacionamento de 2014 | (1.609.680) | (1.574.151) | |
| 2. Equilíbrio Técnico | (6.785.615) | (6.034.687) | 12,4% |
| 2.1 Resultados Realizados | (6.785.615) | (6.034.687) | |
| (-) Déficit Técnico Acumulado | (6.785.615) | (6.034.687) | |
| 3. Fundos (Nota 5.4) | 4.648 | 4.616 | 0,7% |
| 3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial | 4.648 | 4.616 | |
| 4. Exigível Operacional | 122.303 | 118.838 | 2,9% |
| 4.1 Gestão Previdencial | 89.302 | 86.973 | |
| 4.2 Investimentos - Gestão Previdencial | 33.001 | 31.866 | |
| 5. Exigível Contingencial | 20.322 | 23.382 | -13,1% |
| 5.1 Gestão Previdencial | 6.549 | 8.301 | |
| 5.2 Investimentos - Gestão Previdencial | 13.773 | 15.081 | |

RELATÓRIO

Anual 2019



Postalprev

| DESCRÍÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|--|------------------|------------------|---------------|
| PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5) | 5.511.837 | 4.743.227 | 16,2% |
| 1. Provisões Matemáticas | 4.810.232 | 4.117.890 | 16,8% |
| 1.1 Benefícios Concedidos | 589.645 | 478.953 | |
| Contribuição Definida | 110.529 | 114.911 | |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 479.117 | 364.042 | |
| 1.2 Benefício a Conceder | 4.220.586 | 3.638.937 | |
| Contribuição Definida | 4.220.586 | 3.638.937 | |
| Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es) | 2.077.483 | 1.790.233 | |
| Saldo de Contas - parcela participantes | 2.143.104 | 1.848.704 | |
| 2. Equilíbrio Técnico | 12.087 | 23.344 | -48,2% |
| 2.1 Resultados Realizados | 12.087 | 23.344 | |
| Superávit Técnico Acumulado | 12.087 | 23.344 | |
| Reserva de Contingência | 12.087 | 23.344 | |
| 3. Fundos | 560.259 | 489.982 | 14,3% |
| 3.1 Fundos Previdenciais | 543.747 | 475.881 | |
| 3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial | 16.512 | 14.101 | |
| 4. Exigível Operacional | 129.259 | 112.011 | 15,4% |
| 4.1 Gestão Previdencial | 124.870 | 109.179 | |
| 4.2 Investimentos - Gestão Previdencial | 4.388 | 2.832 | |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado

| Descrição | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|------------------|
| A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 141.125 | 115.876 | 21,8% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 81.198 | 89.414 | -9,2% |
| 1.1 Receitas | 81.198 | 89.414 | -9,2% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 29.690 | 42.264 | |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 23.777 | 29.224 | |
| Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos | 5.988 | 6.729 | |
| Receitas Diretas | 221 | 346 | |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos | 18.345 | 10.563 | |
| Outras Receitas | 3.177 | 289 | |
| 2. Despesas Administrativas | 54.098 | 64.096 | -15,6% |
| 2.1 Administração Previdencial | 24.333 | 28.144 | -13,5% |
| Pessoal e Encargos | 18.104 | 21.061 | |
| Treinamentos/Congressos e Seminários | 129 | 27 | |
| Viagens e Estadias | 93 | 94 | |
| Serviços de Terceiros | 2.955 | 3.198 | |
| Despesas Gerais | 972 | 1.776 | |
| Depreciações e Amortizações | 396 | 702 | |
| Tributos | 1.656 | 1.286 | |
| Outras Despesas | 28 | | |
| 2.2 Administração dos Investimentos | 29.765 | 35.952 | -17,2% |
| Pessoal e Encargos | 17.599 | 16.540 | |
| Treinamentos/Congressos e Seminários | 217 | 83 | |
| Viagens e Estadias | 169 | 286 | |
| Serviços de Terceiros | 4.877 | 8.794 | |
| Despesas Gerais | 3.166 | 4.904 | |
| Depreciações e Amortizações | 714 | 1.425 | |
| Tributos | 2.965 | 3.921 | |
| Outras Despesas | 57 | | |
| 3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas | (9.303) | 69 | -13607,0% |
| 4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3) | 36.404 | 25.249 | 44,2% |
| 5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4) | 36.404 | 25.249 | 44,2% |
| B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5) | 177.528 | 141.124 | 25,8% |

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Por Plano

Benefício Definido

| DESCRICAÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|------------------|
| A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 16.208 | 15.811 | 2,5% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 25.223 | 27.426 | -8,0% |
| 1.1 Receitas | 25.223 | 27.426 | -8,0% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 9.204 | 11.654 | |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 8.660 | 11.198 | |
| Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos | 2.116 | 2.995 | |
| Receitas Diretas | 25 | 158 | |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos | 2.090 | 1.298 | |
| Outras Receitas | 3.127 | 124 | |
| 2. Despesas Administrativas | 21.788 | 27.019 | -19,4% |
| 2.1 Administração Previdencial | 11.001 | 12.805 | -14,1% |
| 2.1.1 Despesas Comuns | 6.365 | 5.494 | 15,9% |
| 2.1.2 Despesas Específicas | 4.636 | 7.311 | -36,6% |
| Pessoal e Encargos | 4.410 | 6.581 | |
| Viagens e Estadias | - | 2 | |
| Serviços de Terceiros | 207 | 407 | |
| Despesas Gerais | 19 | 320 | |
| 2.2 Administração dos Investimentos | 10.787 | 14.214 | -24,1% |
| 2.2.1 Despesas Comuns | 8.857 | 11.516 | -23,0% |
| 2.2.2 Despesas Específicas | 1.920 | 2.696 | -26,8% |
| Pessoal e Encargos | 1.334 | 1.359 | |
| Viagens e Estadias | - | 2 | |
| Serviços de Terceiros | 77 | 688 | |
| Despesas Gerais | 509 | 649 | |
| 3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas | (1.066) | 10 | -10993,4% |
| 4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3) | 4.500 | 397 | 1033,5% |
| 5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4) | 4.500 | 397 | 1033,5% |
| B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5) | 20.709 | 16.208 | 27,8% |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

V

RELATÓRIO

Anual 2019



Postalprev

| DESCRICAÇÃO | Exercício 2019 | Exercício 2018 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|------------------|
| A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 124.916 | 100.065 | 24,8% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 55.975 | 61.988 | -9,7% |
| 1.1 Receitas | 55.975 | 61.988 | -9,7% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 20.487 | 30.610 | |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 15.117 | 18.026 | |
| Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos | 3.872 | 3.734 | |
| Receitas Diretas | 196 | 188 | |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos | 16.255 | 9.264 | |
| Outras Receitas | 50 | 165 | |
| 2. Despesas Administrativas | 32.310 | 37.077 | -12,9% |
| 2.1 Administração Previdencial | 13.331 | 15.339 | -13,1% |
| 2.1.1 Despesas Comuns | 7.713 | 6.581 | 17,2% |
| 2.1.2 Despesas Específicas | 5.618 | 8.758 | -35,8% |
| Pessoal e Encargos | 5.344 | 7.884 | |
| Viagens e Estadias | - | 3 | |
| Serviços de Terceiros | 251 | 487 | |
| Despesas Gerais | 23 | 384 | |
| | - | - | |
| 2.2 Administração dos Investimentos | 18.978 | 21.738 | -12,7% |
| 2.2.1 Despesas Comuns | 15.600 | 17.612 | -11,4% |
| 2.2.2 Despesas Específicas | 3.378 | 4.126 | -18,1% |
| Pessoal e Encargos | 2.347 | 2.078 | |
| Viagens e Estadias | - | 3 | |
| Serviços de Terceiros | - | 1.052 | |
| Despesas Gerais | - | 993 | |
| | - | - | |
| 3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas | (8.238) | 59 | -14039,6% |
| 4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3) | 31.903 | 24.852 | 28,4% |
| 5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4) | 31.903 | 24.852 | 28,4% |
| B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5) | 156.820 | 124.916 | 25,5% |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. Informações Gerais

O Instituto de Previdência Complementar – Postalis, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), sob o nº 00.627.638/0001-57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira qualificada como multipatrocínada e com multiplano, com sede na cidade de Brasília – Distrito Federal (DF), cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

A entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Economia, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O Postalis dispõe de isenção tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com a Lei nº 11.053/2004 e com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN SRF) nº 588/2005, alteradas pelas IN SRF nº 667/2006 e nº 1.315/2013, respectivamente. A entidade está sujeita à tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas, nos termos da Lei nº 12.973/2014, que promoveu alteração no caput do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, baseada no enquadramento técnico estabelecido na resolução MPS/CNPC nº 12/2013.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária e um plano de gestão administrativa, conforme as Resoluções MPS/CGPC nº 16/2005 e nº 29/2009.

2. Planos Administrados

2.1 Plano de Benefício Definido (BD) – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 19.810.004-29

O plano BD é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Instituído em 1981 e saldado em mar/2008, o plano BD é patrocinado pelas empresas Correios e Postalis, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) – Ofício nº. 4.683/2007.

As prestações de previdência asseguradas pelo regulamento abrangem:

- i. BPS – Benefícios Proporcional Saldado;
- ii. BPS por invalidez;



- iii. BPS antecipado;
- iv. Pensão por Morte; e
- v. Pecúlio por Morte somente para os beneficiários de assistidos.

2.1.1 Continuidade Operacional do Plano BD

A administração do Postalis aprovou o Estudo de Capacidade Financeira do plano BD, que teve por finalidade atender à NBC TA 570 – Continuidade Operacional, em conexão com o encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2019.

O estudo, que teve como foco inicial o teste de aderência e de convergência da taxa de juros, revela que os recursos do plano BD não são suficientes para honrar todo o passivo atuarial estimado. Observou-se que, desconsiderando-se novos planos de equacionamento de déficits ou a instituição de uma estratégia previdencial de migração para outro plano, os recursos do plano suportariam a cobertura das obrigações com pagamentos de benefícios, aproximadamente, entre seis e oito anos. Portanto, a necessidade da estratégia previdencial prevista no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) torna-se premente para a continuidade do negócio.

Conforme os resultados da avaliação atuarial de 2019 do plano BD, as Provisões Matemáticas a Constituir (PMaC) montavam, em 31/12/2019, o valor de R\$ 5.618.195 mil e referem-se integralmente a déficits equacionados. Já o déficit técnico acumulado na mesma data foi de R\$ 6.785.615 mil.

Destaca-se que o referido TAC foi publicado pela Previc em 20/02/2020, assinado por Postalis, Previc e Correios, que acordaram pelo desenvolvimento de uma estratégia previdenciária mais adequada para tratamento do desequilíbrio técnico do plano BD e cujo cronograma prevê 24 meses para a sua execução.

O Estudo de Capacidade Financeira desenvolvido pela Consultoria Atuarial Mercer revela que as obrigações entre 6 a 8 anos do plano estão suportadas pelo seu fluxo financeiro, tendo em vista os seguintes aspectos:

- i. Os Recursos Garantidores do plano são compatíveis com as suas obrigações até o ano de 2026; e
- ii. O estudo aponta para inflexão (descasamento) no fluxo futuro de caixa do plano em 2024, considerando-se o cenário base.

Assim sendo, conclui-se que o plano BD possui viabilidade financeira projetada entre, aproximadamente, 6 a 8 anos para honrar os seus compromissos previdenciários, sem considerar fluxo adicional de contribuição extraordinária de novos planos de equacionamentos de déficits.

Entretanto, caso seja considerada a projeção dos equacionamentos futuros, sempre que houver, pelo valor mínimo e pelo prazo máximo permitidos pela legislação, observando-se a estimativa de receita gerada, conclui-se que o referido plano apresentará suficiência financeira ao longo de todo o período analisado, tendo capacidade

RELATÓRIO

Anual 2019



operacional para um horizonte de médio a longo prazo, indicando, consequentemente, sua capacidade de continuidade operacional.

2.2 Plano Postalprev - PLANO POSTALPREV – CNPB nº 2.002.047-65

O plano Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável (CV), sendo que na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados na modalidade de contribuição definida (CD), e os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão, bem como os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade BD. O participante tem também a opção de recebimento do benefício na forma de percentual do saldo de contas.

O plano é patrocinado pelas empresas Correios e Postalis e aberto para novas adesões desde março/2008.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- i. Aposentadoria normal;
- ii. Aposentadoria antecipada;
- iii. Aposentadoria por invalidez;
- iv. Pensão por morte;
- v. Auxílio-doença; e
- vi. Pecúlio por morte.

2.3 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Conforme disposto nas Resoluções MPS/CGPC nº 29/2009 e o MPS/CNPC nº 29/2018, o PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da entidade, na forma do seu regulamento, aprovado pela administração por meio da Decisão do Interventor 2018/036/2018.

No encerramento dos exercícios de 2019 e 2018, o Instituto apresentou as seguintes composições populacionais por planos de benefícios:

| | Benefício Definido | | Postalprev | |
|--------------------------|--------------------|--------|------------|--------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativos | 50.228 | 54.513 | 86.904 | 91.262 |
| Aposentados | 27.797 | 25.437 | 6.488 | 6.784 |
| Pensionistas | 6.429 | 6.229 | 1.540 | 1.411 |
| Total | 84.454 | 86.179 | 94.932 | 99.457 |
| Idade Média da População | 57 | 56 | 53 | 52 |



Os recursos de que a entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes, bem como dos rendimentos auferidos das aplicações desses recursos, observadas as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Administração foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para EFPC, observados, quando aplicáveis, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

A planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, proporcionando informações mais relevantes e adequadas às peculiaridades do segmento. Respeitando, desta forma, a autonomia patrimonial dos planos de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 29/2018.

O Postalis tem sua estrutura contábil segregada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, cujas classificações são realizadas segundo a natureza e a finalidade das transações abaixo:

- i. Gestão Previdencial: registra e controla todas as atividades previdenciais dos planos de benefícios, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, institutos (BPD, Resgate, Portabilidade e Autopatrocínio), constituição/reversão de provisões matemáticas e fundos.
- ii. Gestão Administrativa: registra e controla as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. A segregação das despesas administrativas entre Gestão Previdencial e Investimentos observa critérios preestabelecidos aprovados pela administração.
- iii. Investimentos: registra o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais, cujo objetivo é alcançar rentabilidade compatível com as metas atuariais, assim como com o índice de referência do PGA.

3.1 Demonstrações Contábeis

Conforme a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e a Resolução MPS/CNPC nº 29/2018, as EFPC's apresentam as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício:

- i. Balanço Patrimonial (BP): de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;
- ii. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, apresenta as variações ocorridas no patrimônio social dos planos de benefícios;
- iii. Demonstração do Ativo Líquido (DAL): por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;



iv. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, demonstra as mutações ocorridas no ativo líquido;

v. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, evidencia a atividade administrativa da entidade e as alterações do fundo administrativo;

vi. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, evidencia as alterações do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com os seus participantes.

vi. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: de forma consolidada, apresentam informações complementares quanto à situação patrimonial, as atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela entidade.

A escrituração contábil é centralizada na sede e está revestida das formalidades legais. A autenticação dos livros contábeis é realizada por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD) do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na forma estabelecida pela SRFB (Decreto nº 6.022/07 e Decreto nº 9.555/2018).

Em 20/12/2019, a Previc, por meio da Portaria nº 1.102/2019, publicada no Diário Oficial da União nº de 23/12/2019, encerrou o regime especial de intervenção decretado pela Portaria nº 955, de 03/10/2017, publicada no DOU nº 191, de 06/10/2017, seção 1, página 31, prorrogada pela Portaria nº 255, de 27/03/2018, DOU nº 62, de 02/04/2018, fls 30, seção 1; Portaria nº 893, de 19/09/2018, DOU nº 188, de 28/09/2018, fls 77, seção 1; Portaria nº 243, de 25/03/2019, DOU nº 59, de 27/03/2019, fls 28, seção 1; e Portaria nº 13/09/2019, DOU nº 185, de 24/09/2019, fls 70, seção 1.

O Presidente, o Diretor de Investimentos e os Conselhos Deliberativo e Fiscal foram empossados conforme Regime Especial de Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal (RECCDF), aprovado pela Previc e instituído pela Decisão Interventor 2019/055, de 31/10/2019. Os membros empossados, indicados pela patrocinadora Correios por meio do Ofício nº 1164550/2019-Presidência, de 20/12/2019, foram indicados para um mandato de até 6 (seis) meses, de 20/12/2019 a 22/06/2020.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26/03/2020.

4. Principais Práticas Contábeis

4.1 Premissas e Estimativas Contábeis

São estabelecidas pela administração com base em metodologias e premissas periodicamente revisadas. No entanto, por ocasião da realização dos resultados poderá haver variações dos registrados nas Demonstrações Contábeis, dado a incertezas relativas ao processo de determinação.



Dentre as principais premissas e estimativas contábeis destacamos: provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição de vida útil de determinados ativos, exigível contingencial e provisões atuariais.

4.2 Gestão de Riscos

O Postalis possui um sistema de gestão de riscos destinado a estabelecer regras, limites e metodologia para o monitoramento e avaliação dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos.

4.2.1 Riscos de Investimentos

A política de Riscos de Investimentos estabelece critérios, parâmetros e limites de gestão de risco para a carteira de investimentos, sendo eles:

a. Risco de Mercado: para avaliação do risco de mercado o Postalis utiliza o Value at Risk (VaR), que fornece uma medida da maior perda esperada da carteira dentro de um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado, em condições normais de mercado.

Portanto, o VaR é a quantificação do risco que aparece devido às mudanças nos fatores de risco. Esses fatores interferem de maneiras distintas na precificação dos ativos financeiros e, portanto, o VaR é uma medida geral que engloba essa diferenciação, assume que a carteira está congelada durante o horizonte especificado.

Existem várias metodologias para calcular o VaR, contudo o Postalis utiliza o modelo do VaR Paramétrico.

O VaR Paramétrico assume que a distribuição dos retornos é normal, tomando-se por base o teorema central do limite.

Os parâmetros utilizados são:

| Parâmetros | Valores |
|------------------------|---------------|
| Horizonte de Tempo | 21 dias úteis |
| Intervalo de Confiança | 95% |
| Retornos | Contínuos |

b. Risco de Crédito: para avaliação do Risco de Crédito, o Postalis adota abordagem da migração da qualidade do crédito, ou seja, estritamente ligado ao risco de degradação do crédito. Assim, o principal parâmetro de avaliação da capacidade creditícia de devedores é o rating (classificação de risco de crédito), utilizado por instituições financeiras.



O rating apresenta-se como uma linguagem universal que aborda a segurança financeira de qualquer título de dívida, depósito ou de uma empresa.

O rating avalia a probabilidade de default (ou ainda probabilidade de inadimplência), de uma empresa, um papel (título de dívida) ou uma operação (financeira) estruturada. Entende-se como default, inadimplência ou não pagamento pontual, incluindo-se atrasos e repactuações forçadas.

c. Risco de Liquidez: o risco de liquidez caracteriza-se, principalmente, pela possibilidade de descasamentos entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Tal risco pode ser dividido nas seguintes classes:

- i. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo dos Planos);
- ii. Possibilidade de inadimplência ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos (Ativo).

A gestão desse risco será feita por meio do controle de fluxo de caixa, do índice de liquidez e da solvência do plano, neste último, subsidiado pelos os estudos de alocação, Application Lifecycle Management (ALM) ou de otimização.

d. Risco Sistêmico: o risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Para esse fim é importante que sejam considerados cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação aos eventos de risco. Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos leva em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise. Atualmente, o Instituto adota estudo de alocação baseado na expectativas de cenários, e sua otimização é considerada com base no retorno necessário para atingimento das metas/índices de referências estabelecidas no plano.

4.2.2 Riscos Corporativos: a gestão de riscos corporativos é realizada anualmente por consultoria especializada por meio do método de autoavaliação. Ao final de cada ciclo de avaliação de riscos, são emitidas matrizes com os riscos originais e residuais. Os riscos mapeados foram avaliados sendo implantadas boas práticas de gestão econômico-financeira e de governança corporativa. Para os riscos identificados como relevantes para os objetivos do negócio e que apresentaram grande déficit de controle foram criados planos de ação para a sua mitigação e melhoria dos processos. Os riscos mapeados são aqueles identificados pelo Postalis e descritos no dicionário de riscos. A utilização de um dicionário padronizado de riscos é uma forma de assegurar melhores condições para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura de gestão de riscos e de controles no Postalis. Além dos riscos financeiros descritos na Política de Riscos de Investimento, são objetos da avaliação de riscos do Postalis os seguintes:



a. Riscos Estratégicos: possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia do Postalis ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Dentre os riscos estratégicos estão os riscos de conjuntura, governança, conflito de interesse, planejamento e de execução das diretrizes estratégicas.

b. Risco de imagem: possibilidade de perda decorrente de quebra da confiança ou credibilidade de que o Postalis desfruta no ambiente de negócios e na sociedade em geral e que poderá impactar diretamente os valores dos investimentos. Essa adversidade resulta da interpretação de notícias veiculadas na imprensa, atitudes e declarações dos representantes do Instituto, colaboradores e administradores agindo em seu nome, bem como de eventos externos que possam afetar sua reputação. Dentre os riscos de imagem estão o de divulgação indevida de informações, de publicidade negativa e de imagem associada a parceiros e colaboradores.

c. Risco Atuarial: possibilidade de perdas decorrentes de inadequação nos planos de benefícios administrados pelo Postalis. Para determinar o passivo dos planos de benefícios, promove-se o cálculo das provisões matemáticas com base nas diversas hipóteses adotadas para fazer inferências sobre o futuro, que determinam o comportamento da massa de participantes, assistidos, pensionistas e seus dependentes, observando-se também o retorno dos investimentos e o cenário econômico. A cada ano, o Postalis realiza o monitoramento contínuo por intermédio de estudos técnicos para comprovar a aderência das premissas adotadas nos cálculos atuariais em relação ao efetivamente realizado, tais como mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, taxa de juros, crescimento real de salários, composição familiar, inflação, entre outras, propondo a revisão nos casos em que ficar evidenciada, por determinado período e reiteradamente, a não-aderência. Dentre os riscos atuariais estão os de cadastro, de aderência de premissas e risco técnico.

d. Risco Operacional: possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos do Postalis, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades do Instituto ou danos aos ativos físicos nelas empregados. Dentre os riscos operacionais, o Postalis mapeou os seguintes:

- i. Concepção de processos;
- ii. Conformidade operacional;
- iii. Documentação;
- iv. Eventos externos ou catástrofes;
- v. Falha humana;
- vi. Fraude;
- vii. Indisponibilidade de pessoal especializado;
- viii. Dimensionamento de pessoal;
- ix. Infraestrutura física;
- x. Segurança da informação;
- xi. Sistemas;
- xii. Salvaguarda de ativos; e



xiii. Operacionais.

e. Risco Legal: o risco legal está relacionado especialmente à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos em desfavor do Postalis, não execução de contratos e/ou do não cumprimento das normas. O controle do risco legal incide sobre a gestão de investimentos e sobre as atividades operacionais, incluindo, mas não se limitando àquelas inerentes à gestão de qualidade de atendimento e ao cuidado com os cumprimentos de contratos. Entre outros controles, para a mitigação desses riscos, utilizamos o suporte de pareceres jurídicos para contratos com participantes e terceiros; a avaliação e reavaliação de legislações que impactam os negócios, a elaboração periódica de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos (PI), assim como a revisão periódica dos normativos internos. Dentre os riscos legais mapeados está o de contencioso, contratual, conformidade externa, tributário e trabalhista.

f. Risco na Terceirização: na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da entidade. Esse tipo de operação delega responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores. O Postalis realiza periodicamente avaliação de desempenho de seus gestores de fundos de investimento nos segmentos Referenciado, Multimercado, Renda fixa e Ações. Essas avaliações preveem o saque de recursos de forma gradativa caso o gestor não supere seu benchmark conforme estipulado no Manual de Investimento. Os riscos decorrentes da terceirização foram avaliados, sendo identificada a possibilidade de melhoria de controles que será implementada mediante execução de plano de ação. Dentre os riscos de terceirização, foram mapeados os riscos de concentração na terceirização, responsabilidade solidária, de parceiro e de qualidade.

4.3 Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como o adiantamento das folhas de benefícios, depósitos judiciais e recursais.

4.4 Gestão Administrativa

Registra as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas do Postalis.

A participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo corresponde ao patrimônio do PGA, que é constituído pelas receitas, deduzidas as despesas comuns e específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas respectivamente ao fundo administrativo.

4.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicação dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são fixados pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e pelas Políticas de Investimento, revisadas anualmente pelo Instituto.



Conforme a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, a precificação dos títulos e valores mobiliários obedece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

Nível I – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível II – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível III – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.5.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

A Resolução MPS/CNPC nº 29/2018 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e de fundos de investimento exclusivos.

De acordo com a Instrução SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): referem-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a partir da data da aquisição.

ii. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): referem-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. Caso sejam verificadas alterações no risco do título e valor mobiliário de baixo para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários nas categorias apresentadas somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

Os ativos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com indicação de desvalorização são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (impairment).

4.5.2 Ações

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as



variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.3 Fundos de Investimento

São registrados pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos seus administradores (metodologia prevista em manual de apreçamento do administrador do fundo).

Conforme pronunciamento técnico CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, o Instituto realiza teste de impairment ou teste de recuperabilidade (imparidade) para verificar a possível redução no valor recuperável dos seus ativos para ajustar seu Balanço Patrimonial.

A reversão de perda por desvalorização, ou seja, a revisão do teste de impairment está sujeita a necessidade de reavaliação do ativo.

4.5.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados anualmente a valor de mercado por laudo de avaliação.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado.

Os valores registrados a título de aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos são operações com participantes e seus saldos estão registrados ao custo, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros conforme o prazo, observando as regras estabelecidas no regulamento da carteira de empréstimos de cada plano de benefícios.

4.6 Provisão para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas prováveis e para créditos de liquidação duvidosa são constituídas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, e contabilizados em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do referido ativo, conforme o item 11 do Anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34/2009.



| PCLD Atrasos (em dias) | | |
|------------------------|-----|--------------------------|
| De | Até | Faixa de Provisionamento |
| 61 | 120 | 25% |
| 121 | 240 | 50% |
| 241 | 360 | 75% |
| > | 361 | 100% |

4.7 Permanente – Imobilizado e Intangível

É composto por bens patrimoniais (tangíveis e intangíveis) registrados no PGA pelo custo de aquisição e/ou desenvolvimento, destinados à manutenção das atividades operacionais da entidade, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na NBC TG 27, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A depreciação/amortização é registrada com base no método linear, com taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica.

As taxas de depreciação/amortização estão demonstradas a seguir:

| Descrição | Taxa de Depreciação/ Amortização |
|--|----------------------------------|
| Maquinas e Equipamentos de Informática | 20% a.a. |
| Computadores | 20% a.a. |
| Móveis e Utensílios | 10% a.a. |
| Veículos | 20% a.a. |
| Software – Imobilizado | 20% a.a. |

4.8 Exigível Operacional

Estão classificadas as obrigações decorrentes das operações da entidade, subdivididas em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

4.9 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes

O Instituto é parte em vários processos judiciais e administrativos e o critério de provisão é fundamentado na opinião dos advogados; na natureza das ações; na similaridade com outros processos; na complexidade e no posicionamento dos Tribunais. O reconhecimento contábil é realizado sempre que a perda processual for avaliada como provável, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologado pelo CFC e ratificado pelo CNPC.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente; apenas divulgados em Notas Explicativas. Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.



4.9.2 Ativos Contingentes

O Instituto utiliza os seguintes conceitos:

- i. Praticamente certo: é reconhecido contabilmente quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente;
- ii. Provável: quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente; e
- iii. Possível e Remota: neste caso, a entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas, ou seja, não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da entidade.

4.10 Depósitos Judiciais e Recursais

Têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a entidade é ré no processo. Os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a entidade apresente recursos caso tenha sido sucumbente na demanda.

4.11 Provisões Matemáticas

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos referentes aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, beneficiários e assistidos, com base em cálculos atuariais realizados pelo atuário externo, da empresa Mercer.

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da entidade e de acordo com os regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

4.11.1 Benefícios Concedidos e a Conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, à medida que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

4.11.2 Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos dos déficits dos exercícios de 2012 e 2014 do plano BD, na data da avaliação atuarial.



4.12 Equilíbrio Técnico

O equilíbrio técnico registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios, em relação aos seus compromissos totais.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, frente a eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

O Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes, o qual deverá ser equacionado por meio de um plano a ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente.

Para isso, o plano de equacionamento deverá considerar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite calculado pela fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo – 4) x Provisão Matemáticas. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

O ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, será acrescido ou deduzido, para fins de equacionamento de déficit.

4.13 Fundos

São registrados os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- i. Previdenciais: são fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica definida no Parecer Atuarial;
- ii. Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela entidade na administração dos planos de benefícios; e
- iii. Investimentos: são constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples nos casos de morte e invalidez do participante-contratante.

4.14 Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo



regime de competência, sendo o recebimento das contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocínados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Postalprev) pelo regime de caixa, conforme § 2º do art. nº 10 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018.

4.15 Custeio Administrativo

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da entidade, conforme o plano de custeio anual. As áreas do Postalis que administram os investimentos são tratadas como centro de custo e suas despesas são integralmente resarcidas como Custeio Administrativo dos Investimentos.

De acordo com o art. nº 6º da Resolução MPS/CGPC nº 29/2009, as entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir. O Instituto adotou como referência para cobertura das despesas administrativas o limite da taxa de carregamento, conforme Decisão do Interventor 2018/065, de 21/11/2018.

O Custeio Administrativo é revisto anualmente pelo Postalis e apresenta as seguintes fontes:

- i. Plano BD: 6,9% (seis vírgula nove por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos; e
- ii. Plano CV Postalprev: equivale a 6% das Contribuições Básicas e Regulares de participantes e patrocinadoras respectivamente. Para participante Vinculados e Autopatrocínado 6% sobre as contribuições básicas e regulares, Assistidos 1% sobre o benefício de renda mensal e Participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido e Cancelados que não optaram por um instituto 0,768% sobre o último salário de contribuição.

A vigência do plano de custeio administrativo teve início em 1/04/2019, conforme DEC-INT/2019-0005, de 6/02/2019.

O fundo administrativo é constituído pela diferença apurada entre as receitas e as despesas da Gestão Administrativa.

5. Ativos em Investigação

A entidade possui ativos de investimento que estão sob investigação das autoridades competentes. Até onde se tem conhecimento, as operações instauradas pelas autoridades públicas e os respectivos ativos sob investigação são:

- i. Operação Greenfield: FIP Multiner;



ii. Operação Pausare: Mudar Master; Canabrava Agrícola e Energética; Xnice Participações S/A; FIP ETB; FIP RN Naval Mezanino; FIDE BNY Mellon; FIP Multiner; FIP Nova Energy; Perimeter FIA; FIP Saúde; e FIDC Trendbank – Multisetorial;

iii. Operação Rizoma: FIP ETB; XNICE Participações S/A; Alubam Participações S.A; e Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A; e

iv. Força-Tarefa Postalis: instituída pela Portaria do Ministério Público da União nº 604/2019, destinada à apuração de crimes contra o sistema financeiro, lavagem de capitais e outros ilícitos conexos praticados em prejuízo do Instituto.

O Postalis tem adotado postura colaborativa com as autoridades competentes encarregadas pelas investigações, fornecendo, sempre que oficiado, todos os subsídios necessários para o deslindem dos trabalhos.

Além disso, a entidade vem tomado medidas para reverter os prejuízos sofridos pelos Planos de Benefícios que administra e para apurar a responsabilidade dos agentes.

Em relação aos prejuízos causados pelo BNY Mellon DTVM, fundamentadas na cláusula objetiva do Contrato de Administração Fiduciária, firmado em jan/2011, em que a responsabilidade por quaisquer prejuízos é totalmente da referida instituição financeira, diversas ações judiciais foram propostas pela entidade em desfavor da Instituição Financeira, a saber:

5.1 FIC FIDE BRASIL SOVEREIGN II

Processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001, que corre na 29ª Vara cível da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro (RJ), Réus: BNY Mellon DTVM e Sr. Fabrizio Dulcetti Neves. Valor da Causa: R\$ 197.859 mil, em 08/08/2014. Objeto: Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Brasil Sovereign II. Agravo de instrumento nº 0044842-75.2014.8.19.0000. 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalis. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou o bloqueio online nas contas do réu. Agravo de Instrumento nº 0053506-95.2014.8.19.0000. 20ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalis. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o reforço da carta de fiança. Atualmente, o processo aguarda o retorno da precatória (Carta Rogatória) para o prosseguimento do feito (fase de instrução).

5.2 FM1 FIM CRÉDITO PRIVADO

Processo nº 0075917-95.2015.8.19.0001. 26ª Vara Cível da Comarca da capital do estado do Rio de Janeiro – RJ. Réus: BNY Mellon DTVM, Espólio de Soraya Andrade Saad; Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado; BNY Mellon DTVM. Valor da Causa: R\$ 24.702 mil. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária com pedido de recompra das 16.168.020 mil quotas de emissão do FM1 então cedidas pelo FC ao FCP e hoje de titularidade do autor, além do pedido de condenação solidária dos réus a indenizarem o Postalis nas perdas e danos, incluindo os prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes advindos do inadimplemento da



obrigação de recompra de quotas por tanto tempo, bem como decorrente da quebra de diversos deveres previstos na Instrução CVM nº 409/2004. Atualmente, o Juízo deferiu a indicação de Assistentes Técnicos e intimou a perita (fase pericial).

5.3 RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO (FIM)

Processo nº 0499418-13.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.468 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Riviera. Atualmente, as partes foram intimadas para se manifestarem sobre a proposta de honorários do perito (fase pericial).

5.4 TEJO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)

Processo nº 0499277-91.2015.8.19.0001. Juízo: 5ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 13.078 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Tejo Fundo de Investimento em Ações. Em 17/12/2018 o processo se encontra em início da fase pericial. Atualmente, a Juíza intimou as partes à se manifestarem sobre o laudo pericial (fase pericial).

5.5 FII GENERAL SHOPPING

Processo nº 0499308-14.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; e BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.841 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo de Investimento General Shopping Ativo e Renda – FII. Em 24/10/2018, o processo se encontra em fase pericial, aguardando a entrega do laudo pelo perito.

5.6 BNY Mellon DTVM

Processo: 1017589-12.2017.4.01.3400. 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Valor da causa: R\$ 2.200.000 mil. Réu: BNY Mellon DTVM. Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação ordinária que visa o recebimento da multa contratual, tendo em vista o inadimplemento da Requerida, bem como o pagamento ao Postalis dos prejuízos a ele acarretados, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes. Atualmente, os autos estão conclusos ao Juízo para decisão, após os réus e os Correios terem apresentado manifestação.

5.7 BNY Mellon (U.S.A)

U.S.C. 28, § 1782 (“Discovery). Tribunal do Distrito Sul de Nova Iorque. Ajuizamento em 31.10.2018. Objeto: Medida judicial no ordenamento jurídico americano apresentado contra o BNY Mellon (EUA), para obtenção de provas que pudessem responsabilizar o BNY (Brasil). A ação foi ajuizada em 31.10.2018. O BNY Mellon apresentou



resposta em oposição à petição do Postalis, sendo objeto de réplica pelo Instituto. Após sustentação oral das partes, em 20/12/2018, o Juiz Koelti negou o pedido, manifestando pela impossibilidade da medida, sob o fundamento, em síntese apertada: i) que o requerimento apresentado está fora do alcance jurisdicional do tribunal estrangeiro; ii) que não é possível obter provas em um pré-litígio de uma subsidiária da instituição financeira BNY Mellon – EUA, tendo em vista à aplicação das regras federais de procedimento civil norte americano; e iii) que o pedido de descoberta é excessivo, pois o Postalis não mostrou como todas as evidências solicitadas seriam relevantes para uma reivindicação ou defesa nos procedimentos estrangeiros. O Postalis, após consultar o MPF, os Correios e os seus Escritórios de advocacia parceiros, além das entidades representativas dos participantes e assistidos, entendeu como melhor opção não recorrer da decisão do Juiz Koelti sobre o “Discovery”.

5.8 BNY Mellon DTVM – FIDC CJP

Processo eletrônico nº. 0267006-71.2019.8.19.0001. 14ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ. Valor da causa: R\$ 56.228.809,32 mil. Réu: BNY Mellon DTVM e BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação indenizatória que busca reparação civil por danos sofridos decorrentes de operação de aquisição de créditos em Fundo de Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios (FIDC CJP). A ação foi distribuída em 25/10/2019. Atualmente aguarda decisão em Agravo de Instrumento, quanto ao pedido de gratuidade de justiça pleiteado pelo Postalis.

5.9 BNY Mellon DTVM – FIP ETB

Procedimento Arbitral 76/2019/SEC8. Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC”). Valor da causa: R\$ 200.000.000,00 mil. Prognóstico: Possível. Resumo: Trata-se de procedimento arbitral movido contra BNY Mellon DTVM S.A e BNY Administração de Ativos Ltda, com o objetivo de busca a condenação das Requeridas ao pagamento de indenização por todos os prejuízos experimentados no âmbito do FIP ETB, em decorrência de atos que lhe são imputáveis na estruturação e na condução dos investimentos do FIP. Atualmente o processo aguarda instauração do procedimento pela Presidência do CAM-CCBC, bem como notificação das Requeridas para apresentarem resposta.

5.10 BNY MELLON DTVM

Processo eletrônico nº. 5001172-70.2018.4.03.6100. 26ª Vara Cível Federal de SP. Réu: BNY Mellon DTVM (Postalis e Correios estão sendo chamados como assistentes técnicos). Síntese: Ação Civil Pública cobrando do BNY Mellon DTVM 8,2 bilhões de reais pelos prejuízos causados ao Postalis. Para o ingresso da ação foi apurada, por meio de Inquérito Civil Público, a responsabilidade do BNY Mellon DTVM pela prática de atos irregulares que ocasionaram os déficits no Postalis. Os pedidos são de condenação do BNY Mellon DTVM (a) no pagamento de valores com a reaquisição das cotas de investimento descritos no processo; (b) no resarcimento do Postalis de valores ilegalmente pagos a título de taxa de administração; e (c) à indenização por danos morais. Em 18/04/2018 o processo foi julgado extinto, sem resolução de mérito, em razão de caracterizada a litispendência, sendo a sentença objeto de recurso interposto pelo Ministério Pùblico Federal (MPF) e dos assistentes Correios e Postalis. Os autos foram remetidos e distribuídos a 1ª Turma do TRF da 3ª Região para julgamento dos recursos, aguardando



realização de procedimentos internos. Atualmente, os autos foram remetidos para o gabinete do relator para processamento (3^a turma do TRF da 3^a região).

Além das ações contra o BNY Mellon DTVM, execuções judiciais foram ingressadas pelo Postalis visando a recuperação dos prejuízos dos seguintes ativos que se encontram sob investigação, a saber:

i. Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz. Processo: 0403889-98.2014.8.19.0001. 3^a vara cível do RJ. Valor da causa: R\$ 87.494 mil. Exequente: Planner Trust DTVM Ltda., Postalis, Banco Mercantil do Brasil, Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) e MB PREVI X – Renda Fixa – Fundo de Investimento Financeiro – Crédito Privado. Executados: Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz;

ii. Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A.. Processo nº 0510219-22.2014.8.19.0001 Juízo: 50^a Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. Valor da causa: R\$ 52.632 mil. Processo nº 0063331-26.2015.8.19.0001. Juízo: 50^a Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A., Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. e Lagoa dos Ingleses Participações Imobiliárias Ltda. Valor da Causa: R\$ 40.321 mil. Processo nº 046051506.2015.8.19.0001. Juízo: 32^a Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: MUDAR SPE MASTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A e MUDAR MASTER II PARTICIPAÇÕES S.A. Valor da Causa: R\$ 80.881 mil; e

iii. Usina Sobrasil S.A (Grupo Canabrava). Processo: 0513079-59.2015.8.19.0001. Juízo: 20^a Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Usina Sobrasil S.A.; Canabrava Bioenergia Participações S.A.; Priscila Assis Schueler de Carvalho. Valor da causa: R\$ 104.966 mil.

RELATÓRIO

Anual 2019



6. Composição das Contas Patrimoniais

6.1 Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da Gestão Previdencial está demonstrada a seguir:

| Recursos a Receber | BG Salgado | | Postalprev | | Consolidado | |
|---|------------|---------|------------|--------|-------------|---------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Contribuições a Receber (a) | 9.440 | 9.058 | — | 77.774 | 9.440 | 86.832 |
| Patrocinadores | 9.440 | 9.058 | — | 38.642 | 9.440 | 47.700 |
| Participantes | — | — | — | 39.132 | — | 39.132 |
| Contribuições Extraordinária Equacionamento (b) | 132.137 | 121.838 | — | — | 132.137 | 121.838 |
| Patrocinadora | 33.611 | 33.539 | — | — | 33.611 | 33.539 |
| Participantes | 9.054 | 10.269 | — | — | 9.054 | 10.269 |
| Judicial | 89.472 | 78.030 | — | — | 89.472 | 78.030 |
| Adiantamentos | 289 | 197 | 95 | 12 | 384 | 209 |
| Depósito Judicial | 20.355 | 19.676 | 83 | — | 20.437 | 19.676 |
| Outros Realizáveis | 267 | 588 | 515 | 346 | 782 | 934 |
| Total | 162.488 | 151.357 | 693 | 78.132 | 163.181 | 229.488 |
| (a) A partir de 2019, o plano Postalprev adotou o regime de caixa para registro das contribuições de patrocinadora, participantes e autopatrocínios, conforme § 2º do art. n° | | | | | | |
| (b) Contribuições extraordinárias de patrocinadores e participantes do equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 do plano BG Salgado. Destaca-se o débito judicial. | | | | | | |
| (c) Registrar os demais direitos relativos à Gestão Previdencial. | | | | | | |

6.2 Gestão Administrativa

Segue a composição do ativo realizável da Gestão Administrativa:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|--------|------------|
| Contas a Receber | 13.306 | 8.917 |
| Contribuições para o Custeio Administrativo | 10.811 | 7.952 |
| Responsabilidades de Empregados | 2.089 | 965 |
| Despesas Antecipadas | 407 | 287 |
| Depósitos Judiciais/Recursais | 496 | 52.725 (c) |
| Tributos a Compensar | 54.581 | 336 (b) |
| Outros Realizáveis | 6 | 1.085 |
| Total da Gestão Administrativa | 1.270 | 63.351 |
| (a) PIS e COFINS sobre a receita, que representam R\$ 7.524 mil e R\$ 46.248 mil respectivamente, referente ao período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionada pelo Instituto. | | |
| (b) PIS, COFINS e IRRF. | | |

RELATÓRIO

Anual 2019



6.3 Investimentos

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada, em consonância com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e as diretrizes estabelecidas nas Políticas de Investimento dos respectivos planos.

Segue a carteira de investimentos consolidada por níveis de hierarquia para mensuração do valor justo (Deliberação CVM nº 763/2016):

6.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

| Investimentos | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Quinto Amortecido | 2019 | 2018 |
|--|-----------|---------|-------------|-------------------|-----------|-----------|
| Títulos Públicos | 2.050.735 | — | — | 3.877.182 | 5.927.928 | 4.895.835 |
| Mobilidade Tesouro Nacional | 1.295.745 | — | — | 3.877.182 | 5.173.927 | 4.895.835 |
| Letras Financeiras do Tesouro Nacional | 753.080 | — | — | — | 753.080 | — |
| Créditos Privados e Depósitos | 79.772 | — | — | 44.710 | 124.483 | 109.232 |
| Instituições Financeiras | 31.739 | — | — | 44.710 | 76.449 | 67.770 |
| Companhias Abertas | 38.887 | — | — | — | 38.887 | 23.885 |
| Companhias Fechadas | 9.148 | — | — | — | 9.148 | 17.577 |
| Sociedades Limitadas | — | — | — | — | — | — |
| Ações | 71.690 | — | — | — | 71.690 | 79.730 |
| Companhias Abertas | 42.709 | — | — | — | 42.709 | 38.727 |
| Sociedades de Propósito Específico | 28.981 | — | — | — | 28.981 | 43.003 |
| Fundos de Investimento | 1.049.640 | 17.445 | 686.443 | — | 1.753.528 | 1.102.223 |
| Referenciado | 125.927 | — | — | — | 125.927 | 265.577 |
| Renda Fixa | 7.065 | — | — | — | 7.065 | 12.843 |
| Ações | 750.534 | — | — | — | 750.534 | 61.377 |
| Dívida Externa | 112.134 | — | — | — | 112.134 | 97.382 |
| Multimercado | 41.738 | — | — | — | 41.738 | 310 |
| Direito Creditício | — | — | 412.573 (a) | — | 412.573 | 388.678 |
| Empreendimentos | — | 17.445 | — | — | 17.445 | 13.194 |
| Participações | — | — | 271.870 (a) | — | 271.870 | 285.554 |
| Imobiliário | 3.581 | — | — | — | 3.581 | 3.802 |
| Investimentos Imobiliários | — | — | 271.816 (a) | — | 271.816 | 285.304 |
| Empréstimos e Financiamentos | — | — | — | 702.484 | 702.484 | 725.168 |
| Depósitos Judiciais | 17.311 | — | — | — | 17.311 | 17.762 |
| Total | 3.269.140 | 17.445 | 958.258 | 4.624.355 | 8.869.199 | 7.217.255 |

(a) FIOCCJP e FIP Energia PCH

(b) Centro Logístico Cajamar

RELATÓRIO

Anual 2019



A carteira própria de Títulos Privados e Depósitos é composta da seguinte forma:

| | | 2019 | 2018 |
|------------------|-------------------------------|--------|--------|
| | Créditos Privados e Depósitos | 39.983 | 43.779 |
| | Instituições Financeiras | 2.517 | 2.317 |
| | Panamericano | 2.517 | 2.317 |
| | Companhias Abertas | 28.320 | 23.885 |
| Piano BD Salgado | Vale do Rio Doce (a) | 10.866 | 14 |
| | CBMG | 17.454 | 23.870 |
| | Companhias Fechadas | 9.146 | 17.577 |
| | IFSC | 9.146 | 9.544 |
| | ITPM (b) | — | 8.033 |

(a) Mudança na metodologia de precificação da debênture perpétua CVRD&E, com base no volume de negociações e preço médio acima de 50K ocorridos nos últimos 10 dias úteis (se houver) antes do fechamento do mês.

(b) Liquidação total da CCB Águas de Itapema

| | Créditos Privados e Depósitos | 73.933 | 65.453 |
|------------|-------------------------------|--------|--------|
| PostalPrev | Instituições Financeiras | 73.933 | 65.453 |
| | SAFRA | 44.710 | 39.909 |
| | PINE | 29.222 | 25.543 |

RELATÓRIO

Anual 2019



6.3.1.1 Títulos para Negociação

Em observância ao art. 30 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos, classificados como “Títulos para Negociação” comparados ao custo amortizado:

| Emissor | Tipo | Plano | Indicador | Taxas (pco ano) | Aquisição | Custo | Venc. | 2019 | | | |
|---------------------------|--------------------|-----------|------------|--------------------|-------------------------|---------|------------|--------------------------------------|---------------------|--|--|
| | | | | | | | | Valor de Mercado (¹) | Custo Amortizado | | |
| Títulos Públicos Federais | NTND | BD | IPCA | 5,99% | 23/09/2016 | 30.030 | 15/05/2021 | 35.350 | 33.274 | | |
| | | | | 5,28% | 06/04/2017 | 31.085 | 15/08/2022 | 37.117 | 34.048 | | |
| | | | | 5,35% | 14/03/2017 | 33.032 | 15/08/2022 | 37.117 | 33.294 | | |
| | | | | 3,69% | 13/05/2019 | 140.483 | 15/05/2023 | 140.523 | 141.302 | | |
| | | BD | IPCA | 6,28% a 6,43% | 19/12/2013 a 30/07/2019 | 228.071 | 15/08/2024 | 352.604 | 301.670 | | |
| | | | | 5,93% | 30/05/2017 | 31.243 | | 39.939 | 34.108 | | |
| | | CV | IPCA | 5,08% a 5,29% | 17/04/2017 a 28/12/2017 | 97.542 | 15/08/2026 | 119.818 | 105.089 | | |
| | | | | 5,08% a 5,07% | 28/12/2017 a 28/12/2017 | 105.885 | | 79.379 | 70.286 | | |
| | | BD | IPCA | 5,15% a 5,17% | 24/08/2017 a 30/08/2017 | 66.905 | 15/08/2035 | 87.404 | 71.800 | | |
| | | | | 6,18% a 6,41% | 13/04/2010 a 20/04/2016 | 99.177 | 15/08/2045 | 153.294 | 111.873 | | |
| | | | | 5,42% | 05/12/2017 | 32.251 | | 40.636 | 33.634 | | |
| | | | | 5,12% a 5,05% | 12/03/2014 a 21/03/2017 | 57.799 | 15/08/2050 | 99.184 | 69.239 | | |
| | | LFT | SELIC | 6,00% | 25/11/2013 | 22.811 | | 40.859 | 32.282 | | |
| | | | | | 16/04/2019 a 01/05/2019 | 201.269 | 01/05/2025 | 240.581 | 240.613 | | |
| | | | | | 18/12/2019 | 338.891 | 01/01/2026 | 339.360 | 308.275 | | |
| | | | | | 08/06/2019 | 100.823 | 01/08/2025 | 104.601 | 104.613 | | |
| | | | | | 18/12/2019 | 69.343 | 01/03/2026 | 69.439 | 62.669 | | |
| Debênture | BMG | BD | CPI | 1,90% | 01/08/2017 | 25.000 | 12/08/2022 | 17.404 | 16.728 | | |
| | Vista | | | (¹) | 08/07/1997 | 4 | perpetuo | 9.652 | 20 | | |
| CRI | Infraesq | | IGP-M | 7,63% | 05/07/2013 | 9.733 | 07/04/2027 | 9.148 | 9.148 | | |
| CCB | Banco Panamericano | | | Pré-fixada | Pré-fixado | 1.540 | 10/12/2020 | 2.517 | 2.636 | | |
| Leito Financeiro | Banco PNE | PostoPrev | Pré-fixada | 1,0% | 10/06/2014 | 13.182 | 22/11/2021 | 27.406 | 29.808 | | |
| | | | | 1,0% | 10/06/2014 | 873 | 06/12/2021 | 1.810 | 1.932 | | |
| | | | | | | | | TOTAL | 1.678.372 | | |
| | | | | | | | | | 2.118.718 | | |
| | | | | | | | | | 1.849.222 | | |

¹Tabela B3 – <http://www.calculadornrendabil.com.br/> /novo/calcudor

*Debênture participativa com prêmio vinculado à produção (cobre e ferro) e alienação de direito menorizo.

Valor de Mercado = Demonstra os títulos do plano que estão marcados a mercado

Custo amortizado = Demonstra o valor dos títulos marcados a mercado corrigido pela curva

Correção curva BMG = PU PAR (em 31/12/19) * quantidade

RELATÓRIO

Anual 2019



<https://data.anbima.com.br/debentures/emissores/27137879000174/emissoes/1/series/CBMG11/precos#pu-historico>

Correção curva VALE = Valor de aquisição corrigido pelo IGPM

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

| Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV) | |
|--|------------------------|
| Dados informados | |
| Data inicial | 07/1997 |
| Data final | 12/2019 |
| Valor nominal | R\$ 3.729,42 (REAL) |
| Dados calculados | |
| Índice de correção no período | 5.34349250 |
| Valor percentual correspondente | 434,349250 % |
| Valor corrigido na data final | R\$ 19.928,13 (REAL) |

6.3.1.2 Títulos de Renda Fixa na Categoria Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” foram avaliados a mercado apenas para divulgação em notas explicativas, conforme a Resolução CNPC nº 29/2018, e estão assim representados:

| Ativo | Custo Amortizado | | | | | | 2019 | 2018 |
|--|------------------|-------------|-------------|--------------|---------------|-----------|-----------|-----------|
| | | 0 a 1 ano | 1 – 5 anos | 5 – 10 anos | 10 – 15 anos | > 15 anos | | |
| Títulos Públicos | | | | | | | 3.877.182 | 3.858.179 |
| Notas do Tesouro Nacional | | | | | | | 3.877.182 | 3.858.179 |
| NTN-B – BD Salgado | 133.811.366 | 532.936.669 | | | | | 666.748 | 767.713 |
| NTN-B – Postalprev | | 628.176.239 | | 351.204.321 | 2.231.052.906 | 3.210.433 | 3.090.465 | |
| Ativo | Mercado | | | | | | | 2019 |
| | 0 a 1 ano | 1 – 5 anos | 5 – 10 anos | 10 – 15 anos | > 15 anos | | | 2018 |
| Títulos Públicos | | | | | | | 5.198.092 | 4.450.073 |
| Notas do Tesouro Nacional | | | | | | | 5.198.092 | 4.450.073 |
| NTN-B – BD Salgado | 138.784.414 | 584.855.186 | | | | | 723.640 | 809.314 |
| NTN-B – Postalprev | | 690.658.175 | | 461.753.200 | 3.322.043.011 | 4.474.452 | 3.640.758 | |
| Fonte: Economatica. | | | | | | | | |
| Custo amortizado = Demonstra os títulos marcados na curva. | | | | | | | | |
| Mercado = Demonstra o valor dos títulos na curva se estivessem marcados a mercado. | | | | | | | | |

O Instituto realiza, anualmente, estudos para atestar a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria.



6.3.2 Ações

| Ativos | Benefício Definido | | Postalprev | | Consolidado | |
|---|--------------------|-----------|---------------|---------------|-------------|-------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ações | 51.486 | 49.751 | 20.204 | 29.980 | 71.690 | 79.730 |
| Companhias Abertas | 42.709 (a) | 36.727 | - | - | 42.709 | 36.727 |
| Sociedade de Propósito Específico | 8.777 | 13.024 | 20.204 | 29.980 | 28.981 | 43.003 |
| Debêntures Não Conversíveis | 706.299 (b) | 695.536 | 453.682 (e) | 446.060 (e) | 1.159.981 | 1.141.596 |
| (-) Perda do Valor Recuperável / Impairment | (697.522) (c) | (682.512) | (433.478) (d) | (416.080) (d) | (1.131.000) | (1.098.593) |

(a) Plascar, João Fortes e Rumo Log.

(b) BBDM.

(c) Ulbra Recebíveis S.A., Galileo S.A., Usina Sobrâsil S.A., Canabrava Agrícola S.A., Canabrava Energética S.A., Ocean House Incorp. S.A., Real Florestal Itaú, XNICE Particip. S.A., ALUBAN Particip. S.A.

(d) Galileo S.A., Ocean House S.A., Real Florestal Itaú, XNICE Particip. S.A., GBX TIETE II S.A., GSP Urbanização Itaú, MRT 2 S.A., Montreal Empreend. S.A.

(e) BGMD.

RELATÓRIO

Anual 2019



6.3.3 Fundos de Investimento

| Ativos | Benefício Definido | | Postalprev | | PGA | | Consolidado | | |
|---|---|---------------|---------------|-------------|--------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | |
| Fundos de Investimentos | 882.639 | 735.599 | 854.209 | 743.655 | 16.680 | 77.450 | 1.753.528 | 1.556.704 | |
| Referenciado | 72.370 (l) | 217.745 (l) | 36.878 (l) | 187.627 (l) | 16.680 (l) | 77.450 | 125.927 | 482.822 | |
| Renda Fixa | 7.665 | 12.840 | — | — | — | — | 7.665 | 12.840 | |
| | Valor Nominal | 7.665 | 42.735 | 20.126 | 91.219 | — | — | 27.791 | 133.954 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | — (a) | (29.895) (a) | (20.126) | (91.219) (f) | — | — | (20.126) | (121.114) |
| Dívida Externa | 112.134 | 97.382 | — | — | — | — | 112.134 | 97.382 | |
| | Valor Nominal | 144.335 | 125.347 | — | — | — | 144.335 | 125.347 | |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | (32.201) (b) | (27.965) (b) | — | — | — | (32.201) | (27.965) | |
| Ações | — | — | 758.534 | 514.865 | — | — | 758.534 | 514.865 | |
| | Valor Nominal | — | — | 758.534 | 516.126 | — | — | 758.534 | 516.126 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | — | — | — | (1.261) (g) | — | — | — | (1.261) |
| Multimercado | 477 | 319 | 41.321 | 38.263 | — | — | 41.798 | 38.582 | |
| | Valor Nominal | 73.733 | 64.019 | 41.321 | 38.263 | — | — | 115.054 | 102.282 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | (73.256) (c) | (63.701) (c) | — | — | — | — | (73.256) | (63.701) |
| Direitos Creditórios | 398.678 | 143.565 | 13.895 | 98 | — | — | 412.573 | 143.663 | |
| | Valor Nominal | 749.356 | 699.520 | 21.676 | 64.248 | — | — | 771.031 | 763.768 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | (350.678) (d) | (555.955) (d) | (7.781) | (64.149) (h) | — | — | (358.459) | (620.104) |
| Empresas Emergentes | 17.445 | 18.194 | — | — | — | — | 17.445 | 18.194 | |
| Imobiliário | — | — | 3.581 | 2.802 | — | — | 3.581 | 2.802 | |
| | Valor Nominal | — | — | 3.581 | 2.802 | — | — | 3.581 | 2.802 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Participações | 273.870 | 245.554 | — | — | — | — | 273.870 | 245.554 | |
| | Valor Nominal | 318.704 | 300.303 | — | — | — | — | 318.704 | 300.303 |
| | (-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment | (44.834) (e) | (54.748) (e) | — | — | — | — | (44.834) | (54.748) |
| (a) Fundo INCOME VALUE. | | | | | | | | | |
| (b) HDE BNY. | | | | | | | | | |
| (c) FIM FM1, FL Premium Institucional. | | | | | | | | | |
| (d) Trendbank Fómen, CJP HDC NP e liquidação do fundo GP Aerofit. | | | | | | | | | |
| (e) EFB, Multiner, Soude Atlântica. | | | | | | | | | |
| (f) Fundo INCOME VALUE, Dourado Institucional. | | | | | | | | | |
| (g) PRIME ER Fundo de Investimentos. | | | | | | | | | |
| (h) Trendbank Fómen e VINCI Crédito e Desenvolvimento. | | | | | | | | | |
| (i) e (j) SANI FCH e STREND. | | | | | | | | | |
| (k) Aquila. | | | | | | | | | |
| (l) Santific H. | | | | | | | | | |

RELATÓRIO

Anual 2019



Segue a composição dos fundos de investimentos por tipo de emissor:

| FUNDOS DE INVESTIMENTOS | Plano BD Soldado | | Postalprev | |
|--|------------------|-------------|------------|-------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Referenciado | 72.370 | 217.745 | 36.878 (a) | 187.627 |
| SANTIFICI INSTREFDI | 72.370 (a) | 217.715 (a) | 36.878 | 187.627 (a) |
| Renda Fixa | 7.665 | 12.840 | — | — |
| BRB FICFIRF | — | 45 | — | — |
| INSTITUCIONAL CREDITO PRIVADO FIRF | 7.665 | 12.752 | — | — |
| SANTANDER FI MASTER RF CP LP | — | 43 | — | — |
| Dívida Externa | 112.134 | 97.382 | — | — |
| BNY MELLON FIC FIRF DÍVIDA EXTERNA (b) | 112.134 (b) | 97.382 | — | — |
| Ações | — | — | 758.534 | 514.865 |
| SAGA INSTITUCIONAL FIA | — | — | — | 65.076 |
| BNP PARIBAS ACTION | — | — | — | 57.080 |
| BTG ABS INST FIC | — | — | — | 120.693 |
| GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FIC FIA | — | — | — | 61.377 |
| PACIFICO ACCES FIC FIA | — | — | 60 | 36.822 |
| PERIMETER FIA | — | — | — | 517 |
| STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA | — | — | — | 59.080 |
| XP INVESTOR FIA | — | — | — | 114.219 |
| EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL | — | — | 25.021 | — |
| FIC FIA POSTAL BRASIL | — | — | 733.454 | — |

(a) Fundo caixa.
(b) Fundo exclusivo.
(c) Recebimento de acordo de renegociação.
(d) Valor justo fundamentado em laudo de avaliação.
(e) Reversão de provisão para perda do ativo CB Cril.
(f) Valor justo fundamentado em laudo de avaliação.

6.3.3.1 Laudos de Avaliação Econômico-Financeiras na Data-Base - 31/12/2019

a. Direitos Creditórios FIDC-NP CJP (plano BD): é um fundo de investimentos em direito creditório não padronizado (FIDC- NP) constituído em 22 de setembro de 2010 sob a forma de condomínio fechado. O Prazo de duração do fundo é de 15 anos com início a partir da primeira integralização de cotas podendo este prazo ser alongado ou encurtado mediante deliberação em Assembléia Geral de Cotistas. O detentor da totalidade das cotas seniores é o Postalis.

O laudo de avaliação foi elaborado por empresa independente e especializada, a UHY Bendoraytes & Cia Auditores independentes, apresentou as seguintes premissas:

RELATÓRIO

Anual 2019



- i. Correção monetária: IPCA-E;
- ii. Juros remuneratórios: 6% a.a.;
- iii. Prazo de recebimento do precatório: 31/12/2024;
- iv. Desconto falta de liquidez Precatório: 29%;
- v. Taxa de desconto precatório: 10,09%;
- vi. Prazo de recebimento dos direitos creditórios: 31/12/2029;
- vii. Desconto falta de liquidez direitos creditórios: 52%; e
- viii. Taxa de desconto direitos creditórios: 11,46%.

Resultados da Avaliação:

Além das premissas e dos resultados apresentados pelo avaliador, o Instituto considerou:

- i. Histórico do fundo, sem ter apresentado pagamentos significativos desde seu início (2010);
- ii. Falta de rating emitido por empresa especializada;
- iii. Pendência de demonstrações financeiras auditadas para o fundo; e
- iv. Situação financeira calamitosa em que o estado do Rio de Janeiro (RJ) enfrenta (precatórios de natureza alimentar).

Desta forma, aprovando, como melhor estimativa dentro do contexto apresentado, a utilização do valor atribuído em laudo apenas aos precatórios, de R\$ 398.051 mil, mantendo, conservadoramente, o valor dos direitos creditórios marcados a zero, em 2018 o fundo correspondia a R\$ 143.467 mil. A decisão foi baseada, principalmente, nas características dos direitos créditos informadas no laudo, a saber:

Direitos Creditórios Judiciais: em uma fase anterior ao precatório, compreendendo à expectativa de recebimento de verbas oriundas de demandas judiciais que podem ou não ser acatadas pelo judiciário sendo assim títulos com risco maior do que os precatórios uma vez que possuem relevantes incertezas em relação ao sucesso total ou parcial da demanda judicial assim como à cronologia das decisões judiciais.

b. Energia PCH Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (plano BD): foi constituído em 15 de setembro de 2004 sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 15 de setembro de 2004. O Fundo possui prazo de duração de 20 anos, contados da data da primeira emissão de cotas, encerrando-se, portanto em 15 de setembro de 2024. O Fundo foi classificado pela Administração Fiduciária como Entidade de Investimento, conforme determina a instrução CVM 579.

O laudo de avaliação foi elaborado por empresa independente e especializada, que apresentou as seguintes premissas e estimativas relevantes sobre o valor justo:

i. Hydria:

i. A metodologia de avaliação adotada para apuração do valor justo da Investida Hydria Participações e Investimentos S.A. foi o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), o qual estima o valor de uma empresa ou negócio mediante o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados daquela empresa ou negócio. A receita



projetada considera os contratos no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

ii. Para projeção de custos e despesas, o avaliador considerou o plano de negócios da Hydria. As PCHs, com exceção da Telegráfica, compram a diferença da energia no mercado livre a PLD. Foi considerado o PLD projetado de acordo com o indicado em estudo elaborado pela consultoria PSR encomendado pela Hydria e reajustado pelo IPCA;

iii. Para projeção de investimento em melhorias, a premissa é de 3,5% da receita bruta, seguindo o plano de negócios;

iv. Para taxa de desconto foi considerado CAPM modificado para capturar riscos não diversificáveis, que resultou em 8,1% a.a. Foi considerado o beta desalavancado de 0,58, conforme média de empresas do setor de geração/mistas de energia elétrica;

v. A taxa livre de risco considerada foi baseada no IMA-B 5+ (Índice de Mercado ANBIMA) de 31/01/2020 relativo à NTN-B com vencimento em 2026, no valor de 2,67% ao ano (real), incorporada a inflação projetada, de 3,25% ao ano, que resulta numa taxa nominal de 6,01% ao ano;

vi. Risco de mercado considerado foi de 5,2% com base no estudo publicado pelo Damodaran em janeiro de 2020;

vii. Prêmio de risco regulatório considerado de 2,5% a partir de estudo de Kraus e Litzenberger.

viii. Inflação projetada de 3,25%; e

ix. Considerada alavancagem média de 2,5%, tendo em vista o período de projeção e o curto período de endividamento consolidado.

ii. Desa Rio das Garças, o avaliador não considerou alteração de valor justo entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, a premissa se manteve no entendimento que os projetos não possuem valor, por conta dos diversos problemas regulatórios, ambientais e fundiários. Adicionalmente, o avaliador considera que atualmente a venda desses projetos no mercado não seria viável, portanto o valor considerado a título de marcação a mercado é zero; e

iii. Desa Térmicas: o valor se manteve, em alteração entre o exercício anterior e atual, o avaliador seguiu o mesmo entendimento de Desa Rio das Garças; porém tendo considerado o pertinente contrato entre os acionistas, que prevê opção de venda das ações da empresa pelo Fundo em determinadas situações, entre elas a de não materializado do projeto, o avaliador considerou tal opção, conforme o pertinente preço de acordo com o referido contrato (o valor investido), sem a correção por IPCA + 10% a.a. por conservadorismo.

Dadas as premissas e as estimativas apresentadas, o Instituto aprovou como melhor estimativa dentro do contexto apresentado o valor do laudo de R\$ 180.567 mil, acrescido de realização de impairment no ativo Desa Térmica, por considerar que todos os ativos do fundo devem ser marcados pelo valor justo e não por custo de aquisição, em 2018 o fundo correspondia a R\$ 152.022 mil.

RELATÓRIO

Anual 2019



6.3.4 Investimentos Imobiliários

| Descrição | 2019 | Reavaliação | Amortizações/ Depreciações | 2018 |
|--|----------------|-----------------|----------------------------|----------------|
| Terrenos (a) | 1.517 | – | – | 1.517 |
| Locadas a Patrocinador(es) (b) | 267.407 | (22.139) | 13.681 | 275.865 |
| Edificações | 265.373 | (22.139) | 13.681 | 273.831 |
| Aluguéis | 2.034 | – | – | 2.034 |
| Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários (c) | 2.891 | – | (5.031) | 7.922 |
| Total da Carteira Imobiliária | 271.815 | (22.139) | 8.650 | 285.304 |

(a) Fazenda Santo Antônio, município de Novo São Joaquim/MT. Reavalorado em out/18 pela Binswanger Brazil.

(b) Centro Operacional Logístico Cajamar/SP locado à patrocinadora Correios. Reavalorado em dez/19 pela Colliers International do Brasil.

(c) Valores a receber a título da venda dos imóveis (Nota 6.3.4.1.b).

6.3.4.1 Plano BD

a. Avaliação de Bens Imóveis

| Descrição | 2019 | Reavaliação | | | 2018 | Vida Útil |
|---------------------------|---------|-------------|---------|----------------------------------|---------|-----------|
| | | Data Base | Ajuste | Avallador | | |
| Locadas à Patrocinadora | | | | | | |
| Município de Cajamar – SP | 265.160 | dez/19 | (8.671) | Colliers International do Brasil | 273.831 | 7 |

O condomínio logístico Cajamar, do tipo industrial, está localizado na Avenida Doutor Antônio João Abdalla, 2.727 – Vila Nova – Cajamar/SP, com terreno de 219.177,49 m² e área construída de 76.017,30 m².

Para a estimativa do valor do imóvel foi aplicado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, no qual o valor do imóvel é obtido pela comparação direta com outros imóveis semelhantes, em oferta ou transacionados, situados na mesma região geoeconômica.

Os imóveis pesquisados apresentaram diferentes características como localização, padrão construtivo, idade e estado de conservação e proporção de área, que impossibilita uma comparação direta apenas de seus preços unitários, motivo pelo qual foi empregado o “tratamento por fatores” para a estimativa do valor unitário.

Fatores de homogeneização aplicados: fator de fonte, fator de transposição, coeficiente de grandeza de área, fator padrão construtivo e fator depreciação.

A situação paradigmática que possibilitou a homogeneização dos valores foi a seguinte:



Situação Paradigma

Homogeneizados os elementos que compõem o campo amostra com o tratamento por fatores, obteve-se o seguinte valor unitário básico:

Valor Unitário de Venda: R\$ 3.488,18m².

b. Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários

O Instituto alienou a prazo, alguns imóveis da carteira de investimentos imobiliários no ano de 2010 e as parcelas estabelecidas na escritura estão sendo liquidadas regularmente.

O cronograma das parcelas vincendas é discriminado da seguinte forma:

| Data da Venda | Compradores | Imóvel | Parcelas Remanescentes | Periodicidade | Valor a Receber 2019 |
|------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|---------------|----------------------|
| Ago/10 | GTIS XIV Brasil | Ed. Birmann 20 | 8 | Mensal | 1.733 (a) |
| Dez/10 | JC Investimentos LTDA | Ed. RB – 14º Andar – RJ | 1 | Anual | 1.158 (b) |
| Total | | | | | |
| (a) INPC + 6% a.a. | | | | | |
| (b) Pré-fixado em 11,5% a.a. | | | | | |

6.3.5 Empréstimos e Financiamentos

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos planos de benefícios a participante e assistidos, que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- i. Ser contribuinte ininterrupto de qualquer um dos planos de benefícios, nos últimos 6 (seis) meses;
- ii. Estar adimplente no recolhimento de suas contribuições ou em qualquer obrigação decorrente de sua relação com o Instituto;
- iii. Não ter praticado atos lesivos ao Instituto nos últimos 5 (cinco) anos; e
- iv. Ter margem consignável disponível, igual ou superior ao valor da prestação para pagamento do empréstimo dentro do prazo pactuado.

O participante-contratante, ao realizar a solicitação para a concessão de empréstimo, autoriza e dá em garantia ao Instituto, para quitação antecipada do saldo devedor atualizado do crédito concedido, o valor de seu resgate de contribuições líquido das obrigações fiscais, após requerer o referido instituto, considerando todos os planos nos quais esteja inscrito.

RELATÓRIO

Anual 2019



As carteiras de empréstimos por planos de benefícios estão representadas a seguir:

| Ativo | BD Soldado | | Postalprev | | Consolidado | |
|---|------------|----------|------------|----------|-------------|-----------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Empréstimos | 234.759 | 246.063 | 467.704 | 480.105 | 702.464 | 726.168 |
| Principal | 340.160 | 339.145 | 590.600 | 550.981 | 930.760 | 890.126 |
| Prestações a Receber – Competência Dez/19 | 2.684 | 5.136 | 13.214 | 15.117 | 15.899 | 20.253 |
| Provisões para Liquidação Duvidosa (a) | (108.088) | (98.220) | (136.111) | (85.994) | (244.198) | (184.214) |
| IOF a Compensar | 2 | 2 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| (a) Parcelas vencidas e vincendas. | | | | | | |

As concessões de empréstimos seguem os seguintes parâmetros

| Descrição | Empréstimos | |
|-----------------------|--|------------|
| Plano | Benefício Definido | Postalprev |
| Modalidades | Empréstimo Simples | |
| Prestações | 96 meses | |
| Taxa de administração | 0,91969% a.a. | |
| Límite de Concessão: | Respeitados a margem consignável disponível e o tempo de vinculação do participante-contratante ao plano pelo qual esteja solicitando o empréstimo, o valor do empréstimo simples estará sujeito aos seguintes limites de crédito, limitado ao valor do direito acumulado para fins de resgate: I – até 1 ano de vinculação ao plano; 1 vez o Salário-de Participação; II – de 1 a 2 anos de vinculação; 2 vezes o Salário-de Participação; III – de 2 a 4 anos de vinculação; 3 vezes o Salário-de Participação; IV – de 4 a 6 anos de vinculação; 4 vezes o Salário-de Participação; V – de 6 a 8 anos de vinculação; 5 vezes o Salário-de Participação; VI – de 8 a 10 anos de vinculação; 6 vezes o Salário-de Participação; e VII – acima de 10 anos de vinculação; 7 vezes o Salário-de Participação. | |
| Encargos | O empréstimo será concedido unicamente pelo Sistema Francês de Amortização (tabela PRICE), de forma posticipada, com pagamentos de prestações mensais sem carência. A taxa de juros do empréstimo corresponderá à taxa de juros real, efetiva, composta pelas taxas percentuais constantes abaixo. O empréstimo deverá ter rentabilidade compatível com a Política de Investimentos e estará sujeito aos seguintes encargos: I – taxa de juro real de, no mínimo, aquela utilizada nos cálculos atuariais e de, no máximo, 20% ao ano, acrescida de uma margem de volatilidade de até 20% sobre o valor percentual desta taxa de juros real; II – taxa de reposição do poder aquisitivo da moeda, estabelecida com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) – variações percentuais em 12 meses, segundo estimativas de índices de preços divulgadas nos relatórios do Banco Central do Brasil, acrescida da margem de volatilidade de até 20% (vinte por cento) sobre o valor percentual desta taxa de reposição; III – taxa de custeio administrativo da Carteira de Empréstimos; IV – taxa de custeio operacional da Carteira de Empréstimos, destinada ao pagamento do IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras e de outros impostos que porventura vierem a ser instituídos; V – cotas de quitação do prêmio do Fundo de Quitação por Morte e/ou do Fundo de Quitação por Invalidez; e VI – taxa específica para fins de educação financeira e previdenciária. | |

RELATÓRIO

Anual 2019



6.4 Imobilizado e Intangível

| Descrição | 2019 | Aquisição/ Balanço | Depreciação / Amortização | 2018 |
|----------------------------|-------|--------------------|---------------------------|-------|
| Instalações | 31 | – | (45) | 76 |
| Móveis e Utensílios | 121 | 4 | (41) | 158 |
| Maquinários e Equipamentos | 1.146 | 438 | (112) | 819 |
| Veículos | – | – | (7) | 7 |
| Software | 2.673 | 1.421 | (658) | 1.910 |
| Total | 3.971 | 1.863 | –863 | 2.971 |

7. Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade

7.1 Alocação por Segmento

7.1.1 Investimentos por Segmento

| Alocação por Segmento | Plano BD Patrimônio | % | Postalprev Patrimônio | % | PGA Patrimônio | % | Límite Resolução CMN n° 4.661/2018 |
|---|---------------------|------|-----------------------|-------|----------------|------|------------------------------------|
| Disponível | 1.188 | 0,0 | 1.939 | 0,0 | 4.743 | 2,8 | – |
| Renda fixa | 2.215.179 | 70,4 | 5.017.711 | 91,1 | 165.998 | 97,2 | 100% |
| Renda variável | 51.486 | 1,6 | 20.204 | 0,4 | – | 0,0 | 70% |
| Estruturados | 291.316 | 9,3 | 3.581 | 0,1 | – | 0,0 | 20% |
| Imóveis | 271.816 | 8,6 | – | 0,0 | – | 0,0 | 20% |
| Operações com participantes | 234.759 | 7,5 | 467.704 | 8,5 | – | 0,0 | 15% |
| Exterior | 112.134 | 3,6 | – | 0,0 | – | 0,0 | 10% |
| Depósitos judiciais/recursos | 17.306 | 0,5 | 5 | 0,0 | – | 0,0 | – |
| (-) Exigível de investimentos | (33.001) | -1,0 | (4.388) | -0,1 | – | 0,0 | – |
| (-) Exigível contingencial de investimentos | (13.773) | -0,4 | – | 0,0 | – | 0,0 | – |
| Recursos Garantidores | 3.148.409 | 100 | 5.506.755 | 100,0 | 170.740 | 100 | |

RELATÓRIO

Anual 2019



7.1.2 Desenquadramento

De acordo com a Resolução nº CMN 4.661/2018, ao final do exercício financeiro de 2019 conferimos:

| Artigo | Plano | Investimento | Mercado Organizado |
|---|------------|---------------------------------------|--------------------|
| 16 | BD Salgado | NITPAR Participações S.A. (NITP3) (a) | Sem mercado ativo |
| (a) Títulos patrimoniais provenientes da liquidação do FIP RN Naval realizado em 08/12/2017 | | | |

| Artigo | Inciso | Alínea | Plano | Investimento | Máximo de 25% do PL |
|--------|--------|--------|------------|---------------------|---------------------|
| 28 | II | "d" | BD Salgado | FIP Bioenergia | 28,3% |
| | | "f" | | FIP Saúde | 25,8% |
| | | "b" | | FIC FIDE BNY Mellon | 100% |
| | | | | FIDC Trendbank | 50,5% |
| | | | | FIDC CJP | 100% |
| | | | Postaprev | FIDC Trendbank | 50,5% |

| Artigo | Inciso | Plano | Empreendimento | Vedações |
|---|--------|------------|------------------------------------|-----------------|
| 36 | XIII | BD Salgado | Galpão Finorte – São Luís – MA (a) | Terreno/imóveis |
| | | | Fazenda Santo Antônio – MT (b) | |
| (a) Imóvel oriundo da execução de garantia da CRI Acrux, e CDCA Palva, respectivamente.(b) Imóvel oriundo da execução de garantia CDCA Palva. (Nota 6.3.4.1 "d"). | | | | |

7.2 Análise de Sensibilidade

7.2.1 Carteira de Títulos Públicos Federais

| Plano | 50 pontos-base | 100 pontos-base | 150 pontos-base | 200 pontos-base |
|------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Plano BD | 6.372 | 14.029 | 22.973 | 33.203 |
| Plano PostalPrev | 12.436 | 26.966 | 43.589 | 62.307 |
| PGA | 938 | 1.942 | 3.009 | 4.142 |

A análise de sensibilidade dos títulos públicos federais para os fatores de risco de mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

8. Transação entre partes relacionadas

O Instituto detém em sua carteira um Centro Operacional Logístico em Cajamar (SP), integralmente locado à patrocinadora Correios. O contrato de locação será efetivado mediante o recebimento definitivo das obras, quando iniciará o prazo de locação de 120 meses, prorrogável por 135 meses, mediante termo aditivo.

Em 31/12/2019, o Instituto registrou de aluguéis a receber o valor de R\$ 2.034 mil (1.965 mil em 2017).

A Entidade considera também como partes relacionadas o seu quadro de colaboradores, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

RELATÓRIO

Anual 2019



A remuneração mensal paga aos funcionários e à administração da Entidade corresponde aos seguintes valores:

| Funcionários | 2019 | 2018 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Menor Salário | 2.059,60 | 1.989,95 |
| Maior Salário | 22.155,01 | 21.405,81 |
| Salário Médio | 5.991,55 | 6.067,34 |
| Dirigentes (a) | | |
| Presidente | 14.898,72 | — |
| Diretor | 13.904,97 | — |
| Conselheiros (b) | | |
| Conselho Deliberativo | 1.533,29 | — |
| Conselho Fiscal | 1.533,29 | — |

(a) DEC-COD/2019-0001: a remuneração mensal do presidente do Postalis será igual a do diretor da patrocinadora (Correios); e a remuneração mensal dos diretores de Investimento, Administrativo-Financeiro e de Benefícios corresponderá a 93,33% da remuneração do presidente do Postalis. Por ocasião do fim da Intervenção, o Instituto registrou a remuneração dos órgãos colegiados somente em dezembro/2019, com a posse do presidente e do diretor de Investimento (interino) na data de 20/12/2019.

(b) O honorário mensal dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal corresponde a 10% da remuneração média da Diretoria-Executiva, calculada com base em 13 (treze) salários anuais. Por ocasião do fim da intervenção, o Instituto registrou a remuneração dos órgãos colegiados somente em dezembro/2019, com a posse de 03 membros do Conselho Deliberativo e 02 membros do Conselho Fiscal na data de 20/12/2019.

As transações com empréstimos e condições estão descritas na (nota 6.3.5).

As contribuições repassadas pela patrocinadora Correios no DMAL.

RELATÓRIO

Anual 2019



9. Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Postalis, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

| Descrição | BD Soldado | | Postalprev | | PGA | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------|---------|------------|---------|--------|--------|-------------|---------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Gestão Previdencial | 89.302 | 86.973 | 124.870 | 109.179 | — | — | 214.173 | 196.152 |
| Benefícios a Pagar | 80.607 | 79.299 | 120.067 | 105.188 | — | — | 200.674 | 184.486 |
| Retenções a Recolher | 4.643 | 4.400 | 930 | 849 | — | — | 5.573 | 5.249 |
| Outras Exigibilidades (a) | 4.052 | 3.274 | 3.874 | 3.142 | — | — | 7.925 | 6.417 |
| Gestão Administrativa | — | — | — | — | 12.204 | 10.941 | 12.204 | 10.941 |
| Pessoal e Encargos | — | — | — | — | 3.596 | 2.941 | 3.596 | 2.941 |
| Fornecedores a Pagar | — | — | — | — | 5.990 | 5.216 | 5.990 | 5.216 |
| Retenções a Recolher | — | — | — | — | 1.310 | 1.427 | 1.310 | 1.427 |
| Tributos a Recolher | — | — | — | — | 595 | 755 | 595 | 755 |
| Outras Exigibilidades | — | — | — | — | 714 | 603 | 714 | 603 |
| Investimentos | 33.001 | 31.866 | 4.388 | 2.832 | — | — | 37.389 | 34.698 |
| Fundos de Investimentos (b) | 30.663 | 30.324 | 470 | — | — | — | 31.133 | 30.324 |
| Investimentos Imobiliários | — | 13 | — | — | — | — | — | 13 |
| Empréstimos e Financiamentos | 241 | 163 | 512 | 607 | — | — | 753 | 770 |
| Outras Exigibilidades (c) | 2.096 | 1.365 | 3.406 | 2.225 | — | 2 | 5.503 | 3.592 |
| Total do Exigível Operacional | 122.303 | 118.838 | 129.259 | 112.011 | 12.204 | 10.941 | 263.766 | 241.790 |

(a) Custeio das despesas administrativas previdenciais.

(b) Passivos a Descoberto e de Fundos de Investimentos.

(c) Custeio das despesas administrativas de investimentos e alteração do critério de rateio.

9.1 Fundos de Investimentos – Passivo a Descoberto

| FUNDOS DE INVESTIMENTOS | Benefício Definido | | Postalprev | |
|-------------------------|--------------------|----------|------------|------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS | (30.663) | (30.324) | (470) | — |
| Renda Fixa | (204) | — | (470) | — |
| INCOME VALUE I CP FIRF | (204) | — | (470) | — |
| Participações | (30.459) | (30.324) | — | — |
| FIP BIOENERGIA (a) | (27.468) | (27.961) | — | — |
| FIP MEZANINO MARINE | (2.274) | (2.274) | — | — |
| INVEST INST II | (641) | (90) | — | — |
| MULTINER | (77) | — | — | — |

(a) Passivo a descoberto. As demonstrações financeiras do fundo, relativas aos exercícios findos em 2018 e 2019, não foram elaboradas devidos à ausência das demonstrações financeiras da companhia investida. Desde 2018, as companhias do Grupo Canabrawa foram arrendadas pela Justiça do Trabalho a um terceiro que se nega a prestar as informações financeiras aos colunistas. O administrador do fundo (PJI CTVM) tomará medidas no âmbito judicial para obter as informações financeiras, tributárias e administrativas da companhia. Importa registrar que o patrimônio líquido do fundo está negativo, impactado pela provisão integral da companhia investida e de seu passivo trabalhistico, bem como pela provisão de despesas a pagar. Embora a carteira do custodiante seja o melhor indicador para acompanhar a situação financeira do fundo, o valor total do passivo do fundo ainda é desconhecido e a apuração dos números depende da divulgação da real situação financeira da companhia investida e de suas coligadas. Em 2019, os colunistas (exceto o colunista majoritário) integralizaram duas chamadas de capital com intuito de reverte parcialmente o patrimônio líquido negativo do fundo. Os recursos foram destinados para pagamento exclusivo das despesas incontroversas.

RELATÓRIO

Anual 2019



10. Exigível Contingencial - Perda Provável

Em 2019, o Instituto possuía 110 ações judiciais (104 em 2018) classificadas como prováveis, decorrentes do exercício de suas atividades. Essas ações envolvem questões de ordem previdencial (diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefícios), administrativa (tributária, verbas trabalhistas, reintegração de emprego) e investimentos (recuperação de investimentos, empréstimos, imóveis) que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômica-financeira da Entidade.

| Descrição | BD Saldado | | PGA | | Consolidado | | Depósitos Judiciais | |
|--|------------|--------|--------|--------|-------------|--------|---------------------|--------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Gestão Previdencial | 6.549 | 8.301 | - | - | 6.549 | 8.301 | 20.437 | 19.676 |
| Gestão Administrativa (a) | - | - | 54.639 | 62.231 | 54.639 | 62.231 | 54.581 | 52.725 |
| Investimentos (b) | 13.773 | 15.081 | - | - | 13.773 | 15.081 | 17.311 | 17.762 |
| Total | 20.322 | 23.382 | 54.639 | 62.231 | 74.961 | 85.613 | 92.330 | 90.163 |
| (a) PIS e COFINS. | | | | | | | | |
| (b) Honorários de sucumbência (CCJ J2HA Empreendimentos Ltda). | | | | | | | | |

Em 2019, o Instituto adotou para atualização dos depósitos judiciais e do exigível contingencial a Taxa Referencial (TR) + 0,5% a.a. (INPC + 0,5% a.a. em 2018).

A Administração considera que as provisões constituídas ao fim do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

11. Passivos e Ativos Contingentes

11.1 Exigível Contingencial – Perda Possível

| Natureza | BD Saldado | | PGA | | Consolidado | |
|------------------------------|-------------|------------|--------|--------|-------------|------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Gestão Previdencial | 1.440.210 | 1.455.563 | - | - | 1.440.210 | 1.455.563 |
| Gestão Administrativa | - | - | 33.841 | 91.205 | 33.841 | 91.205 |
| Investimentos | 265.179 (a) | 10.858.685 | - | - | 265.179 | 10.858.685 |
| Estimativa de Perda Possível | 1.705.389 | 12.314.248 | 33.841 | 91.205 | 1.739.230 | 12.405.453 |

(a) Ajuste de saldo decorrente da retirada do processo n. 5001172-70.2018.4.03.6100 ingressado pelo Ministério Público contra o BNY Mellon no qual o Postalis não figura como parte. Logo, sem prognóstico de risco.

Fundamentado em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, o Postalis considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível.

Quase a totalidade dessas 1021 ações em 2019 (948 em 2018) refere-se ao Plano BD Saldado. São compostas principalmente de solicitação de revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da



adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

11.2 Ativo Contingente

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Em função do Decreto-lei nº 2.288, de 24/07/1986, as EFPC's, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público, aplicaram 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a Associação Brasileira das EFPC (ABRAPP) ajuizou ação ordinária em face do FND, do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 obtendo ganha de causa, que equivale à correção paga a menor referente à substituição do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) para Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP na referida ação ordinária, a qual encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal Federal (STF) e no momento aguarda julgamento pela 1ª turma do STF, após decisão monocrática favorável aos interesses da ABRAPP, proferida pelo Relator, Ministro Celso de Mello. Grife-se que o processo se aproxima do fim e a perspectiva é favorável às associadas.

Em 2015, a ABRAPP ajuizou ação de liquidação em face da União Federal para que seja reconhecido por decisão judicial o valor devido. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial.

b) Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA)

A RTSA, também conhecida como "Serviço Passado" está presente no custo do PBD, administrado pelo Postalis, desde a sua criação, em 1981, tendo seu valor sido redimensionado ao longo dos anos por meio de recálculo atuarial e em função do cumprimento à EC nº 20/1998, que determinou a limitação da paridade contributiva patronal.

A mudança mais significativa e que gera maiores questionamentos é oriunda do saldamento do Plano PBD, que ocorreu em 01/03/2008. Para o efetivo equilíbrio do plano, a Patrocinadora assumiu, em 2007, o compromisso pelo pagamento, em relação à RTSA, do valor de aproximadamente R\$ 630 milhões. Entretanto, após o saldamento, verificou-se que o valor correspondente a esse compromisso, representado pela RTSA, era superior, em mais R\$ 793 milhões, conforme apurado pela consultoria STEA, responsável técnica pela gestão atuarial dos nossos planos de benefícios à época.



Para esclarecer o caso, o Postalis solicitou, inicialmente, uma “Segunda Opinião”. Posteriormente, ao ser examinado nos Correios, tanto pela Diretoria-Executiva, quanto pelo Conselho de Administração, decidiu-se pela realização de Auditoria Atuarial, que também confirmou o novo valor da RTSA. Dessa forma, os Correios decidiram pela aprovação dos pagamentos mensais da RTSA ao Postalis, condicionado a uma possível revisão futura dos valores.

A matéria foi submetida ao DEST, que, após várias reuniões técnicas e longa análise, emitiu, em 30/11/2010, a Nota Técnica nº 407/CGINP/DEST-MP, encaminhada ao Ministério das Comunicações pelo Ofício nº 844/DEST-MP. Por meio desta NT, o DEST reconheceu a responsabilidade da Patrocinadora pela RTSA e o seu valor atualizado (R\$ 1.489,8 milhões, base 31/07/2007). Posteriormente, o DEST ratificou esse entendimento por meio do OF. nº 60/DEST-MP e NT nº 39/CGINP-MP, de 14/02/2011.

Porém, transcorridos 3 anos o DEST retificou seu entendimento e expediu a Nota Técnica nº43/CGINP-MP, de 14/02/2014, que acompanha a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual na nota 831 – MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15/10/2012, entende que parte do valor da RTSA (R\$ 475 milhões) deveria ser segregado e pago de forma paritária (Patrocinadora e Participantes).

Em abr/2014, os Correios suspenderam o pagamento da RTSA e aprovaram a contratação e serviços de consultoria atuarial para prestar esclarecimentos de ordem técnica acerca do conceito, alcance, diferenças e critérios de utilização da RTSA.

Em mai/2017, a Consultoria Mercer emitiu a Manifestação Atuarial MA-046/2017, que aborda aspectos técnicos-atuariais em relação aos procedimentos adotados na apuração de valores da RTSA, a fim de justificar a majoração dos valores em decorrência de relevante ajustamento do plano de benefícios. Em out/2018, em complemento à manifestação anterior e com o propósito de verificar o impacto do processo de saldamento sobre os valores atribuídos à RTSA, a Mercer promoveu o recálculo da referida reserva técnica, emitindo ao final do estudo o Relatório 127/2018, que foi encaminhado aos Correios para análise e tratativas junto à SEST.

O assunto permanece sob discussão entre Correios e Postalis, tendo em vista que não há consenso entre o montante da dívida nem acerca das premissas de cálculo adotadas para determinação do valor do serviço passado.

c) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

O Postalis contratou escritório de advocacia especializado para atuar na análise da real situação dos créditos privados lastreados contra o FCVS, as implicações jurídicas, a situação dos litígios existentes e a propositura da melhor estratégia para a gestão das CCI MTTG, CCI Teto e do fundo FIM FM1. Apesar das tratativas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para discutir a proposta de acordo para a novação no âmbito do FCVS, onde a CEF envidaria os melhores esforços para viabilizar operacionalmente a proposta de acordo, a CEF no ano de 2019 não deu sequência às negociações, mas o Postalis está buscando novo contato com a CEF. De toda sorte, o Postalis

RELATÓRIO

Anual 2019



possui processo judicial contra a CEF (Processo 0006879-23.2012.4.01.3400, 6a Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal), o qual está em fase de produção de provas, com laudo pericial favorável à tese do Postalis.

d) BNY MELLON DTVM (Notas 5.6 e 5.7)

Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.180/2009 que aprova a NBC TG nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registra em suas demonstrações os referidos ativos.

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas pela Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda, responsável técnica pela gestão atuarial dos planos de benefícios.

12.1 Hipóteses e Premissas Atuariais

As hipóteses e premissas adotadas nas avaliações atuariais foram aprovadas por meio da Decisão do Interventor 2019/0067, de 11/12/2019, com base nos resultados dos estudos técnicos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras; da convergência das taxas reais anuais de juros; e do fator de capacidade, conforme quadro a seguir:

| Hipótese e Premissas Atuariais | BD Soldado | | Postalprev | |
|--|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Bases Populacionais | | | | |
| Rotatividade | EXP. POSTALIS ROT 2019 (Taxa média de 1,33% até a aposentadoria e nula após essa idade) | EXP. GAMA ROT 2018 (Taxa média de 1,17% até a aposentadoria e nula após essa idade) | Experiência Postalprev 2015-2018 (taxa média de 2,79% até a aposentadoria e nula após essa idade) | Experiência Postalprev 2014-2017 (taxa média de 2,98% até a aposentadoria e nula após essa idade) |
| Custo de Pensão | | | | |
| Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial | | | | |
| Benefícios Concedidos: Família Real | | | | |
| Entrada em Aposentadoria | Entre 24 a 25 meses | 24 meses | Não Aplicável | |
| Bases Econômicos e Financeiras | | | | |
| Taxa de Juros Técnico Atuarial | 4,6% a.a. | 4,9% a.a. | 4,80% a.a. | 4,95% a.a. |
| Crescimento Real Anual do Salário | Não aplicável | | Taxa média de 2,00% a.a. (IC95% de 1,84% a 2,15%) | Taxa média de 2,03% a.a. (IC95% de 1,87% a 2,20%) |
| Fator de Capacidade | 0,98 | 0,98 | 0,98 | 0,98 |
| Hipóteses Biométricas | | | | |
| Tábua Mortalidade Geral/Sobrevida | AT 2000 MSF | | BR-EMSSb-2015 MSF | AT 2000 MSF |
| Tábua Mortalidade de Inválidos | AT-49 M (A65%) e F (A75%) | | RP 2000 DISABLED MSF | |
| Tábua de Entrada em Invalidez | AT-49 M (A65%) e F (A75%) | | LIGHT MÉDIA D60% | |

A taxa de juros foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução Previc nº 23/2015 e Portaria Previc nº 708/2015.



12.2 Plano BD

12.2.1 Equilíbrio Técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

| Composição das Provisões Matemáticas | 2019 | 2018 |
|--|-------------|-------------|
| Provisões Matemáticas | 9.996.013 | 8.902.486 |
| Benefícios Concedidos | 11.826.333 | 10.478.961 |
| Benefícios a Conceder | 3.787.876 | 3.950.055 |
| (-) Provisões Matemáticas a Constituir | (5.618.195) | (5.526.531) |
| (-) Déficit Equacionado | (5.618.195) | (5.526.531) |
| Equilíbrio Técnico Acumulado | (6.785.615) | (6.034.687) |
| (-) Déficit Técnico Acumulado | (6.785.615) | (6.034.687) |
| Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado | 2019 | 2018 |
| a) Equilíbrio Técnico | (6.785.615) | (6.034.687) |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação (a) | 16.413 | 21.913 |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b) | (6.769.202) | (6.012.775) |
| (a) Sistema Venturo (Previc). | | |

12.2.2 Ajuste de Precificação

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e Instrução Previc nº 19/2015, o Instituto apresentou ao fim dos exercícios de 2019 o valor de R\$ 16.413 mil (R\$ 21.913 mil em 2018) de ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para isso, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- i. Estarem classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- ii. Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- iii. O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- iv. O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- v. A duração do fluxo dos títulos públicos federais, objeto do ajuste (principal e juros), seja inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e



vi. Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Conforme a Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2019 de 15,28 anos (15,21 anos em 2018), o limite de déficit para Avaliação Atuarial foi de R\$ 1.127.550 mil (R\$ 997.968 mil), que corresponde a 11,28% das Provisões Matemáticas (11,21% em 2018). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 5.641.652 mil (R\$ 5.014.806 mil em 2018), haverá necessidade de equacionamento obrigatório de, no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2020.

O déficit técnico foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo do déficit existente em 2018; do não equacionamento obrigatório dos déficits apurados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018; da não aprovação do plano de equacionamento de 2015 pela patrocinadora, com posterior exclusão do valor referente a esse déficit da provisão a constituir quando da avaliação de 2017, sendo agravado pela redução da hipótese da taxa de juros e movimentação cadastral.

12.2.3 Déficits Equacionados de 2012 e 2014 e Não Equacionados a partir de 2015 (Nota 16.1)

Inicialmente, os planos de equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 implicaram aos participantes e assistidos do plano BD no estabelecimento de uma contribuição extraordinária acumulada de 17,92%, incidente sobre os benefícios proporcionais saldados dos participantes ativos e autopatrocinados e sobre os benefícios concedidos dos aposentados e pensionistas, a qual, acrescida da contribuição normal de 8,1% dos participantes assistidos (parcela previdenciária da contribuição), resultou em um desconto total de 26,02%, sem a parcela destinada ao custeio administrativo.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) consiste, entre outros aspectos, na suspensão temporária da necessidade de aplicação de planos de equacionamento de déficits a partir do exercício de 2015, em contrapartida de estudos técnicos que visem à definição de uma estratégia previdenciária ampla, para propor uma solução adequada ao desequilíbrio atuarial apresentado no Plano BD.



12.3 Plano Postalprev

12.3.1 Equilíbrio Técnico

| Composição das Provisões Matemáticas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Provisões Matemáticas | 4.810.232 | 4.117.890 |
| Benefícios Concedidos | 589.645 | 478.953 |
| Benefícios a Conceder | 4.220.586 | 3.638.937 |
| Equilíbrio Técnico | 12.087 | 23.344 |
| Superávit Técnico Acumulado | 12.087 | 23.344 |
| Reserva de Contingência | 12.087 | 23.344 |
| Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| a) Equilíbrio Técnico | 12.087 | 23.344 |
| b) (+/-) Ajuste de Precificação | 46.755 | 36.515 (a) |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b) | 58.842 | 59.859 |
| (d) Sistema Venturo (Previc). | | |

12.3.2 Ajuste de Precificação

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação corresponde a R\$ 46.755 mil em 2019 (R\$ mil 36.515 em 2018). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração de equilíbrio técnico ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

Observa-se que o referido plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, dentre outras causas, da superação da meta atuarial na parte BD do plano, além das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas, complementadas pela redução do quantitativo de benefícios concedidos de aposentadoria de invalidez e pensões concedidos.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2019, no montante de 2019 de R\$ 12.087 mil (R\$ 23.344 mil em 2018), foi alocada na Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, visto que o plano apresenta 2,52% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de BD (6,41% em 2018) e, com uma duração do passivo apurada de 12,38 anos (11,80 anos em 2018), o limite da Reserva de Contingência ficou em 22,38% (21,80% em 2018).

RELATÓRIO

Anual 2019



13. Fundos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Postalis apresentou as seguintes composições de fundos:

| Descrição | BID Saldoado | | | | Postalprev | | | | Consolidado | | | |
|---|--------------|--------------|-------------|--------|------------|--------------|-------------|---------|-------------|--------------|-------------|---------|
| | 2019 | Constituição | (Reversões) | 2018 | 2019 | Constituição | (Reversões) | 2018 | 2019 | Constituição | (Reversões) | 2018 |
| Fundos Previdenciais | | – | – | – | 543.747 | 138.239 | (70.373) | 475.881 | 543.747 | 138.239 | (70.373) | 475.881 |
| – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (a) | – | – | – | – | 514.017 | 132.948 | (52.813) | 433.882 | 514.017 | 132.948 | (52.813) | 433.882 |
| – Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (b) | – | – | – | – | 29.730 | 5.292 | (17.560) | 41.999 | 29.730 | 5.292 | (17.560) | 41.999 |
| Fundos Administrativos | 20.708 | 5.398 | (897) | 16.208 | 156.820 | 31.904 | – | 124.916 | 177.528 | 37.302 | (897) | 141.124 |
| Fundos dos Investimentos | 4.648 | 3.122 | (3.090) | 4.616 | 16.512 | 3.544 | (1.133) | 14.101 | 21.160 | 6.666 | (4.223) | 18.717 |
| Total dos Fundos | 25.356 | | | 20.824 | 717.079 | | | 614.898 | 742.436 | | | 635.722 |
| (a) constituído pelas contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco, acrescido dos saldos remanescentes da conta de contribuições do patrocinador no caso de resgate e das reversões de saldos projetados não utilizados, no caso de aposentadoria por invalidez em que o participante retorna à atividade. Este fundo é destinado ao pagamento das despesas com auxílio-doença, pécúlio por morte e garantias mínimas de pensão por morte de participantes e aposentadoria por invalidez. | | | | | | | | | | | | |
| (b) constituído mensalmente pela provisão matemática de participantes e assistidos falecidos, cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em pensão; pela provisão matemática de pensionistas cuja pensão se extingua pela desabilitação de todos os beneficiários; e quando determinado no plano de custeio, parcela das contribuições específicas destinadas a segurar o plano quanto ao esperado desaggravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o fundo previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O fundo será utilizado para auxiliar a não-contaminação dos resultados do plano quando da insuficiência de cobertura das provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas). | | | | | | | | | | | | |

14. Mutação do Patrimônio Social

14.1 Gestão Previdencial

| Resultado dos Investimentos | BID Saldoado | | Postalprev | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|------------|---------------|-------------|-----------|
| | Variação | Rentabilidade | Variação | Rentabilidade | 2019 | 2018 |
| Rendas/Variações Líquidas | 614.703 | – | 717.405 | – | 1.332.108 | 788.377 |
| Títulos Públicos | 229.709 | 15,76% | 382.870 | 11,24% | 612.580 | 512.885 |
| Créditos Privados e Depósitos | 58.986 | 277,24% (a) | 32.107 | 12,96% | 91.094 | (301.325) |
| Ações | 5.982 | 16,33% | 29.838 | 0,00% | 35.820 | 3.455 |
| Fundos de Investimento | 288.252 | 51,55% (b) | 272.810 | 37,70% | 561.062 | 472.615 |
| Investimentos Imobiliários | 17.206 | 7,49% | (2.295) | 0,00% | 14.911 | 80.614 |
| Empréstimos e Financiamentos | 34.384 | 15,08% | 25.480 | 5,63% | 59.864 | 69.586 |
| Exigível Contingencial – Investimentos | (1.093) | 0,00% | (6) | 0,00% | (1.099) | (9.500) |
| Outros Realizáveis | (18.724) | 0,00% | (23.400) | 0,00% | (42.124) | (39.954) |
| Constituição/Reversão do Fundo dos Investimentos | (501) | – | (1.453) | – | (1.953) | (1.439) |
| Total | | | | | | 785.938 |
| (a) Recebimentos de amortização/juros/quitação/liquidação dos ativos OCB Raesa, Deb. BMG, Deb. Ganealto e OCB Águas de Itapema. Alteração de metodologia de precificação da Deb. Vale. | | | | | | |
| (b) Reavaliação dos fundos FIDC CJP, FIP Energia PCH, FIP New Energy. | | | | | | |
| Custeio Administrativo/Recursos Garantidores (b) | | | 0,7418% | | | |
| Rentabilidade Líquida | | 23,44% | | | 14,30% | |
| Meta Atuarial | | 9,62% | | | 9,67% | |
| (b) Calculado conforme os arts. 2º e 6º da Resolução CGPC nº 29/2009. | | | | | | |

RELATÓRIO

Anual 2019



14.2 Gestão Administrativa

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, ou seja, 39,08% para gestão administrativa previdencial e 60,92% para a gestão de Investimentos, cuja proporcionalidade relativa a cada plano de benefícios considera o número de participantes e a proporção equivalente ao ativo de investimentos respectivamente.

Os recursos originados dos planos de benefícios para custeio da Gestão Administrativa alcançaram 2,86% em 2019 (3,7% em 2018) das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro no limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31/08/2009.

| Descrição | 2019 | 2018 | Vari. % |
|---|--------|--------|---------|
| Composição das Despesas Administrativas | 54.098 | 64.096 | -15,6% |
| Pessoal e Encargos | 35.702 | 37.602 | -5,1% |
| Conselheiros | 9 | — | |
| Dirigentes | 72 | 16 | |
| Pessoal Próprio | 35.413 | 37.453 | |
| Demais Despesas com Pessoal | 208 | 132 | |
| Treinamento/Congressos e Seminários | 346 | 111 | 212,1% |
| Viagens e Estadias | 263 | 380 | -30,8% |
| Serviços de Terceiros | 7.833 | 11.991 | -34,7% |
| Consultoria Atuarial | 450 | 707 | |
| Consultoria Jurídica | 1.599 | 4.109 | |
| Serviços de Informática | 2.569 | 3.397 | |
| Serviços de Gestão/Planejamento Estratégico | 779 | 748 | |
| Auditória Contábil | 123 | 72 | |
| Vigilância e Conservação | 335 | 528 | |
| Serviços Gráficos | 55 | 131 | |
| Mantenções em Geral | 15 | 88 | |
| Postais e Malotes | 256 | 705 | |
| Serviços de Telecomunicações | 1.352 | 819 | |

RELATÓRIO

Anual 2019



| | | | |
|--------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Consultoria dos Investimentos | 211 | 616 | |
| Comitê de Auditoria | 57 | - | |
| Outros Serviços de Terceiros | 33 | 71 | |
| Despesas Gerais | 4.137 | 6.680 | -38,1% |
| Custas Judiciais | 350 | 551 | |
| Energia Elétrica/Agua e Esgoto | 265 | 427 | |
| Associações de Classe | 76 | 122 | |
| Seguros Administrativos | 5 | 162 | |
| Assinaturas de Periódicos | 29 | 15 | |
| Materiais de Consumo | 168 | 323 | |
| Encargos Diversos | 525 | 1.113 | |
| Despesas Bancárias | 1.402 | 1.966 | |
| Aluguel do Edifício Sede | 955 | 1.440 | |
| Outras Despesas Gerais | 364 | 560 | |
| Depreciações e Amortizações | 1.110 | 2.126 | -47,8% |
| Tributos | 4.821 | 5.207 | -11,3% |
| TAFIC | 720 | 480 | |
| PIS/COFINS s/ Faturamento | 3.756 | 4.545 | |
| Outros Impostos | 145 | 82 | |
| Outras Despesas | 86 | 480 | 100,0% |
| Multas Administrativas | 76 | 4.845 | |
| Juros Administrativos | 10 | 82 | |

Em 2019, as Despesas Administrativas (Previdencial e Investimentos) alcançaram 2,57% (3,1% em 2018) das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), sendo as Despesas Administrativas dos Investimentos de R\$ 25.765 mil em 2019 (R\$ 35.952 mil em 2018) integralmente resarcidas pelo Custo dos Investimentos.

15. Ajustes e Eliminações de Consolidação

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução MPS/CGPC nº 8/2011 e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” conforme demonstrado abaixo:

RELATÓRIO

Anual 2019



| Ativo | BD Saldo | Postalprev | PGA | Ajustes Eliminações | Balanço Patrimonial |
|----------------------------|-----------|------------|---------|---------------------|---------------------|
| Disponível | 1.188 | 1.939 | 4.743 | – | 7.869 |
| Gestão Previdencial | 162.488 | 693 | – | (772) | 162.410 |
| Gestão Administrativa | 20.708 | 156.820 | 69.660 | (184.965) | 62.223 |
| Investimentos | 3.193.996 | 5.509.205 | 165.998 | – | 8.869.199 |
| Permanente | – | – | 3.971 | – | 3.971 |
| Total | 3.378.380 | 5.668.657 | 244.371 | (185.737) | 9.105.671 |
| Passivo | BD Saldo | Postalprev | PGA | Ajustes Eliminações | Balanço Patrimonial |
| Gestão Previdencial | 89.302 | 124.870 | – | (4.607) | 209.566 |
| Gestão Administrativa | – | – | 12.204 | (515) | 11.689 |
| Investimentos | 33.001 | 4.388 | – | (3.087) | 34.303 |
| Exigível Contingencial | 20.322 | – | 54.639 | – | 74.961 |
| Patrim. Cobertura do Plano | 3.210.398 | 4.822.319 | – | – | 8.032.717 |
| Fundos | 25.356 | 717.079 | 177.528 | (177.528) | 742.435 |
| Total | 3.378.380 | 5.668.657 | 244.371 | (185.737) | 9.105.671 |

16. Eventos Subsequentes

16.1 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Em 20 de fevereiro de 2020, o extrato do TAC foi publicado por meio do Diário Oficial da União (DOU). O Termo prevê a suspensão temporária da aplicação de planos de equacionamento de déficits do plano BD a partir do exercício de 2015, de forma a viabilizar a elaboração de estudos técnicos, com vistas ao estabelecimento de adequada estratégia previdenciária que propicie solução para o desequilíbrio apresentado pelo plano, por meio da oferta de opção pela migração das reservas matemáticas individuais dos participantes, assistidos e pensionistas, líquidas de sua respectiva parcela do déficit, para plano estruturado na modalidade de contribuição definida (CD).

A massa remanescente de participantes, assistidos e pensionistas que não optar pela migração estará sujeita ao plano de equacionamento convencional, à luz da legislação vigente, considerando o recurso garantidor proporcional às reservas matemáticas não migradas, implementando-se novo plano de custeio que garanta o equilíbrio técnico-atuarial do plano BD, por meio da arrecadação de contribuição extraordinária.

As patrocinadoras firmarão contratos específicos de confissão de dívida com o Postalis relativas às suas respectivas parcelas dos déficits, tanto para o novo plano CD quanto para promoção do equacionamento do plano BD.

O prazo para aplicação do plano de equacionamento do déficit do plano BD consiste em 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação do extrato do TAC no DOU.



16.2 Realização dos Investimentos Precificados à Laudo de Avaliação

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

No dia 20 de janeiro de 2020, foi comprovado que a transmissão entre pessoas já havia ocorrido e que os diagnósticos fora da China já estavam confirmados no Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Taiwan, México e Estados Unidos.

Diante dos casos de mortes na China, o país decidiu suspender a circulação de trens entre as cidades. Alguns países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália passaram a adotar várias providências em seus aeroportos, incluindo a restrição de entrada de pessoas advindas de alguns desses países. No Brasil, já foram confirmados diversos casos e outros estão sob análise, aguardando os resultados dos exames.

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. Acreditamos que ainda não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la.

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 6.3.3.1 e 6.3.4.1, o Postalis possui em sua carteira de investimentos ativos que não possuem cotações frequentes em mercado ativo e estão avaliados a valor econômico-financeiro, cujos laudos técnicos foram elaborados por empresas especializadas externas (FIP Energia PCH, FIDC-NP CJP e Condomínio Logístico Cajamar). Em virtude das características desses investimentos e da subjetividade dos critérios e das premissas adotadas nas referidas avaliações, quando da efetiva realização dos investimentos, os valores poderão vir a ser diferentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis do Instituto, principalmente, em decorrência aos possíveis reflexos do novo cenário econômico negativo oriundo da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), ocorrida no evento subsequente à elaboração dos laudos de avaliação.

PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA

Presidente

ALEXANDRE DIAS MIGUEL

Diretor de Investimentos

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA

Contadora CRC-DF 019741/O-5



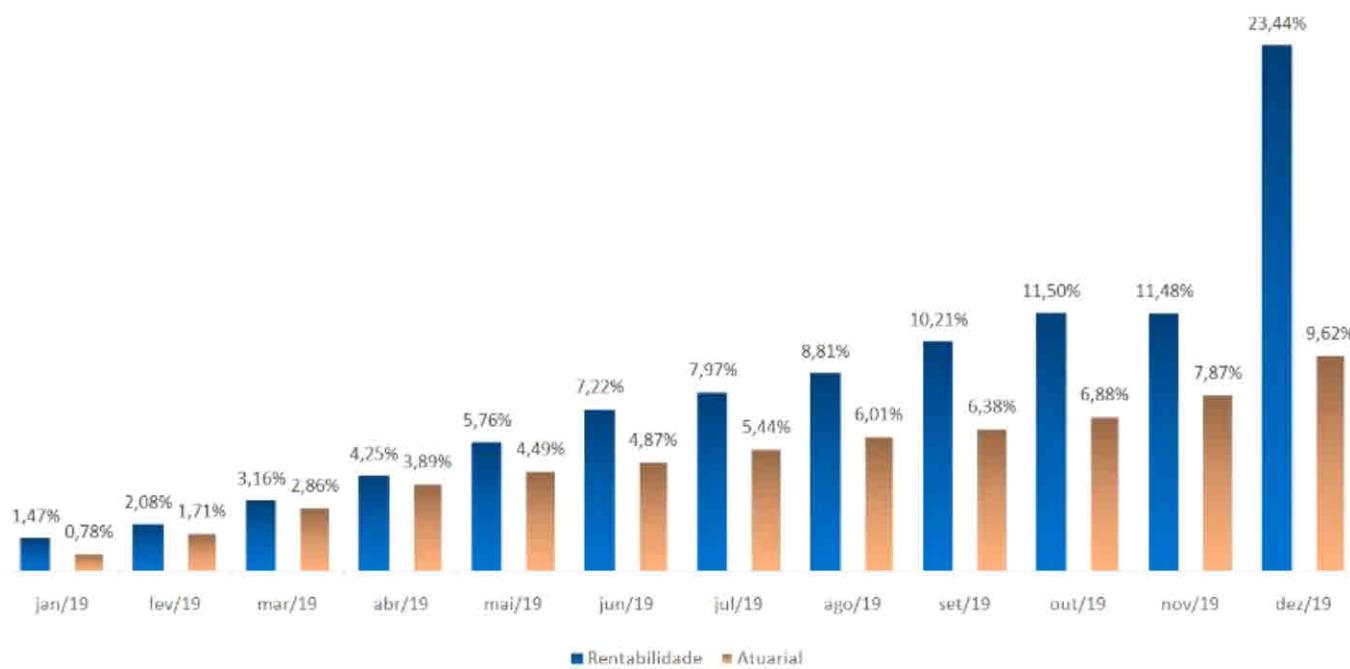
Análise Econômico-financeira

O ano de 2019 marcou o fim de sucessivas rentabilidades abaixo da meta atuarial registradas no Postalis. Este resultado é decorrente de um cenário econômico mais favorável, com desaceleração da inflação, queda de taxas de juros e recuperação do mercado de ações. Apresentamos a seguir, algumas considerações sobre cada plano administrado pelo Instituto.

Plano Benefício Definido

O Plano BD Saldado do Postalis apresentou rentabilidade 23,44% no ano de 2019, 143,6% superior à taxa atuarial do plano (9,62%). Tal resultado representa um aumento de R\$ 355 milhões no total do ativo destinado à cobertura dos compromissos com os participantes e assistidos do plano de benefício, considerando o desembolso líquido (já descontadas as contribuições) de R\$ 282 milhões para honrar o pagamento de benefícios ao longo de 2019.

Rentabilidade acumulada BD - 2019



Entre os fatores que contribuíram para o retorno da carteira do plano BD Saldado, cabe destacar o retorno com os títulos públicos, em especial os títulos indexados à inflação que, no fim do ano, representavam 49,98% dos investimentos do plano e apresentaram retorno de 16,18% no ano.

Em continuidade às estratégias adotadas em 2018, no ano de 2019 foi mantida a preferência por alocação em ativos com liquidez de curto e médio prazo, de modo a acompanhar à dinâmica do passivo de um plano maduro, que tem maior volume de pagamento de benefícios do que de recebimento de contribuições e considerando o ponto



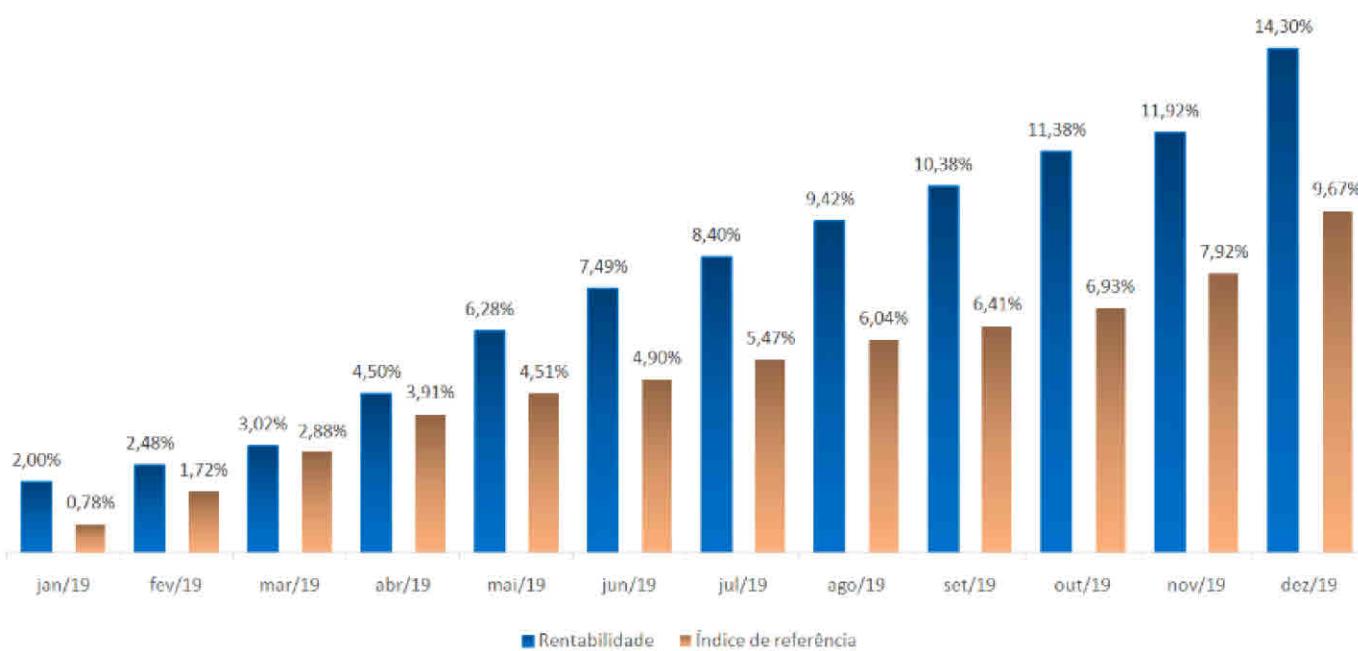
de inflexão projetado para 2023, conforme apontado no Relatório de Liquidez Médio e Longo Prazo PBD – Base Dezembro – 2018.

Com um cenário de juros em baixa, a rentabilidade dos novos investimentos em renda fixa tendem a ser inferiores à taxa atuarial do plano e se apresentarão como um grande desafio para os próximos anos. Dessa forma, entre as medidas em estudo pelo Postalis estão a elevação da exposição em outras classes de ativos, em especial em renda variável.

Plano Postalprev

O plano PostalPrev apresentou, em 2019, a rentabilidade de 14,30%, 47,8% superior ao índice de referência do plano (9,67%). A redução da taxa básica de juros ao menor nível já registrado na economia brasileira (4,5% ao final de 2019), levando uma parcela dos investidores a migrar seus investimentos de renda fixa para a renda variável, associado aos resultados positivos apresentados pela atividade econômica brasileira ao longo do ano colaboraram para a performance positiva da bolsa, e, consequentemente, beneficiando os ativos em renda variável do plano, que, ao final de 2019, apresentaram rentabilidade de 49,01% no ano e representavam 14,16% da carteira.

Rentabilidade acumulada Postalprev - 2019



Associado a isso, o plano, em dezembro de 2019, detinha 58,42% do plano alocado em títulos públicos indexados à inflação e marcados na curva, a uma taxa real média de 6,51% ao ano.

RELATÓRIO

Anual 2019



Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

| Valor Econômico Gerado | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 Representado |
|---|-------------|-----------|-------------|-------------------|
| 1. Adições | 983.400 | 1.116.133 | 1.153.424 | 1.100.981 |
| Contribuições | 910.570 | 1.038.382 | 1.059.275 | 973.035 |
| Receitas Administrativa (*) | 62.853 | 78.851 | 118.441 | 111.667 |
| Contingências | 9.976 | (1.100) | (24.293) | 16.279 |
| 2. Variação das Provisões Técnicas | (1.785.870) | (181.773) | (1.057.233) | (737.207) |
| Provisões Matemáticas | (1.785.870) | (181.773) | (1.057.233) | (737.207) |
| 3. Resultado Líquido Operacional (1 + 2) | (802.470) | 934.360 | 96.191 | 363.774 |
| 4. Benefícios | 1.168.706 | 1.026.275 | 1.275.198 | 712.352 |
| Benefícios de Prestação Continuada e Unica e Institutos (Líquido de IR) | 1.063.596 | 973.692 | 1.175.671 | 684.873 |
| IRRF de Benefícios | 68.663 | 50.953 | 86.914 | 27.100 |
| Outros | 36.447 | 1.630 | 9.614 | 578 |
| 5. Insumos de Terceiros | 12.664 | 19.161 | 27.348 | 28.741 |
| Serviços de Terceiros | 7.633 | 11.991 | 18.659 | 20.640 |
| Despesas Gerais | 4.137 | 6.680 | 6.918 | 6.286 |
| Treinamentos | 346 | 111 | 401 | 514 |
| Materias e Estadios | 263 | 380 | 1.370 | 1.301 |
| Outros | 86 | - | - | - |
| 6. Valor Adicionado Bruto (3 – 4 – 5) | (1.983.840) | (111.076) | (1.206.355) | (377.318) |
| 7. Depreciação e Amortização | 1.110 | 2.126 | 455 | 1.238 |
| 8. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6 – 7) | (1.984.950) | (113.203) | (1.206.810) | (378.557) |
| 9. Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência | 1.367.359 | 797.500 | (884.790) | (594.227) |
| Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial | 1.350.662 | 830.895 | - | - |
| Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial | (1.618) | (43.958) | (893.431) | (603.607) |
| Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa | 19.371 | 13.927 | 8.641 | 9.380 |
| Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa | (1.026) | (3.365) | - | - |
| 10. Valor Adicionado Total a Distribuir (6 + 9) | (617.592) | 684.298 | (2.091.600) | (972.784) |
| 11. Distribuição do Valor Adicionado | (617.592) | 684.298 | (2.091.600) | (972.784) |
| Pessoal e Encargos | 35.702 | 37.602 | 54.334 | 49.616 |
| Conselheiros, Dirigentes e Pessoal Próprio | 35.702 | 37.602 | 54.334 | 49.616 |
| Remuneração Direta | 11.688 | 16.389 | 25.766 | 21.558 |
| Benefícios | 21.015 | 21.213 | 26.568 | 24.756 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 4.621 | 5.207 | 7.282 | 6.234 |
| Remuneração de Capital Próprios | (657.915) | 641.489 | (2.153.215) | (1.028.634) |
| Fundos | 104.270 | 122.118 | 90.931 | 157.737 |
| Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício | (762.185) | 519.371 | (2.244.146) | (1.186.371) |

(*) Iaxa de Carregamento de Administração e Demais Receitas Administrativas.



Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev

Avaliação Atuarial - Plano Benefício Definido

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, a MERCER apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefício Definido – PBD, administrado e executado pelo POSTALIS-Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O Plano de Benefício Definido é um Plano Saldado e fechado a novas adesões, ou seja, em extinção, estando registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1981.0004-29, possuindo benefícios de risco e benefícios programados estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD).

A Avaliação Atuarial anual de 2019 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do Plano de Benefício Definido.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, na Data da Avaliação de 31/12/2019, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, posicionados em 31/10/2019 (Data do cadastro), levantados e informados pela Entidade, bem como das informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade.

As Provisões Matemáticas, assim como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em 31/12/2019, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Ressalta-se que, para o Plano de Benefício Definido, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “PBD”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

De acordo com o POSTALIS, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o



cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Instituto e a Previc e com a patrocinadora como interveniente-anuente.

O deficit apurado no encerramento dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 também não foram equacionados, visto que o tema também é alvo do TAC firmado entre o Instituto e a Previc.

Conforme informado pelo POSTALIS, o TAC foi formalizado entre o Instituto, a Previc e o patrocinador, sendo assinado entre as partes em 18 de fevereiro de 2020 e divulgado no D.O.U. de 20 de fevereiro de 2020.

Adicionalmente, e em face de o POSTALIS não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, em conformidade com a correspondência MERCER 135 – CT 221/19 de solicitação de dados, consideramos a inexistência de qualquer outro fato adicional, além dos acima mencionados, que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da MERCER, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Tendo em vista que o Plano de Benefício Definido é um plano saldado, o custo normal deste Plano apresenta-se nulo, de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios por este assegurados, nesta Avaliação Atuarial Anual de 2019.

Adicionalmente, ressalta-se que, conforme previsto no Regulamento do Plano, os Aposentados que percebem Abono realizam contribuição, líquida de carregamento administrativo, equivalente a 8,10% do Benefício, limitado ao valor do Abono. Por sua vez, a Patrocinadora contribuirá paritariamente com a contribuição do Aposentado, conforme Regulamento vigente.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano de Benefício Definido, disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$11.826.332.667,00, sendo sua totalidade estruturada na modalidade de Benefício Definido (BD), segregados em R\$10.060.385.220,00, referentes aos benefícios programados, e R\$1.765.947.447,00, referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano de Benefício Definido disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$3.787.875.686,00, sendo

RELATÓRIO

Anual 2019



R\$3.330.886.283,00, referentes aos benefícios programados, e R\$456.989.403,00, referente aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2019, R\$5.618.194.938,57 e referem-se, integralmente, a deficit equacionado, sendo R\$1.225.016.703,15 referente ao deficit registrado no exercício de 2012 e R\$4.393.178.235,42 referente ao deficit registrado no exercício de 2014.

Dessa forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas, já descontadas às provisões matemáticas a constituir, do POSTALIS com o Plano, representam o montante total de R\$9.996.013.414,43, em 31/12/2019.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2018, posicionadas em 31/12/2018, a variação nominal das Provisões Matemáticas Totais do Plano de Benefício Definido foi positiva em 12,28%, tendo sido registrado o montante de R\$8.902.485.591,81 em 31/12/2018.

Observou-se um aumento de 12,86% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, que se deve, sobretudo, às novas concessões ocorridas no exercício de 2019, e à redução da taxa de juros utilizada.

Já a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder apresentou uma redução de 4,11%, devido, especialmente, à redução do número de Participantes (por aposentadorias, falecimentos e saídas do Plano) e alterações das hipóteses de rotatividade e família padrão, sendo atenuado pelos impactos decorrentes das alterações das hipóteses de taxa de juros e entrada em aposentadoria.

Por fim, o aumento das Provisões Matemáticas a Constituir em 1,66% se deve especialmente, pela atualização desta provisão ter sido superior ao pagamento das contribuições extraordinárias vertidas durante o exercício de 2019.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano de Benefício Definido, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano de Benefício Definido foram aprovadas pelo POSTALIS, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados



por meio do Relatório MERCER 135 – RE 072/19, sendo complementado pelo Relatório MERCER 135 – RE 076/19, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 10/2018.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade montava R\$16.413.426,02, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.769.201.757,46.

Segundo a Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 15,28 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2019 é de R\$1.127.550.313,15(11,28% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$5.641.651.444,31, haverá necessidade de equacionamento obrigatório de, no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2020.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo POSTALIS, posicionada em 31/10/2019, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações do Instituto, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela MERCER, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, o PBD não possuía fundos previdenciais.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$9.996.013.414,43, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, já deduzidas das provisões a constituir no



montante de R\$5.618.194.938,57, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, correspondente ao montante de R\$3.210.398.230,95, verifica-se um deficit técnico acumulado no montante de R\$6.785.615.183,48, em 31/12/2019, que representou um aumento de 12,15%, comparativamente ao resultado observado em 31/12/2018, de R\$6.050.274.895,06.

O aumento do déficit se deve, principalmente, pela redução da taxa de juros e movimentação da base cadastral. Cabe destacar o elevado número de entradas em gozo de aposentadoria ocorridas ao longo do exercício de 2019.

No período compreendido entre janeiro/2019 e dezembro/2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,60%, composta pelo INPC acumulado em 2019 de 4,48% mais taxa de juros de 4,90% a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi positiva em 23,44%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando um ganho atuarial de 12,63%.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2019, observa-se que o Plano apresentou deficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, do deficit existente em 2018; do não equacionamento obrigatório do deficit apurado nos exercícios de 2016, 2017 e 2018; da não aprovação do plano de equacionamento de 2015 pela patrocinadora, com a posterior exclusão do valor referente a esse deficit da provisão a constituir quando da Avaliação de 2017, sendo agravado pela redução da hipótese da taxa de juros e movimentação cadastral.

Importante mencionar que a situação deficitária do Plano faz com que esse deficit seja atualizado para o ano seguinte pela meta atuarial do Plano, de modo que, para evitar que o deficit do Plano se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº30/2018, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o deficit observado no encerramento do exercício seja, no caso do Plano de Benefícios Definido, superior a 11,28% das Provisões Matemáticas, sendo, portanto, necessária adoção de solução de equacionamento do deficit técnico ajustado, uma vez que este monta 67,72% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2019.

Conforme itens anteriores, o montante mínimo a ser equacionado até o final do exercício de 2020 foi apurado em R\$ 5.641.651.444,31.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro os critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as



causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano se encontra saldo e em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 135 – RE 072/19, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme o Artigo 6º da Resolução CNPC nº 30/2018.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2019, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano foram os informados pelo POSTALIS, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação, com base no Parecer 060/20, atestou a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002;

3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$25.356.179,04, sendo o montante de R\$4.647.915,99 referentes ao Fundo dos Investimentos e R\$20.708.263,05 referentes ao Fundo Administrativo, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade do Instituto. No exercício de 2019 o Plano PBD não registrou Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2019;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procederam-se às seguintes alterações:

- i. Rotatividade: EXP. POSTALIS ROT 2019 em substituição à EXP. GAMA ROT 2018;
- ii. Entrada em aposentadoria: Entre 24 e 25 meses em substituição a 24 meses; e
- iii. Taxa de Juros: 4,60% em substituição a 4,90%;

3.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (54,40% das mulheres tem dependente vitalício de mesma idade e 89,03% dos homens tem dependente vitalício, 5 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,850) em substituição à hipótese de que 54,61% das mulheres tem



dependente vitalício, 2 anos mais velho, e 88,95% dos homens tem dependente vitalício, 4 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,861.

5) Nas Avaliações Atuariais de encerramento do exercícios de 2016, 2017 e 2018, foi determinada a necessidade de equacionamento obrigatório durante os exercícios subsequentes, do montante apurado acima do limite nos respectivos exercícios, o que não ocorreu. Conforme informações do POSTALIS, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, para solucionar essa questão e outras situações do PBD;

6) De acordo com o POSTALIS, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Instituto e a Previc.

7) Em face de manter a suficiência das taxas dos equacionamentos vigentes, foi realizado o rebalanceamento das Provisões a Constituir referentes aos Planos de Equacionamento de Deficit dos exercícios de 2012 e 2014, no que tange às parcelas de responsabilidade dos Participantes de um lado e dos Assistidos de outro.

8) As contribuições extraordinárias referentes ao equacionamento de 2012 e 2014 devida pelos Participantes que tiveram a liminar cassada, foram consideradas no montante referente aos Participantes, tendo em vista que será cobrada posteriormente pelo Instituto.

9) O POSTALIS vem trabalhando na construção de uma estratégia previdencial, de forma a se buscar uma solução mais efetiva para a situação econômica, financeira e atuarial do Plano.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2020, com início de vigência apartir de 1º de abril de 2020, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição:

RELATÓRIO

Anual 2019



| PLANO DE CUSTEIO | | | |
|--|-----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| PARTICIPANTES | | | |
| CONTRIBUIÇÃO NORMAL | | | |
| Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salvo, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais feitas e segue vertidas no plano, o critério normal de responsabilidade dos Participantes Remanejados e Vinculados não é: | | | |
| CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFÍCIT | | | |
| Resolvendo assim o equacionamento do deficit: | | | |
| Descrição | Deficit Remanescente | % (percentual do BPS) | Prazo Remanescente (em meses) |
| Deficit Equacionado 2012 | R\$18.676.083,98 | 4,0% | 231 |
| Deficit Equacionado 2014 | R\$67.450.938,51 | 14,31% | 235 |
| (i) Valores estimados em 31/12/2019, sendo este valor remanejado conforme informações do Instituto POSTALIS. | | | |
| CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - 2014 | | | |
| Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salvo e fechado e novas adesões, não há restituições devida a serem vertidas no plano. | | | |
| PARTICIPANTES ALTOFATRIMONIAIS e VINCULADOS | | | |
| CONTRIBUIÇÃO NORMAL | | | |
| Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salvo, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais feitas e segue vertidas no plano, os critérios normais de responsabilidade dos Participantes Remanejados e Vinculados não é: | | | |
| CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFÍCIT | | | |
| Resolvendo assim o equacionamento do deficit: | | | |
| Descrição | Deficit Remanescente | % (percentual do BPS) | Prazo Remanescente (em meses) |
| Deficit Equacionado | R\$ 104 | 331 | |
| Deficit Equacionado | R\$ 769.201.757,46 | 100,00% | 235 |
| (ii) Os Participantes Altofatrimoniais e Vinculados vinculados com o menor da percentual referente as contribuições extraordinárias dos Participantes. | | | |
| PATRIMÔNIOS | | | |
| CONTRIBUIÇÕES NORMAIS | | | |
| Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano salvo, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais feitas e segue vertidas no plano, o critério normal de responsabilidade da Patrocínio é: | | | |
| A Patrocínio só contribui com o montante equivalente à soma das Contribuições feitas pelos Assentados vinculados ao Patrocínio. | | | |

| PLANO DE CUSTEIO | | | |
|--|-----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFÍCIT | | | |
| (i) Contribuições com deficit equacionado | | | |
| Descrição | Deficit Remanescente | Parcela | Prazo Remanescente (em meses) |
| Deficit Equacionado 2012 | R\$66.640.547,56 | R\$3.517.553,72 | 231 |
| Deficit Equacionado 2014 | R\$2.176.047.148,61 | R\$13.302.336,76 | 235 |
| (iii) Valores estimados fornecidos entre a Patrocínio e o Instituto, conforme informações do Instituto POSTALIS. | | | |
| ASSISTIDOS | | | |
| CONTRIBUIÇÃO NORMAL | | | |
| Referentes sobre o valor do deficit remanescente constante percentual pelas Assistidas que recebem aposento, limitado ao valor do Aposento, na forma prevista nos sistemas regulamentares. | | | |
| APSENTADOS | | | 5,10% |
| PENSIONISTAS | Não Aplicável | | 0,00% |
| CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFÍCIT | | | |
| (ii) Contribuições com deficit equacionado | | | |
| Descrição | Deficit Remanescente | % (percentual do BPS) | Prazo Remanescente (em meses) |
| Deficit Equacionado 2012 | R\$449.588.071,63 | 4,04% | 231 |
| Deficit Equacionado 2014 | R\$1.605.680.148,20 | 14,35% | 235 |
| (iv) Valores estimados em 31/12/2019, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS. | | | |
| DISERIO ADMINISTRATIVO | | | |
| Em conformidade com a deliberação do Instituto sobre o Plano de Benefício Definido, segue a seguir: | | | |
| a) Taxa de Correção aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que versam Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocínio: | | | |
| b) Taxa de Correção aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que versam Contribuições Normais: | | | |
| c) Taxa de Administração sobre os Depósitos das Assentadas do Plano: | | | |

Ressalta-se que o Plano de Custeio Administrativo deverá ser objeto de deliberação pela Entidade.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31/12/2019 é deficitária em R\$6.785.615.183,48, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Levando-se em consideração o ajuste de precificação, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.769.201.757,46, o que representa 67,72% das Provisões Matemáticas, ficando, desta forma, acima do limite máximo definido conforme Resolução CNPC nº 30/2018, de R\$1.127.550.313,15, ou seja, 11,28% das Provisões Matemáticas. Há, portanto, no exercício de 2019, a obrigatoriedade da realização e aprovação de plano de equacionamento de deficit, no montante mínimo de R\$5.641.651.444,31.

O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

Este é o Parecer.

Brasília, 26 de março de 2020.

RODRIGO SALGADO CARDOSO

Atuário MIBA 1.317 – MTPS/RJ

MARIANA C. MACIEIRA SOUZA FIGUEIREDO

Atuária MIBA 1.702 MTPS/RJ

RELATÓRIO

Anual 2019



ANEXO I – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

| Descrição | Valor (R\$) |
|---|------------------|
| Provisões Matemáticas em 31/12/2018 | 8.902.485.591,81 |
| Alterações de Hipóteses | |
| Entrada em Aposentadoria ⁽¹⁾ | 33.064.991,00 |
| Taxa de Juros ⁽²⁾ | 583.032.021,00 |
| Rotatividade ⁽³⁾ | (26.680.213,00) |
| Família Padrão ⁽⁴⁾ | (8.984.003,00) |
| Experiência ⁽⁵⁾ | 513.005.106,62 |
| Provisões Matemáticas em 31/12/2019 | 9.896.013.414,43 |

- (1) Perda resultante da alteração da forma de aplicação da premissa de postergação, sendo atenuada pela alteração da premissa para entre 24 e 25 meses em substituição a 24 meses;
- (2) Perda em função da redução de 0,30 ponto percentual na taxa de juros, sendo adotada a taxa de juros real de 4,60% ao ano em substituição a 4,90% ao ano;
- (3) Ganho em virtude da utilização da EXP. POSTALIS ROT 2019 em substituição à EXP. GAMA ROT 2018;
- (4) Ganho resultante do recálculo da Família Padrão com base nos dados de dependentes posicionados na database da avaliação atuarial (54,40% das mulheres tem dependente vitalício de mesma idade e 89,03% dos homens tem dependente vitalício, 5 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,850) em substituição à hipótese de que 54,61% das mulheres tem dependente vitalício, 2 anos mais velho, e 88,95% dos homens tem dependente vitalício, 4 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,861;
- (5) Perda explicada pela movimentação cadastral ocorrida entre os exercícios de 2018 e 2019.

Avaliação Atuarial - Plano Postalprev

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nos 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano POSTALPREV, administrado e executado pelo POSTALIS-Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadores a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O Plano POSTALPREV está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2002.0047-65, possuindo benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e benefícios programados com características de

RELATÓRIO

Anual 2019



Contribuição Variável (CV). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV).

A Avaliação Atuarial anual de 2019 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do Plano POSTALPREV. Ressalta-se que o Plano se encontra em manutenção normal.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, na Data Base cadastral de 31/10/2019, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pelo Instituto, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pelo POSTALIS, posicionadas em 31/12/2019.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer,estão posicionadas em 31/12/2019, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Para o Plano POSTALPREV, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “POSTALPREV”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de oPOSTALIS não ter informado nenhum fato relevante para este Plano,em conformidade com a correspondência MERCER 135 – CT 221/19 de solicitação de dados, consideramos,portanto, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano POSTALPREV são os de Benefício Mínimo, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio Doença, Pecúlio por Morte e Pensão por Morte. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo que o Auxílio Doença e o Pecúlio por Morte adotam o regime de Repartição Simples, enquanto que os demais são avaliados sob o Regime de Capitais de Cobertura.

O benefício programado, qual seja, Renda de Aposentadoria, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em31/12/2019, foi de 9,15%da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, sendo 0,66% relativo aos benefícios de risco (0,03% – Saldo Projetado Invalidez, 0,46% – Auxílio Doença, 0,13% – Pecúlio por Morte, 0,02% – Saldo Projetado Morte e 0,02% – Outros Benefícios Mínimos) e 8,49%aos benefícios programados.



Comparativamente ao exercício de 2018, houve uma redução do custo do Plano de 1,04 pontos percentuais, devido a redução das contribuições básicas e regulares, bem como decréscimo do custo dos benefícios de risco em função das movimentações cadastrais e alterações de hipóteses utilizadas.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$589.645.349,58, sendo R\$110.528.534,58 estruturadas na modalidade de Contribuição Definida e R\$479.116.815,00 estruturadas na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$4.220.586.340,84, sendo sua totalidade referente aos benefícios programados estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida.

Não foram apuradas Provisões Matemáticas a Constituir, em 31/12/2019, para o Plano POSTALPREV.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do POSTALIS com o Plano representam o montante total de R\$4.810.231.690,42, em 31/12/2019.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2018, posicionadas em 31/12/2018, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano POSTALPREV foi positiva em 16,81%, tendo sido registrado o montante de R\$4.117.889.629,01 em 31/12/2018.

O aumento de 23,11% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se, em especial, à movimentação da massa de Participantes e Assistidos ocorrida entre as datas bases das Avaliações Atuariais, além de alterações de hipóteses atuariais de taxa de juros e mortalidade geral.

O aumento de 15,98% nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder deve-se, em especial, ao incremento, relativo às contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 e pela rentabilidade positiva do Plano no exercício.

Por estar estruturado majoritariamente na modalidade de Contribuição Definida, sendo a representatividade da parcela em Benefício Definido de 9,96% das Provisões Matemáticas Totais, as variações nas Obrigações Matemáticas do Plano são justificadas, na maior parte, pelas variações nos Saldo de Contas existentes.



2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano POSTALPREV, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano POSTALPREV foram aprovadas pelo POSTALIS, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio dos Relatórios MERCER 135 – RE 072/19, RE 076/19 e Relatório Específico de Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa de Juros, datado de 25/11/2019, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 10/2018.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano POSTALPREV não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo POSTALIS, posicionada em 31/10/2019, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela MERCER na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, o Plano tem constituído o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e Outros Fundos Previstos em Nota Técnica.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco (alíneas “b” e “c” dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das reversões de saldos projetados não utilizados, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorne à Atividade. Este



Fundo é destinado ao pagamento das despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participante e Aposentadoria por Invalidez. Em 31/12/2019, esse Fundo montava em R\$514.017.365,53.

O Fundo Previdencial -Outros Fundos Previstos em Nota Técnica é constituído mensalmente: pela Provisão Matemática de Participantes e Assistidos falecidos, cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas cuja Pensão se extingua pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas). Em 31/12/2019, montavam R\$29.729.985,58.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$4.810.231.690,42, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, informado pelo POSTALIS, correspondente ao montante de R\$4.822.318.879,94, verifica-se um superávit técnico acumulado no montante de R\$12.087.189,52, em 31/12/2019, que representou uma redução de 48,22% comparativamente ao resultado observado em 31/12/2018, quando se verificou um superávit de R\$23.344.351,49.

A redução do superávit, apesar da rentabilidade favorável no período, se deve, principalmente, pelas mudanças cadastrais.

No período compreendido entre janeiro/2019 e dezembro/2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,65%, composta pelo INPC de 4,48% mais taxa de juros de 4,95%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período, apurada pela variação da Cota Patrimonial, foi de 14,31%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando um ganho atuarial de 4,25%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pelo POSTALIS foi de R\$46.755.201,96, em 31 de dezembro de 2019. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é superavitário, no montante de R\$58.842.391,48. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.



2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2019, observa-se que o Plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, dentre outras causas, da superação da meta atuarial na Parte BD do Plano, além das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas, complementado pela redução do quantitativo de benefícios concedidos de Aposentadoria de Invalidez e Pensões.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2019, no montante de R\$12.087.189,52, foi alocada na Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução CNPC nº30/2018, visto que o mesmo representa 2,52% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de Benefício Definido do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2019 de 12,38 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 22,38%.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano POSTALPREV não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados, o regime de Capitalização conjugado com o método de Capitalização Financeira. Para os benefícios não programados, estruturados em benefício definido, utiliza-se o Regime de Repartição Simples para o benefício de Auxílio Doença e Pecúlio por Morte,e, para os demais benefícios, é utilizado o Regime Repartição de Capitais de Cobertura.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente CNPC nº 30/2018.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2019, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundos dos investimentos e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados foram os informados pelo POSTALIS, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação, com base no Parecer 059/20,atestou a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002;

3) Os Fundos do Plano montavam, em 31/12/2019, a quantia de R\$717.079.151,79, sendo R\$543.747.351,11 referentes a Fundos Previdenciais,R\$156.819.705,87 referentes à Fundo Administrativo e R\$16.512.094,81

RELATÓRIO

Anual 2019



referentes à Fundo dos Investimentos. Os fundos Administrativo e de Investimento foram extraídos do balancete do Plano posicionado em 31/12/2019 e os Fundos Previdenciais foram calculados pelo método de recorrência financeira na Avaliação de 31/12/2019;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procederam-se às seguintes alterações:

- i. Crescimento Salarial: 2,00% a.a. em substituição a 2,47% a.a.;
- ii. Rotatividade: Experiência POSTALPREV 2015-2018 em substituição a Experiência POSTALPREV 2014-2017;
- iii. Mortalidade: Tábua BR-EMSsb-2015 M&F em substituição a AT-2000 M&F
- iv. Taxa de juros: 4,80% a.a. em substituição a 4,95% a.a.; e

4.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (59,79% das mulheres possuem dependente vitalício 0,93 anos mais velho e 87,15% dos homens possuem dependente vitalício 4,26 anos mais jovem e fator de reversão médio de 0,80).

5) O impacto da alteração das premissas de mortalidade geral e taxa de juros foram absorvidas pelo Fundo Previdencial – Outros Fundos Previstos em Nota Técnica.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2020, com início de vigência em 1º de abril de 2020, conforme indicado pelo Instituto, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição:

| PLANO DE CUSTEIO | |
|---|---|
| PARTICIPANTES | |
| CONTRIBUIÇÃO NORMAL | |
| PARTICIPANTES | Contribuição Básica |
| | Contribuição Básica = Entre 1,05% e 4,00% |
| | Contribuição Básica = Entre 9,90% e 15,00% aplicável ao resultado da Contribuição correspondente a 11 (onze) Unidades Previdenciárias |
| | Contribuição Voluntária |
| | Entre 9,90% e 15,00% |
| | Contribuição Extraordinária |
| | Máximo de 1 Unidade Previdenciária |
| | Contribuição Específica |
| | 0,13% |
| PARTICIPANTES PATROCINADORES | Contribuição Básica |
| | Contribuição Básica = das Participantes, adicionada de quota em nome da Patrocinadora |
| | Contribuição Específica |
| | 0,66% |
| ASISTENTES | 0,00% |
| PATROCINADORES | |
| CONTRIBUIÇÃO NORMAL | |
| | Contribuição Regular |
| | 10% da Contribuição Básica que não é elegível |
| | Contribuição Específica |
| | Parte da das Participantes |
| CUSTEIO ADMINISTRATIVO* | |
| a) Taxa de Cargamento aplicável sobre as Contribuições Básicas dos Participantes | 0,00% |
| b) Taxa de Cargamento aplicável sobre as Contribuições Básicas das Patrocinadoras informada aos Participantes | 0,00% |
| c) Taxa de Cargamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistentes | 0,00% |
| d) Taxa de Cargamento para pelas patrocinadoras aplicável sobre o benefício de assistente | 1,00% |
| e) Participantes que optarem pelo sistema Benefício Proporcional Bônus e concedidos que não optam por um Instituto (entre 0 e 95% Salário de Contribuição). | 0,77% |
| f) Taxa de Cessamento, referente aos Participantes que optaram pelo sistema de benefícios incidentes sobre as Contribuições Básicas e Regulares. | 0,00% |
| Salvo que apontado pelo POSTALIS e informado a Revisor | |

RELATÓRIO

Anual 2019



4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano POSTALPREV, em 31/12/2019, é superavitária em R\$12.087.189,52, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo integralmente alocado em Reserva de Contingência. Após o Ajuste de Precificação de R\$46.755.201,96, resulta em um Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$58.842.391,48.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superávit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial.

Este é o Parecer.

Brasília , 13 de março de 2020.

RODRIGO SALGADO CARDOSO

Atuário MIBA 1.317 – MTPS/RJ

MARIANA CRISTINA M. SOUZA FIGUEIREDO

Atuária MIBA 1.702 MTPS/RJ



Relatório do Auditor Independente

VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti Contador CRC DF 018838/O-0

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (“POSTALIS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo POSTALIS, aqui denominado de consolidado) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS, individual e por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

(Equilíbrio Atuarial do Plano BD)

As demonstrações contábeis individuais do Plano de Benefício Definido foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.2, a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31 de dezembro de 2019, é deficitária em R\$6.785.615 mil. Esse fato indica incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do Plano BD. Os planos da administração para manutenção das atividades do plano BD estão divulgados na nota explicativa nº 2.1.1.e estão embasados principalmente nos seguintes aspectos: a) no êxito na efetiva aplicação do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, publicado em 20 de fevereiro de 2020, conforme divulgados na nota explicativa nº 16.1; e b) no êxito



nos processos judiciais para recuperação dos ativos provisionados historicamente para perdas, conforme divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades do plano. Ademais, conforme descrito na nota explicativa nº 11.2 (item b.), o pagamento da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA) encontra-se sob discussão entre o patrocinador (Correios) e o Postalis, tendo em vista que não há consenso entre o montante da dívida e nem acerca das premissas utilizadas nos cálculos. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Ênfases

Investimento sem Investigação:

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Postalis possui ativos que estão sob investigação das autoridades públicas competentes, com o objetivo de apurar a eventual responsabilidade pelas perdas realizadas nos investimentos pelo Postalis, em especial o plano BD Saldado. Em função do estágio em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos às demonstrações contábeis não pode ser adequadamente conhecida. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Incertezas nas estimativas de avaliações econômicas-financeiras de certos Investimentos:

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 6.3.3.1 e 6.3.4.1, o Postalis possui, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$843.778 mil em sua carteira de investimentos referentes ativos que não possuem cotações frequentes em mercado ativo e estão avaliados a valor econômico-financeiro, cujos laudos técnicos foram elaborados por empresas especializadas externas(FIP Energia PCH, FIDC-NPCJP e Condomínio Logístico Cajamar). Em virtude das características desses investimentos e da subjetividade dos critérios e premissas adotadas nas referidas avaliações, quando da efetiva realização dos investimentos, os valores poderão vir a ser diferentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis do Instituto, principalmente, em decorrência aos possíveis reflexos do novo cenário econômico negativo oriundo da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), ocorrida no evento subsequente à elaboração dos laudos de avaliação.Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a



administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

RELATÓRIO

Anual 2019



nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, de 26 março de 2020

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti

Contador CRC DF 018838/O-0

VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S

(FIRMA MEMBRO INDEPENDENTE DA UCCS GLOBAL)

CRC DF 002962/F



Parecer dos Conselhos sobre as Demonstrações Contábeis

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Demonstrações Contábeis – Exercício de 2019

O Conselho Deliberativo do Postalis Instituto de Previdência Complementar, no uso das atribuições que lhe confere o Capítulo III, de seu Regimento Interno, e o art. 24, inciso V, do Estatuto Social do Postalis, registra que examinou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, composta dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) consolidada e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada e as Individuais por Plano – Benefício Definido (BD Saldado) e PostalPrev; Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL) por plano de benefícios; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefício; Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) por plano de benefícios; Notas Explicativas da Administração, consubstanciados pelos Pareceres Atuariais dos planos emitidos pela Consultoria Atuarial Mercer Gama – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, no Relatório emitido pela Auditoria Independente VR Group Auditores & Consultores SS, no Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria, bem como no Parecer emitido pelo Conselho Fiscal do Postalis.

Com fundamento na análise da documentação referenciada – que não apresenta nenhum tipo de abstenção, de ressalva e de opinião contraria -, nas atividades administrativas – que obedeceram aos dispositivos estatutários e a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) -, bem como que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Postalis, o Conselho Deliberativo APROVA as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da Administração relativas ao exercício de 2019.

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

Celso José Tiago

Presidente / Conselheiro

CPF nº 394.313.397-49

Georges Louis Hage Humbert

Conselheiro

CPF nº 827.204.525-72

Heglehyschynton Valério Marçal

Conselheiro

CPF nº 589.425.301-25



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO POSTALIS

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2019

O Conselho Fiscal do Postalis Instituto de Previdência Complementar, em atendimento ao previsto no art. 28, inciso II, do Estatuto Social do Postalis, consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, verificou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem Balanço Patrimonial dos Planos, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, consubstanciados pelos Pareceres Atuariais emitidos pela Consultoria Atuarial Mercer Gama – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, pelo Relatório emitido pela Auditoria Independente VR Group Auditores & Consultores SS, bem como pelo Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria do Postalis.

Diante das apresentações e análises efetuadas, bem como que os documentos examinados, principalmente o relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Comitê de Auditoria não contém ressalvas, abstenções ou opiniões contrárias, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem efetivamente a situação patrimonial e financeira de seus Planos de Benefícios, recomendando-as à aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis.

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

Mozart Gomes Ferraz

Presidente do Conselheiro Fiscal

CPF: 028.858.831-20

Clarice de Sousa C. de Moura Alves

Membro do Conselho Fiscal

CPF: 843.913.241-72

RELATÓRIO

Anual 2019



Expediente

POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente – Paulo Humberto Cesar de Oliveira
Diretor de Investimentos – Alexandre Dias Miguel

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente – Celso José Tiago
Membro – Heglehyschynon Valério Marçal
Membro – Georges Louis Hage Humbert

CONSELHO FISCAL

Presidente – Mozart Gomes Ferraz
Membro – Clarice de Souza Coutinho

RAI 2019 – Relatório Anual de informações 2019

Edição: Leonardo Dias / Daniel Oliveira
Design Gráfico: Daniel Oliveira

COMITÊ DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Marco Aurélio Weyne
Ana Cláudia Figueiredo
Carlos da Costa Neto
Raul Castro

REDAÇÃO

Leonardo Dias

FOTOGRAFIA

Leonardo Dias
Isabelle Araújo

REVISÃO

Ana Cláudia Figueiredo
Leonardo Dias

GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO

Fone: 3003-3669 (sem DDD) – E-mail: relacionamento@postalis.com.br

